

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO TECNOLÓGICO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

CÁSSIO VELOSO DE ABREU

URBANIZAÇÃO, APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO, CONFLITOS E TURISMO:
Um Estudo de Caso de Angra dos Reis

NITERÓI

2005

A162 Abreu, Cássio Veloso de.

Urbanização, apropriação do espaço, conflitos e turismo: um estudo de caso de Angra dos Reis / Cássio Veloso de Abreu. – 2005.

163 f.

Orientador: Glauco Bienenstein.

Co-orientador: Fernanda Sánchez

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2005.

Bibliografia: f. 115-118.

1. Urbanização – Angra dos Reis (RJ). 2. Turismo – Aspectos ambientais. 3. Mercado imobiliário. I. Bienenstein, Glauco. II. Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD 307.76098153

CÁSSIO VELOSO DE ABREU

URBANIZAÇÃO, APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO, CONFLITOS E TURISMO:

Um Estudo de Caso de Angra dos Reis

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências (M.Sc.). Área de Concentração: Produção e Gestão do Espaço.

Orientador: Prof. Dr. GLAUCO BIENENSTEIN

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. FERNANDA SÁNCHEZ

Niterói
2005

CÁSSIO VELOSO DE ABREU

URBANIZAÇÃO, APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO, CONFLITOS E TURISMO:
UM ESTUDO DE CASO DE ANGRA DOS REIS

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal
Fluminense, como requisito parcial para obtenção do
grau de Mestre em Ciências (M.Sc.). Área de
Concentração: Produção e Gestão do Espaço.

Aprovado em julho de 2005.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. GLAUCO BIENENSTEIN (Presidente da Banca)
Escola de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dra. FERNANDA SANCHEZ
Escola de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. GILMAR MASCARENHAS DE JESUS
Departamento de Geografia – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. GERALDO MAGELA COSTA
Departamento de Geografia – Universidade Federal de Minas Gerais

Dedico este trabalho à minha esposa Cleide e aos meus filhos Débora e Gustavo pelo carinho, apoio, paciência e compreensão expressados durante esta árdua tarefa.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é fruto de um longo processo que começou antes mesmo da pesquisa propriamente dita. Traz em seu bojo concepções amadurecidas a partir da minha própria atuação, durante mais de treze anos, como técnico do setor de planejamento territorial da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis. Portanto, há aqui o resultado das contribuições de diversas pessoas, colegas e amigos que partilharam comigo suas opiniões e me municiaram para enfrentar este desafio. Deste modo, registro aqui meu agradecimento a todos esses, cujos nomes involuntariamente eu possa, pelo cansaço, omitir.

Contudo, existem ainda aqueles que influenciaram mais incisivamente na construção e na qualidade do trabalho. Assim sendo, quero expressar minha sincera gratidão às seguintes pessoas:

Ao Prof. Dr. Glauco Bienenstein pelo estímulo e dedicação na orientação deste trabalho, sempre o enriquecendo com suas contribuições e sua interlocução. Agradeço pelo privilégio de ter sido seu orientando em mais um estágio de uma amizade de quase vinte anos.

À Prof^a Dr^a Fernanda Sanchez pelos incentivos, pela co-orientação e pelas excelentes sugestões por ocasião do Exame de Qualificação. Os livros e textos relativos à Geografia do Turismo foram de grande auxílio para a pesquisa.

Ao Prof. Dr. Gilmar Mascarenhas de Jesus, cujos ensinamentos sobre Urbanização Turística no Curso de Pós Graduação Políticas Territoriais no Estado do Rio de Janeiro, ministrado no Departamento de Geografia da UERJ, forneceram os primeiros elementos para elaboração deste trabalho. Também devo agradecer pelos subsídios oferecidos no Exame de Qualificação.

À Arquiteta Cleide Marques Reis, minha esposa, pela presença constante, ora ao meu lado dialogando, propondo, corrigindo, estimulando, ora assumindo muitas das minhas responsabilidades cotidianas para que eu pudesse realizar esta dissertação.

Ao Prefeito Municipal de Angra dos Reis, Fernando Jordão, e ao ex-Secretário de Planejamento da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, José Luiz Zaganelli, por me apoiarem através da concessão de licença para estudos, dando-me a oportunidade de fazer o presente curso de mestrado e, conseqüentemente, esta dissertação.

Ao Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, Mario Marcio Costa Lemos, por me apoiar mantendo a licença concedida pelo seu predecessor, além de prestar informações de grande valia para o trabalho. Agradeço também por ter me possibilitado acesso irrestrito aos dados e acervos da Secretaria.

Aos amigos e colegas da Prefeitura de Angra, em especial, ao Engº Ricardo Toledo, ao Biólogo Paulo Carvalho, à Geóloga Vanessa Sório, aos Arquitetos Luiz Moura Bezerra de Melo, Ana Vitória Haddad Monteiro, Maria Leonor Rodrigues, e tantos outros que comigo têm compartilhado as reflexões e desafios da gestão do município de Angra.

À Bárbara Canto pela revisão do texto.

Aos demais professores, funcionários e alunos do Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFF, que sempre me deram incentivo e contribuíram direta ou indiretamente para a continuidade desta dissertação.

E a meus filhos Débora e Gustavo, meu pai Alberto, minha mãe Luzia, meus irmãos, em especial ao Vicente que, como funcionário da UFF, acompanhou mais de perto minha trajetória no curso de mestrado.

Finalmente, a todos os meus familiares que sempre me incentivaram e acreditaram na conclusão deste trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	7
1.1) REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	7
1.2) ASPECTOS OPERACIONAIS DA PESQUISA	13
CAPÍTULO 2 - EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA DE ANGRA DOS REIS	17
2.1) ANGRA DOS REIS: BREVE CARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO.....	18
2.2) NOTAS COMPLEMENTARES PARA A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS: ECONOMIA, ESPAÇO E SOCIEDADE	26
2.2.1) FASE I – ANTECEDENTES HISTÓRICOS – FASE PRÉ-TURÍSTICA	28
I - Angra dos Reis no Período da Expansão Comercial.	28
II - Angra dos Reis no Período das Revoluções Industriais	31
2.2.2) EMPREENDIMENTOS ESTRATÉGICOS FEDERAIS.....	33
I – Porto de Angra dos Reis.....	35
II - Estaleiro Verolme	37
III - Rodovia Federal BR-101.....	38
IV – Central Nuclear.....	41
V - Terminal Petrolífero da Baía da Ilha Grande	44
2.2.3. FASE II – TURÍSTICA.....	48
2.3) REFLEXOS NA MORFOLOGIA URBANA	56
CAPÍTULO 3 - GESTÃO DO TERRITÓRIO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: DA REDEMOCRATIZAÇÃO AO “EMPRESARIAMENTO”.	63
3.1) A EXPERIÊNCIA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA	66
3.1.1) A ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE ANGRA DOS REIS	68
3.1.2) O CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE	71
I – A Implantação e a Composição do Conselho.....	71
II - O Funcionamento e as Atribuições do CMUMA	74
3.1.3) AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO MUNICÍPIO	79
3.2) NOVOS PROCESSOS DE GESTÃO URBANA.....	83
3.2.1) ANTECEDENTES	84

3.2.2) O PROJETO ORLA	85
3.2.3) A GESTÃO EMPRESARIAL.....	89
3.2.4) TENDÊNCIAS DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO	93
I – Vertentes de Atuação do Capital Imobiliário no Território	94
II – Percepções dos Atores Sociais Quanto às Tendências do Desenvolvimento Local.	102
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 107
 OBRAS CITADAS.....	 115
 OBRAS CONSULTADAS.....	 118
 ANEXOS	 119

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

- FIGURA 1. Fotografias de cenários naturais típicos do município, f. 18
- FIGURA 2. Fotografia de elevação da Serra do Mar na Ilha Grande, f. 20
- FIGURA 3. Ortofoto da Japuíba, f. 22
- FIGURA 4. Imagem Satélite LANDSAT 7, f. 24
- FIGURA 5. Linha de tempo, f. 28
- FIGURA 6. Fotografia de engenho de cana no Bracuí, f. 30
- FIGURA 7. Linha de tempo do Século XX, f. 34
- FIGURA 8. Fotografia do porto de Angra em 1928, f. 35
- FIGURA 9. Fotografias de demolições no Centro de Angra na década de 1940, f. 36
- FIGURA 10. Fotografia de vista panorâmica do Porto, f. 36
- FIGURA 11. Fotografia do estaleiro Bras-Fels, f. 37
- FIGURA 12. Fotografia da Central Nuclear, f. 43
- FIGURA 13. Fotografia do terminal de Petróleo, f. 45
- FIGURA 14. Implantação típica de empreendimento turístico-imobiliário, f. 53
- FIGURA 15. Aerofotos com evolução da ocupação da região Centro/Japuíba, f. 54
- FIGURA 16. Fotografia de expansão urbana em encostas, f. 55
- FIGURA 17. Fotografia do Convento do Carmo, f.57
- FIGURA 18. Fotografia do Centro de Angra na década de 1940, f. 58
- FIGURA 19. Fotografia de vila de pescadores da Ilha Grande, f. 58
- FIGURA 20. Fotografias com contrastes arquitetônicos, f. 59
- FIGURA 21. Fotografia de representações formais, f. 60
- FIGURA 22. Fotografia de reunião do Conselho de Urbanismo, f. 73
- FIGURA 23. Planta do Projeto Orla, f. 86

FIGURA 24. Fotografia do Shopping Center Pirata's Mall, f. 87

FIGURA 25. Fotografia panorâmica do Condomínio Porto Frade, f. 95

FIGURA 26. Fotografia com exemplo de implantação de condomínio na orla, f. 96

MAPAS

MAPA 1. Ampliação de trecho do levantamento RADAMBRASIL, f. 19

MAPA 2. Localização do Centro e Vila Histórica de Mambucaba, f. 29

MAPA 3. Centro de Angra em 1858, f. 32

MAPA 4. Mapa rodoviário da Rio-Santos, f. 39

MAPA 5. Mapa do Projeto TURIS, f. 51

MAPA 6. Mapa de ocupação em Zona Rural, f. 98

MAPA 7. Demarcação das fronteiras de acumulação do Capital Imobiliário, f. 101

TABELAS

TABELA 1. Índices de Participação do Município no ICMS em 2004, f. 47

TABELA 2. Receitas municipais, f. 48

GRÁFICOS

GRÁFICOS 1. Crescimento populacional, f. 55

GRÁFICOS 2. Variação de presenças no Conselho de Urbanismo e Meio Ambiente, f. 76

LISTA DE ANEXOS

- ANEXO 1. Ata da reunião do Conselho de Urbanismo de 06/10/94 sobre Fábrica de Gelo.
- ANEXO 2. Ata da reunião do Conselho de Urbanismo de 02/02/99 - Área de Interesse Ecológico.
- ANEXO 3. Ata da reunião do Conselho de Urbanismo de 13/01/00 - Área de Interesse Ecológico.
- ANEXO 4. Ata da reunião do Conselho de Urbanismo de 03/02/00 - Área de Interesse Ecológico.
- ANEXO 5. Ata da reunião do Conselho de Urbanismo de 16/03/00- Área de Interesse Ecológico.
- ANEXO 6. Jornal Maré. Angra dos Reis, 19 de setembro de 2003.
- ANEXO 7. Jornal do Meio Ambiente. Niterói, Edição nº 87, 2004.
- ANEXO 8. Jornal Maré. Angra dos Reis, 18 de fevereiro de 2005.
- ANEXO 9. Jornal Maré. Angra dos Reis, 18 de fevereiro de 2005.
- ANEXO 10. Jornal Maré. Angra dos Reis, 19 de setembro de 2003.
- ANEXO 11. Panfleto da Sociedade Angrense de Proteção Ecológica – SAPÊ, divulgado em abril de 2005.
- ANEXO 12. Jornal Esporte Total Notícias. Angra dos Reis, 4 de maio de 2005.
- ANEXO 13. Jornal Maré. Angra dos Reis, 13 de maio de 2005.

RESUMO

A partir do início da década de 1970, o município de Angra dos Reis, localizado no litoral ao sul do Estado do Rio de Janeiro, passou por várias transformações deflagradas por um ciclo de investimentos estatais de cunho estratégico. Dentre eles, o trecho da Rodovia Federal BR 101 que liga a cidade do Rio de Janeiro a Santos, SP, inaugurou uma nova fase no seu desenvolvimento através da ampliação das oportunidades oferecidas ao capital imobiliário tendo em vista o incremento das taxas de urbanização devido à crescente industrialização, especialmente no que se refere ao desenvolvimento da atividade turística. Desse processo têm emergido diversas contradições, notadamente no que diz respeito à distribuição dos custos da urbanização e ao consumo predatório dos recursos cênicos e ambientais do município, que se tornou campo de disputas entre os interesses do capital imobiliário, de um lado, e dos grupos sociais que buscam alternativas de desenvolvimento local com base num tipo de atividade turística, calcada no manejo sustentável dos recursos naturais e culturais ainda presentes na região. No âmbito da gestão urbana, tais disputas têm se dado através das tentativas de implantação de canais de gestão democrática da cidade – implementadas notadamente pelas sucessivas administrações do Partido dos Trabalhadores, PT, entre os anos 1988 e 2000 – entremeadas com iniciativas de administração urbana de caráter essencialmente empresarial. Neste trabalho é analisada a urbanização recente do município de Angra dos Reis, priorizando as disputas e os conflitos entre os interesses dos atores com diferentes concepções sobre a atividade turística desse município desde a primeira gestão do PT (1988 – 1992) no município até agora. A análise está focada tanto na comparação entre os modos de atuação do capital turístico-imobiliário e as propostas alternativas de exploração e consumo menos predatório do espaço, sugeridas por organizações ambientalistas, alguns empresários do setor de turismo, pequenos produtores rurais e algumas comunidades tradicionais da região, quanto na avaliação de alguns pontos positivos e críticos das políticas públicas recentes vinculadas ao desenvolvimento urbano, ambiental e turístico do Município de Angra dos Reis, que passaram a ser implementadas desde a aprovação do Plano Diretor em 1992. Dentre as conclusões a que se chegou através do estudo, destaca-se que apesar das tentativas de implantação de formas de gestão mais democráticas da cidade, os modos tradicionais de atuação do capital imobiliário continuam pautando um tipo de desenvolvimento que reforça o já histórico consumo predatório dos recursos naturais e culturais, tão caros ao município.

Palavras-chave: Urbanização Turística. Angra dos Reis - Rio de Janeiro, Brasil. Capital Imobiliário. Gestão Urbana.

ABSTRACT

Since the beginning of 1970 the municipal district of Angra dos Reis, located in the south of coast region of Rio de Janeiro State, has faced a lot of transformations launched by a strategic cycle of state investments. Among them, the BR 101, a federal highway which connects Rio de Janeiro city to Santos, SP, has started a new phase of local development specially through the opportunities related to real estate investments connected to industries as well as to tourism activity. Many contradictions have emerged from this process, mainly those related to the distributions of the costs of urbanization and to the predatory consumption of environment of the municipal district which has turned into a battle field between the interests of real estate capital and the social groups which have searched alternatives connected to a more sustainable ways to deal with the natural resources. In terms of urban management such struggles have occurred through the attempts of implementation of democratic ways dealing with urban administration – specially through the PT political party in power in the city since 1988 until 2000 – intermixed of urban entrepreneurial views. This work deals with recent urbanization process in Angra dos Reis, aiming the disputes and conflicts between the interests of social actors with different views of touristic activity since the first period of PT party (1988 –1992) in the urban administration of this municipal until now. The study has two main goals: on one side is focussed on the comparison of the ways of dealing with space carried on by real estate capital and the alternative proposals carried on by environmental groups, some touristic entrepreneurs, small rural producers and small traditional local communities. In another in the evaluation of some positive and critical aspects of recent public politics which have carried on by town hall since the approval of city's master plan in 1992. Among the conclusions it is important to detach that despite the attempts to implement democratic ways of urban management, real estate traditional forms of acting are still guiding the type of development that reinforce the predatory consumption of natural and cultural resources, a very important issue to this municipal district.

Keywords: Tourism Urbanization. Angra dos Reis - Rio de Janeiro, Brazil. Real Estate Capital. Urban Management.

INTRODUÇÃO

O último quartel do século XX revelou uma nova realidade social e econômica no Brasil. Dentre as evidências desse novo contexto podem ser citados: o incremento da população nas cidades; os novos processos de industrialização; a considerável incorporação do uso do automóvel na vida cotidiana; e a expansão dos fluxos e de novas acessibilidades, impactando, sobretudo, nas hinterlândias das áreas metropolitanas.

Concomitantemente, outros aspectos foram também estabelecidos nesse período através das mudanças nas relações sócio-espaciais, tais como a especialização do tempo e do espaço da produção e, com isto, uma definição mais precisa dos espaços e do tempo dedicados ao trabalho e ao lazer¹.

Assim, a necessidade dos indivíduos de usufruírem o tempo livre, desligando-se dos locais de produção ou de moradia, induziu o surgimento de espaços especializados no lazer (cf. MENDES, 1996). Desse modo, dentre outras expressões vinculadas à recreação, esse período é marcado pela proliferação de áreas turísticas particularmente nos sítios dotados de amenidades e atrativos naturais, próximos às regiões metropolitanas. Esta demanda propiciou a incorporação de novas e promissoras oportunidades para o capital imobiliário, dentre elas a produção de residências secundárias agregadas em empreendimentos muitas vezes travestidos em “projetos turísticos”.

Ao que tudo indica, esse processo se deu no município de Angra dos Reis, localizado na Região da Baía da Ilha Grande, ao sul do Estado do Rio de Janeiro. Um dos principais

¹Já na década de 1950, DUMAZEDIER (1973) abordava o crescimento das migrações de lazer e a intensificação das questões sociais provenientes do turismo de massa como fenômenos provenientes da instituição das férias regulares e do progresso da urbanização e da motorização individual e coletiva dos meios de transporte.

aspectos que contribuíram para tal processo foi a implantação do trecho Rio-Santos da Rodovia Federal BR-101, inaugurado em 1973, que provocou profundas transformações na região por ela servida.

A acessibilidade proporcionada pela implantação da mencionada rodovia reduziu o percurso de automóvel em apenas duas horas a partir do Centro da Capital do Estado, potencializando os atrativos naturais da região a um vasto e rico mercado consumidor, originário das duas maiores metrópoles brasileiras, ou seja, Rio de Janeiro e São Paulo.

A partir da implantação do trecho da BR 101, que liga a cidade do Rio de Janeiro a Santos, o município de Angra dos Reis passou por uma fase de profundas transformações econômicas, sociais e políticas. Tais transformações redefiniram a articulação dos atores sociais que participam da produção do espaço urbano através das novas oportunidades de acumulação auferidas por esse empreendimento público.

De imediato, os terrenos lindeiros à orla marítima sofreram uma grande valorização, acarretando, dentre outros desdobramentos, a expulsão da população nativa, a privatização das praias e, conseqüentemente, a instauração de diversos conflitos fundiários na região (cf. GUANZIROLI, 1983)².

Nesse processo, o capital imobiliário passou a se apropriar do espaço e das amenidades locais, servindo-se do discurso que prioriza o desenvolvimento do turismo em Angra dos Reis como principal argumento.³ Esse tipo de capital, que é aqui denominado capital turístico-imobiliário, tem atuado no território de Angra dos Reis conforme quatro distintas, porém complementares, vertentes de atuação tratadas mais detalhadamente no transcorrer deste trabalho. São elas:

1. Implementação de condomínios residenciais destinados a um público de alta renda - associados ou não a estruturas hoteleiras e de lazer - nas extensas áreas litorâneas ainda desocupadas . Tal implementação constituiu uma das primeiras iniciativas empreendidas pelos incorporadores imobiliários e, ainda hoje é entendida

² GUANZIROLI, C. E. *Contribuição à Reflexão Sobre o Processo de Produção de um Espaço Regional - O Caso de Angra dos Reis*, Dissertação de Mestrado - PUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1983. - Trata-se de obra fundamental para a compreensão do processo de desenvolvimento na região de Angra dos Reis, ponto de partida para a construção das reflexões sobre o estudo de caso contidas na presente pesquisa.

³ Um seminário promovido pela Prefeitura de Angra, realizado em setembro de 2002, com a participação de quase 80 entidades componentes da sociedade civil local, apontou o turismo como proposta de desenvolvimento para o município a ser estabelecida na revisão do Plano Diretor.

como a que proporciona um dos maiores potenciais de acumulação no município. O afluxo de mão-de-obra de baixa qualificação em busca do emprego nas obras civis, geradas por este ciclo de empreendimentos imobiliários, representou a outra face da intensa (e posteriormente problemática) urbanização sofrida por Angra durante esse período.

2. Incorporação à dinâmica imobiliária de determinadas porções do território continental do Município de Angra dos Reis que, tendo em vista estarem localizadas em áreas de menor acessibilidade e desprovidas de infra-estrutura, acarretam elevados custos para sua ocupação.⁴ Percebe-se a emergência de tal incorporação à medida que se esgotam os recursos e amenidades ambientais mais acessíveis para serem apropriados pelo capital imobiliário. Vale destacar que: (I) a ocupação de tais áreas reproduz a forma anteriormente citada, reeditando diversos problemas, notadamente os relacionados à sustentabilidade dos empreendimentos nelas implantados. (II) os elevados custos de ocupação têm contribuído para conter o interesse dos empreendedores imobiliários, limitando a ação dos investidores na apropriação de um estoque de terras, visando atividades futuras num contexto de mercado mais favorável (cf. RANDOLPH, 1992).

3. Além dessas frentes, há ainda a área insular do município que também representa um importante estoque de terras para a construção civil, notadamente pela suas amenidades naturais e pelo público alvo (alta classe média e classe alta) de prováveis consumidores de tais produtos. A atuação do capital imobiliário ainda não ocorreu de modo incisivo em decorrência das limitações naturais de acesso e das restrições proporcionadas pela rigorosa legislação ambiental.

4. Mais recentemente e, seguindo tendências já percebidas em outras localidades, o Centro da cidade de Angra dos Reis abre outras possibilidades de acumulação através do novo potencial de apropriação e valorização oriundo das intervenções e dos projetos que têm revelado a intenção de reabilita-lo para novos padrões de consumo de bens e serviços, segundo as premissas do empresariamento urbano (cf. HARVEY, 1996).

⁴ Tais áreas se constituem nas áreas rurais e porções de encostas e sertões desprotegidas por legislação federal e/ou estadual.

Numa primeira tentativa de delineamento do principal objetivo deste trabalho poderíamos dizer que procura-se analisar os conflitos entre dois dos principais atores sociais – com interesses divergentes – presentes no município, a saber: o capital turístico-imobiliário de um lado e o grupamento formado por organizações ambientalistas, empresários do setor de turismo não vinculados ao capital imobiliário, pequenos produtores rurais e comunidades tradicionais de outro.

O primeiro tem atuado nas, anteriormente citadas, vertentes de acumulação. O segundo grupamento tem um desenvolvimento socioeconômico atrelado a um tipo de atividade turística menos predatória do ponto de vista social e ambiental (atividade esta entendida por seus postulantes como a principal alternativa para o desenvolvimento local, tendo em vista a expectativa de esgotamento dos recursos disponíveis para as atividades existentes).⁵

Ainda no rol dos objetivos desta dissertação, a análise aqui pretendida envolve também a avaliação do processo de planejamento que vem se estabelecendo no Município de Angra dos Reis a partir da instituição do Plano Diretor, vigente desde de março de 1992. São consideradas as propostas de desenvolvimento urbano local definidas pelos órgãos públicos, as diretrizes existentes para o desenvolvimento turístico, ambiental e industrial, o tipo de turismo predominante e sua conseqüente urbanização, hoje em curso.

Uma vez desvendados os conflitos entre os acima mencionados atores e seus respectivos projetos e/ou propostas, buscar-se-á apontar os pontos positivos e críticos das políticas de desenvolvimento urbano, ambiental e turístico que têm sido implementadas pelo Executivo Municipal desde a vigência do atual Plano Diretor (ANGRA DOS REIS, 1992a). Serão observados os diferentes períodos da gestão do território do município, enfocando a fase de maior identificação com o campo democrático e popular⁶ e os momentos de gestão empresarial, buscando repensar os processos que fazem, no município objeto de estudo, a mediação do jogo de forças no grande campo de conflitos urbanos e ambientais, de modo a avançar um pouco mais no debate do gerenciamento de tais conflitos.

Sintetizando, temos os seguintes objetivos:

⁵ Tais recursos são aqueles apropriados pelo capital turístico-imobiliário e pelas atividades industriais existentes no município (amenidades, solo edificante, recursos naturais).

⁶ Ocorrida durante o período de três governos consecutivos sob a liderança do Partido dos Trabalhadores (PT), entre os anos de 1988 a 2000.

Objetivo geral: analisar os conflitos entre os interesses dos atores com diferentes concepções sobre a atividade turística no município de Angra dos Reis, considerando desde as manifestações do capital turístico-imobiliário com intenções de ganho mais ambiciosas, até os grupos sociais com alternativas de oposição à exploração predatória do espaço, nos quais se incluem as organizações ambientalistas, empresários do setor de turismo não vinculados ao capital imobiliário, pequenos produtores rurais e algumas comunidades tradicionais.

Objetivo Específico: apontar os pontos positivos e críticos das políticas públicas recentes⁷ voltadas para o desenvolvimento urbano, ambiental e turístico do Município de Angra dos Reis;

O objeto de estudo reúne então, o conjunto dos diversos atores sociais que participam dos processos de produção do lugar turístico e do espaço urbano em Angra dos Reis, seus conflitos e os limites do padrão de urbanização que emerge dessa relação.

Preliminarmente, partiu-se da compreensão de que o processo de urbanização dos municípios que, dotados de amenidades e situados nas proximidades de grandes centros de produção e consumo, tem sido, sobremaneira, influenciado pela construção de residências secundárias. Tal processo vem condicionando o desenvolvimento local ao capital imobiliário e intensificando os contrastes definidos pela produção de núcleos dotados de externalidades positivas em contraponto à formação de assentamentos desprovidos de infra-estrutura, ocupados pelos grupos sociais excluídos.

Este desenvolvimento, entendido como “turístico”, monopoliza e/ou exaure os recursos e amenidades disponíveis, interpondo-se ao processo de produção de um espaço turístico implicado na exploração menos predatória e mais equânime desses recursos. Por outro lado, hordas de turistas afluem nas épocas de temporada (em especial, nas férias de verão, nos feriados prolongados e no carnaval) de modo que, a cada ano, o volume destes supera o da mesma época do ano anterior. Nota-se ainda que os turistas de temporada buscam formas de lazer baseadas no “agito”, no “sol e mar”, desprezando muitas vezes o cenário natural que o território oferece ao proceder o uso e/ou consumo predatório do ambiente como, por exemplo, depositar lixo nas trilhas e nas praias.

⁷ Políticas adotadas desde o advento do Plano Diretor, publicado em 1992.

Assim, parte-se da premissa de que esse tipo de desenvolvimento turístico é por si só insustentável, não valorizando as potencialidades que o lugar oferece para um tipo de turismo mais vinculado aos interesses das comunidades excluídas do seu processo de produção e conseqüente apropriação do espaço. Nesse contexto, o estigma da não sustentabilidade⁸ se evidencia quando observado que o modelo de desenvolvimento urbano local, de base predominantemente industrial, proporciona sérias incompatibilidades com qualquer tipo de turismo, principalmente aquele considerado de menor impacto social e ambiental.

A despeito desses óbices e/ou constrangimentos acredita-se, todavia, na possibilidade de se estabelecer outras tendências através de negociações levadas a cabo pelo poder público municipal por intermédio de regulamentações pactuadas de modo participativo e transparente com os diversos segmentos sociais envolvidos, em que os ônus e os bônus da urbanização possam ser equanimente distribuídos.

⁸ Entende-se sustentabilidade a capacidade da atividade turística em manter renováveis ao longo do tempo os recursos naturais e culturais que dispõe para o consumo coletivo, bem como sua possibilidade de inserir na sua produção todos os grupos sociais atingidos por seus impactos, distribuindo de modo justo seus benefícios.

CAPÍTULO 1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo é tecida uma discussão sobre os conceitos e idéias formuladas pelos diversos autores que versam sobre os temas que envolvem o objeto e a temática da pesquisa, mantendo a devida sintonia com os princípios metodológicos assumidos. Também são mostrados os aspectos do desenvolvimento operacional da mesma.

Busca-se aqui identificar as formulações teóricas que permeiam o debate sobre os principais temas envolvidos com o objeto pesquisado, quais sejam: o processo de produção social do espaço urbano, a urbanização de lugares turísticos, a atuação contextualizada do capital imobiliário, a evolução urbana e o processo de planejamento urbano-ambiental de Angra dos Reis.

A estrutura do texto, elaborada para a abordagem do objeto de pesquisa, se dá por meio de duas partes: a primeira expressa o referencial teórico-metodológico que abarca os temas mencionados e, a segunda, apresenta os procedimentos que permitem a compreensão e a aproximação empírica do objeto de estudo aqui tratado.

1.1) REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Analisar a atuação do capital turístico-imobiliário em Angra dos Reis requer a incorporação de um escopo teórico-metodológico, que permita tanto compreender os meandros do comportamento desse tipo de capital quanto do processo de produção do espaço urbano e da evolução histórica peculiar do espaço regional em estudo. Assim, é de

fundamental importância para o desenvolvimento desse trabalho a abordagem de Guanzirolí (1983)⁹, que traz uma relevante contribuição para o entendimento de como a aliança entre o Estado e o capital turístico-imobiliário produziu um novo espaço regional por meio de intervenções e investimentos que, no momento de sua implantação, foram gestados e acumulados fora da região para o atendimento de interesses igualmente exógenos.

No que se refere às abordagens geográficas do turismo, Adyr B. Rodrigues (1989 e 1997)¹⁰ produziu importantes trabalhos a respeito da conceituação do tempo livre e da sua conquista pelo trabalho. Também Rita de Cássia A. Cruz¹¹ (2001) apresenta conceitos introdutórios para a compreensão do turismo do ponto de vista de sua dimensão sócio-espacial, além de contribuir com uma discussão de ordem teórico-metodológica para os estudos acerca dessa temática. No campo do que se poderia chamar de Sociologia do Turismo, Joffre Dumazedier¹² (1973) propõe algumas questões básicas, com abordagens iniciais sobre os processos sociais que induziram ao fenômeno do turismo, cuja compreensão é útil no desenvolvimento da pesquisa.

O conceito de urbanização turística, na forma como foi aplicado por Patrick Mullins¹³ (1991), corresponde basicamente à constatação da existência de formas específicas de produção do espaço urbano engendradas a partir da atividade turística. Mais especificamente, Maria Tereza D. P. Luchiari¹⁴ (1998) traz preciosas contribuições para a relação entre a urbanização e o turismo, repensando a proposta de Mullins no marco conceitual da relação do lugar com a totalidade-mundo.

Em outro trabalho, Luchiari¹⁵ (1997) auxilia a compreensão dos impactos do turismo sobre a cultura caiçara no litoral norte paulista onde, assim como na vizinha região de Angra, o processo de expansão do turismo sob o modelo perverso do capitalismo, atingiu grandes

⁹ GUANZIROLI, op.cit.

¹⁰ RODRIGUES, Adyr B. *Turismo e Espaço – Rumo ao Conhecimento Transdisciplinar*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

RODRIGUES, Adyr B. *Tempo Livre Como Objeto de Consumo e Lazer*. Boletim Paulista de Geografia nº 67. São Paulo, 1989.

¹¹ CRUZ, Rita de Cássia Ariza. *Introdução à Geografia do Turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

¹² DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

¹³ MULLINS, Patrick. Tourism urbanization. *International Journal of Urban Regional Research*, 15 (3): 1991. pp 326-342.

¹⁴ LUCHIARI, M. Tereza. Urbanização Turística: Um Novo Nexo Entre o Lugar e o Mundo. IN. LIMA, Luiz C. (org). *Da Cidade ao Campo: A Diversidade do Saber-Fazer Turístico*. Fortaleza: UECE, 1998. pp 15-29.

¹⁵ LUCHIARI, M. Tereza. Turismo e cultura caiçara no litoral norte paulista. IN. RODRIGUES, Adyr B. *Turismo Modernidade Globalização*. São Paulo: HUCITEC, 1997. pp 136-154.

proporções após a implantação da Rodovia Federal BR 101. Complementarmente, Gilmar Mascarenhas¹⁶ (2003) tece considerações específicas sobre a urbanização turística no interior fluminense. Cabe ainda mencionar um breve artigo de Ricardo Mendes¹⁷ (1996) que associa urbanização e lazer como instrumentalização do tempo livre sob a globalização.

Dessas contribuições, releva-se a constatação de que o turismo proporciona uma nova forma de urbanização - não apenas a partir da acumulação de excedentes agrícolas, da produção de manufaturados, do consumo de bens e serviços para suprimento de necessidades básicas – a urbanização turística se estabelece, quase que exclusivamente, através do consumo de produtos e atividades vinculadas ao lazer, ao prazer e ao espetáculo. A partir dessa constatação, talvez se possa vincular esta concepção do urbano ao modo empresarial de gestão e, conseqüentemente, à produção do espaço das cidades conforme indicação de Harvey¹⁸ (1996).

No enfoque do processo de produção social do espaço urbano, procura-se identificar os principais atores sociais (Estado, Promotores Imobiliários, Sociedade Civil Organizada, etc.) e o conjunto de variáveis que atuam no espaço, em particular o ambiental, enfatizando ainda a ação dos promotores imobiliários neste processo.

Conforme Correa¹⁹ (2003), o espaço urbano é um produto social forjado pela interação dos atores sociais que o produzem e o consomem, resultado, portanto, de ações acumuladas através do tempo, derivando-se da dinâmica de acumulação do capital, das necessidades de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classes. Ainda segundo esse autor, toda essa complexidade inclui várias práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação, deterioração e relocação da infra-estrutura. Desse modo, a contribuição do referido autor oferece elementos importantes para a compreensão do espaço urbano.

O fenômeno da urbanização é também tratado por Milton Santos²⁰ (1993), cujo referencial é fundamental para se traçar alguns princípios teóricos considerados na presente

¹⁶ MASCARENHAS, Gilmar. Redefinindo o urbano, produzindo lugares: a urbanização turística no interior fluminense. In: *Anais do VIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Recife : UFPE, 2003.

¹⁷ MENDES, Ricardo. Globalização, Urbanização e Lazer. *Revista Experimental*. Ano I. Nº 1. USP, julho de 1996.

¹⁸ HARVEY, D. “Do Gerenciamento ao Empresariamento: a Transformação da Administração Urbana no Capitalismo. *Espaço & Debate*, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, nº 39, 1996, pp. 48-64.

¹⁹ CORREA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*, Série Princípios, nº 174, Ática - São Paulo, 1989.

²⁰ SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

dissertação. Da vasta obra desse autor, priorizou-se a utilização das proposições metodológicas para análise do espaço, especialmente no que se refere à dimensão temporal. Com esse instrumento, se quis estabelecer uma periodização auxiliar na compreensão da evolução do espaço, considerando a escala global como componente para o entendimento dos eventos locais. Tais conceituações constam no capítulo intitulado “Dimensão Temporal e Sistemas Espaciais no Terceiro Mundo”. In: SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 1ª ed. São Paulo: Nobel, 1985. p 21-35.

As mudanças no uso do solo revelam que a transformação do espaço produzido, quando este deixa de ter destinação rural para se converter em “zonas de expansão urbana”, em locais ricos de cenários naturais, cria o que poderíamos chamar de “espaço turístico”. Os promotores imobiliários, desvinculados do gerenciamento da atividade turística a ser instalada, destroem a natureza para depois revendê-la recomposta a seu gosto²¹. Além disso, a urbanização turística produz paisagens mutantes, pois,

[...] quer na urbanização turística para residências secundárias, quer na urbanização associada a outras modalidades de alojamento turístico, o uso fugaz do território, marcado pela transitoriedade, é responsável por processos de territorialização e desterritorialização. O tempo, marcado por ritmos planejados (férias, feriados, altas temporadas), impõe um novo ritmo à região, depois recua, e as territorialidades locais se recompõem, mas já sobre outras rugosidades. (LUCHIARI, 1998, p.24).

Tais transformações por que passa o espaço urbano têm como ponto comum a manutenção de suas características enquanto espaço simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, conjunto de símbolos e campo de luta, ainda que suas funções tenham mudado. A desigualdade sócio-espacial se acentua. O equilíbrio social e a organização espacial não passam, portanto, de um discurso tecnocrático, impregnado de ideologia (cf. CORREA, 2003). O espaço é, pois, expressão dessa desigualdade e desequilíbrio, posto que não é homogêneo.

Conhecer os efeitos da ação antrópica sobre o meio ambiente pressupõe uma análise sobre os principais atores sociais indutores do processo de ocupação espacial, dos quais aqueles ligados ao capital imobiliário se destacam.

²¹ Cf. Guanziroli, op. cit.

A importância do capital imobiliário enquanto agente modelador do espaço urbano vem sendo estudada já há algum tempo por um grande número de pesquisadores. Topalov (1979)²² foi um dos primeiros a formar uma teoria e uma tipologia das personificações sob as quais se apresenta o capital imobiliário ou seja, as empresas imobiliárias. É através do seu trabalho que travamos conhecimento das diversas origens deste capital. Um estudo mais aproximado das incorporações imobiliárias é apresentado por Almeida (1982)²³, a partir de onde é possível vislumbrar aspectos de sua atuação local, suas tendências espaciais e perspectivas.

Com relação ao estudo de caso, percebeu-se que em função de suas especificidades, a região da Baía da Ilha Grande, e particularmente o Município de Angra dos Reis, tem recebido uma especial atenção analítica. Esse interesse se concretizou, por exemplo, na elaboração de trabalhos acadêmicos e diagnósticos dos impactos dos grandes empreendimentos federais dos anos 70, em relatórios técnicos e documentos oficiais. Dentre os últimos, destaca-se aqui o Diagnóstico Ambiental do Programa de Gestão para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Contribuinte à Baía da Ilha Grande (SEMA, 1997) e o Plano Diretor de Turismo da Ilha Grande, encomendado pela Prefeitura de Angra dos Reis, que trazem, respectivamente, um excelente diagnóstico das questões sócio-ambientais da região e um trabalho coerente e fundamentado acerca do modelo turístico em curso.

Em Angra dos Reis, o processo de acumulação de capital determina que a natureza seja tratada como “recurso natural” ou “capital ambiental”, resultando em agravamento contínuo das condições sócio-ambientais, atingindo de início os grupos dependentes do equilíbrio dos ecossistemas (pescadores, caiçaras, agricultores), expulsos pelos empreendimentos turísticos. Esses, por sua vez, interferem diretamente na vida de toda a população, alterando suas referências sociais, ambientais e culturais (cf. OLIVEIRA, 1993)²⁴.

A questão da “vocação turística” de Angra dos Reis é um exemplo de como prevalece a noção de que a natureza é um recurso ambiental a ser explorado racionalmente, ao mesmo

²² TOPALOV, Christian. *La Urbanización Capitalista: Alguns Elementos Para Su Analisis*. Edicel, México, 1979.

²³ ALMEIDA, R.S. *Atuação Recente da Incorpora  o Imobiliária no Município do Rio de Janeiro: Tendências Espaciais Vigentes e Alternativas Futuras*. Programa de Pós-gradua  o da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 1982.

²⁴ OLIVEIRA, Carlos Afonso S. (coord.) *Angra dos Reis: Gestão Democrática; Apropria  o do Solo Urbano*, IBASE, Rio de Janeiro, 1993, 2 VOL.

tempo em que elucida a íntima parceria entre agentes públicos e privados para o aproveitamento econômico do Município. Esta vocação turística se apóia no inestimável patrimônio natural e paisagístico do território e, em grande parte, é o valor deste “recurso turístico” que mobiliza a sua defesa sem, porém, impedir a sua destruição pelos próprios interesses turísticos (cf. OLIVEIRA, 1993).

Contudo, a emergência e o fortalecimento das diferentes lutas sociais e urbanas no âmbito do processo de redemocratização do País, levaram à crescente politização do processo de desenvolvimento da cidade e à conseqüente superação de seu tratamento nos moldes racionalista e tecnocrático, características dos planos urbanísticos traçados durante o regime militar pós 1964.

Assim, a conseqüente organização e politização da comunidade, no caso em questão, com sua crescente participação na gestão do espaço, tende a dar emergência e visibilidade política à seus projetos nos embates e conflitos, a aprimorar a legislação urbanística e ambiental (que, diga-se de passagem, evoluiu no sentido da compreensão da dinâmica do espaço construído) e a favorecer o processo de revalorização do meio ambiente construído sob a parceria dos atores sociais, tal como requisitado pelo Estatuto da Cidade.

Cabe ainda ressaltar que toda a exposição teórica aqui expressa nem sempre é aplicada na presente dissertação de modo direto. Determinados autores e documentos foram aproveitados meramente como consulta para o aprimoramento teórico do autor, sem que haja a imposição de serem novamente citados nos próximos capítulos. Outras fontes, porém, foram abordadas visando obter de suas contribuições citações formais ou conceituais que pudessem conferir maior comprovação ou autoridade às idéias ora desenvolvidas.

Neste sentido, o Capítulo 2, que discorre sobre os condicionantes físicos, socioeconômicos e históricos que determinaram o processo de produção do espaço urbano em Angra dos Reis, tem em Guanzioli (1983) e Santos (1985) suas principais fontes. Já o Capítulo 3, que trata das formas recentes da gestão do território municipal, se referencia, dentre outros, em Harvey (1996) e Oliveira (1993), além de relatórios e diagnósticos técnicos. Por fim, nas Considerações Finais são resgatados alguns conceitos sobre urbanização turística embasados principalmente em autores como Luchiari (1997) e Mullins (1991).

1.2) ASPECTOS OPERACIONAIS DA PESQUISA

Esta parte contém os procedimentos operacionais que, estruturados nas premissas teórico-metodológicas expressadas anteriormente, permitiram a aproximação do objeto enfocado nas reflexões expostas. Inclui os trabalhos de campo, as atividades de coleta e produção de dados e sistematização do material consultado. Essas atividades foram aglutinadas em distintas etapas de trabalho, definidas conforme diferentes níveis de aproximação com o objeto enfocado. São elas:

Etapas 1: A etapa inicial constituiu-se na definição da pesquisa, abrangendo desde a delimitação do tema, perseguido após um longo período de atuação profissional junto ao Departamento de Planejamento Territorial da Prefeitura de Angra dos Reis, onde se travou contato cotidiano com os conflitos derivados das dinâmicas do espaço em questão. O amadurecimento do tema, a definição do objeto e dos objetivos da pesquisa se estabeleceram nesta etapa e culminaram com a conclusão e aprovação do respectivo projeto de pesquisa pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense.

Etapas 2: Nesta etapa, foi feita a coleta de material bibliográfico para fundamentação teórica e a orientação da análise das formas de apropriação do solo na região de Angra dos Reis durante o recente período histórico. Partiu-se do acervo existente no já mencionado Departamento de Planejamento Territorial, setor que coordenou a elaboração do Plano Diretor deste Município, uma das primeiras aplicações da Política Urbana preconizada pela Constituição Federal de 1988 (cf. DE GRAZIA, 1990)²⁵. Essa importante experiência na área de gestão participativa permitiu que ali se acumulasse vários documentos sobre o processo de planejamento do município, bem como da evolução de sua ocupação e de seus conflitos urbanos, aspectos físicos, informações cartográficas, levantamentos aerofotogramétricos, todo um rico material ao qual se teve acesso privilegiado. Também se recorreu a outros setores da Administração Municipal e demais instâncias administrativas em busca de dados relacionados ao objeto, sem mencionar fontes menos específicas, como acervos particulares, bibliotecas e *web*.

²⁵ DE GRAZIA, Grazia (org.). *Plano Diretor – Instrumento de Reforma Urbana*. Rio de Janeiro: Fase, 1990.

Etapa 3: Nos registros consultados, as relações entre os atores sociais e os conflitos que daí emergem, puderam ser evidenciados até determinado momento recente. A dinâmica das transformações dessa interação implica em verificar como tais conjunturas se caracterizam atualmente e quais seriam alguns dos possíveis cenários futuros. Para essa verificação, tornou-se necessário dedicar uma etapa à realização de entrevistas e pesquisas em artigos de jornais. Assim, se pôde extrair informações, opiniões e posicionamentos dos principais representantes dos atores envolvidos na produção do espaço urbano e do turismo.

Percebeu-se que o Poder Público local passa por uma tendência empresarial na gestão pública, em contraponto com um prolongado período de governos populares. Notou-se ainda que muitos representantes do capital imobiliário, em suas formas de atuação no passado recente do município, ocupam postos chave na atual Administração Municipal. Definiu-se, então, por entrevistar alguns desses atuais representantes do setor público com vistas a captar as tendências de intervenção estatal. Além disso, foram abordados outros atores²⁶ com atuação em contextos do passado recente, quando a gestão apontava enfaticamente para o planejamento participativo. O objetivo aqui pretendido é o de vislumbrar as contraposições e tendências do processo de gestão urbana local, de modo a estabelecer um posicionamento mais claro e atualizado a respeito da atuação do capital imobiliário e das possibilidades do desenvolvimento turístico ante a coalizão das forças no estágio atual do processo de produção do espaço urbano. Dentre os questionamentos colocados aos entrevistados, em roteiro aberto, pode-se citar:

- Que tipo de desenvolvimento é mais adequado para Angra? industrial/ agrícola/ turístico/ outro? Porque?
- O que acha do conflito entre desenvolvimento e preservação ambiental?
- O que acha dos problemas sociais que o município enfrenta?
- Quais são os maiores empecilhos para o desenvolvimento do município hoje?

²⁶ ONG ambientalista, setor rural, setor de meio ambiente da PMAR, construção civil, entidade ligada ao turismo.

- Qual o papel da prefeitura para viabilizar o desenvolvimento, em termos de regulamentação e intervenção?
- O que pensa a respeito do turismo como alternativa de desenvolvimento para Angra?
- Qual a sua opinião a respeito do Plano Diretor? O que há de bom e o que precisa ser revisto?
- Como avalia as últimas administrações municipais em relação às questões urbanas e ambientais?
- Quais foram as grandes diferenças que marcaram as gestões petistas e o atual governo?
- Quais as perspectivas para o futuro?
- Que tipos de empreendimentos são mais viáveis para cada localidade do município?

Em razão dos possíveis constrangimentos que a publicidade dessas opiniões poderia acarretar, eventualmente optou-se por não identificar o informante, deixando transparecer apenas a que arranjo de interesses as idéias expostas correspondiam.

Etapas 4: Os dados coletados foram sistematizados e analisados, observando-se as interações sociais ocorrentes no processo de produção do espaço urbano e turístico local. Especial atenção foi dada ao processo de discussão e implementação do Plano Diretor vigente e a atuação do Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente instituído pelo mesmo Plano, buscando avaliar os diferentes níveis da gestão democrática ao longo do processo.

Foram enfocados o processo de planejamento em curso e seu rebatimento sobre as formas atuais de apropriação e produção do espaço. Uma análise da evolução dos instrumentos de planejamento das ações do Estado na região estabeleceu o papel desse ator social ao longo da evolução.

Conforme o enfoque se aproximava do objeto da pesquisa, observou-se que a evolução das relações e conflitos entre os atores sociais produtores do espaço definiu diferentes modos de atuação do capital turístico-imobiliário que se manifestaram de acordo com

recortes temporais e espaciais . Em cada um desses recortes buscou-se apresentar o perfil típico dos produtos do capital turístico-imobiliário lançados no mercado.

Etapas 5: Dedicada ao desenvolvimento dos capítulos para a qualificação da tese.

Etapas 6: Dedicada ao desenvolvimento dos demais capítulos, revisão e considerações finais.

CAPÍTULO 2 - EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA DE ANGRA DOS REIS

O presente capítulo mostra uma contextualização física e ambiental do município de Angra dos Reis com notas sobre sua história, abrangendo economia, espaço e sociedade, conforme as fases ou ciclos tratados a partir da fonte privilegiada escolhida, materializada na obra de Guanzirolí (1983). Discorre sobre estoque de terras, sobre o turismo e o capital imobiliário atuantes na região. Apresenta a exploração do lugar pelo capital turístico-imobiliário e suas formas de apropriação do espaço, articulando/vinculando o acesso provido pela rodovia Rio-Santos à explosão da atividade turística. Por fim, serão tratados os reflexos das atividades turístico-imobiliárias no município e na forma urbana.

A principal meta é esboçar um quadro das condições físicas, sociais e econômicas que, ao longo da história, produziram o lugar turístico de Angra dos Reis, seus conflitos e contradições. Será mostrado como um ciclo de intervenções, gestado fora do município e calcado em interesses exógenos à dinâmica local (cf. GUANZIROLI, 1983), contribuiu para o surgimento de novos agentes e circuitos econômicos delineadores de novas configurações espaciais.

Para o auxílio do entendimento desse processo, será adotado um recorte temporal que, em âmbito local, permitiu estabelecer duas fases temporais distintas: a fase pré-turística, caracterizada por ciclos de atividades primárias e, a fase turística, em que o aporte de capitais industriais e turístico-imobiliários estabelece dinâmicas diferenciadas com a destruição das condições socioeconômicas anteriores.

A compreensão das relações entre os atores sociais e os circuitos produtores desse espaço permitirá entender como vem se dando o atual processo urbano de Angra, de modo a

perceber os desafios atuais do desenvolvimento turístico do lugar, assunto que trataremos nos capítulos seguintes.

2.1) ANGRA DOS REIS: BREVE CARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

O papel desempenhado pelo sítio físico nos processos de desenvolvimento de Angra dos Reis merece uma atenção específica, até porque o ambiente natural é fundamental no que se refere ao potencial turístico que o município oferece. Interessa-nos analisar alguns aspectos da conformação desse sítio como um dos condicionantes dos processos de desenvolvimento socioeconômico do espaço regional, bem como para subsidiar a análise das potencialidades de desenvolvimento futuro.

O encontro do mar com as encostas da serra, revestidas por uma exuberante cobertura florestal num litoral diversificado, formado por recantos ímpares, cria uma imagem de apelo ao imaginário coletivo, cujo bucolismo inerente produz vínculos com a idéia de paraíso tropical, de refúgio e daí, a sua apropriação como recurso turístico.

Importantes recursos paisagísticos do lugar figuram no ambiente natural que, no entanto, impõe graves restrições à ocupação e ao uso do solo, determinando os conflitos sócio-ambientais decorrentes da evolução urbana. Como evidência, temos de um lado, a pressão imobiliária sobre áreas ambientalmente frágeis (em decorrência das demandas por amenidades) e, de outro, a pressão dos grupos sociais excluídos sobre tais áreas, dado por não terem acesso aos benefícios da urbanização nas áreas já ocupadas.

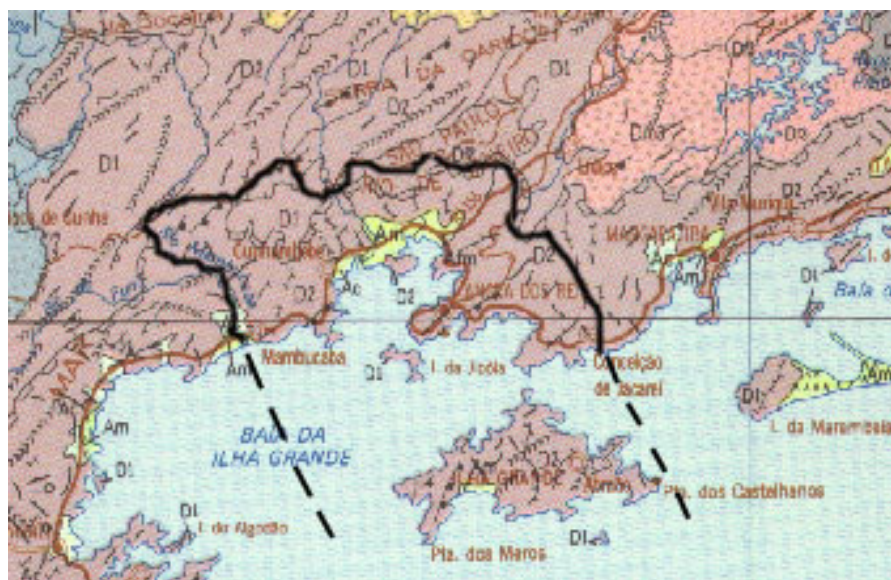


FIGURA 1 - Cenários naturais típicos do município (fotos Beatriz Borges).

Assim, importa entender alguns elementos formadores das condições do ambiente físico deste território, a começar pelas características associadas à geomorfologia,²⁷ no nosso ver, o condicionante de maior peso na formação das demais características naturais da região. Os dados apresentados constam, predominantemente, dos levantamentos do Projeto RADAMBRASIL (BRASIL,1983), além de outras fontes a serem oportunamente citadas.

Escarpas e Reversos da Serra do Mar

Em Angra dos Reis, a Serra do Mar abrange mais de 80% do território. Em termos geomorfológicos, esta unidade se denomina “Escarpas e Reversos da Serra do Mar”. Apenas duas outras unidades geomorfológicas compõem uma pequena parcela do território do município: as Planícies Costeiras ao sul e o Planalto Dissecado, ao norte.



MAPA 1 - Ampliação sem escala de fragmento das folhas SF.23/24 Rio de Janeiro/Vitória do Levantamento de Recursos Naturais RADAMBRASIL (BRASIL, 1983) - tema geomorfologia - apresentando a predominância da unidade “Escarpas e Reversos da Serra do Mar” (cor escura) em relação às “Planícies Costeiras” (cor clara).

A unidade “Escarpas e Reversos da Serra do Mar” é constituída por um bloco montanhoso saliente, com grandes desníveis altimétricos e escarpas íngremes atingindo altitudes em torno de 1000 metros, evidenciando um basculamento em direção ao litoral.

A maioria dos cursos d’água tem pequena extensão, formando micro-bacias cujas nascentes ocorrem próximas à encosta voltada para o litoral (com exceção dos rios

²⁷Termo entendido como “*estudo racional e sistemático das formas de relevo [com base] nas leis que lhes determinaram a gênese e a evolução*” (GUERRA, 1993, p. 204)

Mambucaba e Bracuí, os maiores coletores da região, que nascem no Planalto Dissecado, fora dos limites municipais).

Os solos, na maioria podzólicos, litólicos ou cambissolos, possuem pouca profundidade e, em geral, são formados pela deterioração do embasamento rochoso. Predominam solos de fertilidade baixa, extremamente susceptíveis à erosão laminar e aos deslizamentos de terra (ANGRA DOS REIS, 1992 b).

Uma série de ilhas de dimensões variadas, disseminadas no mar próximo à escarpa litorânea, foi incluída nesta unidade geomorfológica por serem ilhas continentais, separadas por canais pouco profundos, e que normalmente têm um vínculo litológico, estrutural e morfológico com o continente. Sua formação decorre da elevação, em tempos geológicos, do nível do mar (transgressão marinha), que alagou os interstícios da Serra e encobriu parte de uma antiga macro-bacia hidrográfica (ALMEIDA E CARNEIRO, 1998, p. 147), formando o que se denomina “*costa de submersão*” ou “*ria*” (GUERRA, 1993, p. 372).



FIGURA 2 - Detalhe da elevação da Serra do Mar a partir do litoral. O exemplo focaliza uma paisagem da Vila do Abraão, na Ilha Grande. Em segundo plano, o Pico do Papagaio, situado a 956 m de altura. (Acervo da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis. Foto Francinete Fróes).

Os atuais rios do município são os antigos contribuintes deste vale submerso, bem como as ilhas da Baía da Ilha Grande já foram antigas cumeadas e topos de morro. Dentre essas ilhas, as principais e de maior extensão são a Ilha Grande e a Ilha da Gipóia. Devido ao seu isolamento ecológico e a desmatamentos que ocorreram no passado, as ilhas apresentam, em geral, menor riqueza de espécies animais e vegetais do que o continente. A orla insular representa, porém, quase 50% da extensão total da orla marítima da Baía da Ilha Grande e abriga os ecossistemas litorâneos e costeiros em melhor estado de conservação, incluindo manguezais, restingas, praias, costões rochosos e sistemas *estuarinos*²⁸. Assim, sua importância para a pesca e para a maricultura é desproporcional à sua extensão territorial. Ao mesmo tempo, seu estado de conservação, juntamente com a atração do seu isolamento, a presença de vilas típicas e ausência de automóveis e grandes empreendimentos, transforma as ilhas da Baía da Ilha Grande em seu principal recurso turístico. As Ilhas Grandes, da Gipóia, Botinas e Cataguases são os pontos mais procurados por turistas e veranistas.

Planícies Costeiras ou Litorâneas

Na escarpa litorânea, a variação de saliências e reentrâncias permitiu a formação de pequenos setores da unidade geomorfológica, denominada “Planícies Costeiras” ao longo do litoral em direção às escarpas da Serra do Mar, interpenetrando os estuários, angras, enseadas e lagoas. Tais planícies são formadas por *depósitos coluviais*²⁹ que se encontram normalmente mais próximos às encostas, como resultado do transporte, em escala temporal geológica, de material de alteração das mesmas. A estes depósitos seguem-se os de origem marinha, principalmente nos terrenos mais baixos. Os sedimentos marinhos e fluviomarinhos mais recentes correspondem às praias atuais e às áreas sob influência das marés.

Em todo este setor do Litoral Sul Fluminense ocorrem superposições de depósitos coluvionares, fluviais, fluviolacustres, marinhos e fluviomarinhos, também relacionados às alterações climáticas e eustáticas³⁰ e à proximidade das escarpas íngremes da Serra do Mar. Esses depósitos contêm solos predominantemente ricos em compostos orgânicos, de baixa fertilidade e com sérias restrições à drenagem e eventualmente ao saneamento, em

²⁸ Termo relativo a estuário, que é uma “*forma de desagudouro de um rio no oceano, constituído de vários braços, [sujeitos aos] efeitos das marés*” (GUERRA, op. cit., p.174)

²⁹ “*acúmulo de material localizado freqüentemente no sopé de uma encosta e transportado por efeito de gravidade*” (ibid., p.123).

³⁰ Relativo a “*Eustatismo*”, que designa as variações lentas do nível do mar resultantes dos movimentos de “*transgressões ou regressões marinhas*” (ibid., p. 174)

decorrência das condições de anaerobiose (ANGRA DOS REIS, 1992 b). Formam os cordões litorâneos³¹, lagunas³², vales fluviais e manguezais cujas condições ambientais específicas, de grande importância ecológica, são as mais prejudicadas pelo processo de ocupação e urbanização desenvolvido neste território ao longo dos últimos 30 anos, dado sua maior viabilidade econômica para a implantação dos assentamentos urbanos em comparação com as condições existentes nas escarpas e encostas.



FIGURA 3 - Aerofoto ortorretificada do bairro Japuíba, apresentando exemplo de ocupação urbana em Planície Costeira. À esquerda, no entorno da pista de pouso, um expressivo fragmento de manguezal resiste à expansão urbana que, iniciada na década de 1980, se estende hoje por quase toda a planície. Ao centro, a Rodovia Federal BR 101. (Acervo da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis).

Clima e Vegetação

Esse quadro físico, associado ao fato de que Angra se situa no trecho do litoral brasileiro localizado entre Cabo Frio (RJ) e Paranaguá (PR), a única costa tropical do mundo voltada para o continente Antártico, condiciona uma situação climática e biótica peculiar. Ao longo de todo o ano, intensas frentes frias oriundas do continente gelado atravessam o Atlântico Sul, trazendo ventos úmidos ao litoral sudeste. Erguendo-se abruptamente após a estreita planície costeira, a Serra do Mar bloqueia e eleva estes ventos, gerando *chuvas*

³¹ São formações constituídas por “*detritos carreados pelo mar e pelos rios e acumulados geralmente ao longo da costa*”. (GUERRA, op. cit., p. 107).

³² “*depressão contendo água salobra ou salgada, localizada na borda litorânea*” (ibid., p. 256).

*orográficas*³³ sobre suas encostas, mesmo durante as estiagens de inverno, elevando a pluviosidade da região a índices muito superiores aos que ocorrem no restante da região sudeste, favorecendo o desenvolvimento de florestas e a instabilidade das encostas, contribuindo assim, para o carreamento de material para as planícies litorâneas. Além disso, a história climatológica e a distribuição da fauna local demonstram que o segmento da Serra do Mar localizado entre Mangaratiba e São Sebastião (SP) é um refúgio *pleistocênico*³⁴, cujo clima e vegetação mantiveram-se inalterados durante mais de 5 milhões de anos. Por isso, a região apresenta um dos maiores graus de endemismos³⁵ do Brasil, e um dos maiores índices de biodiversidade de toda a Mata Atlântica (SEMA, 1997 b, p. 05).

Essa floresta, também conhecida como Floresta Pluvial Tropical ou Floresta Ombrófila Densa, estende-se desde o nível do mar às cotas altimétricas superiores a 1.000 metros, variando algumas de suas características conforme a altitude (Floresta de Neblina ou Altitude no Planalto Dissecado, Montana e Sub-montana nas Escarpas, Floresta de Terras Baixas nas Planícies Litorâneas).

Nas Planícies Costeiras também ocorrem as Áreas de Formação Pioneiras, que compreendem a vegetação de primeira ocupação, instalada sobre as áreas onde os solos são incessantemente submetidos às influências marinha, fluvial e fluviomarinha. Correspondem à vegetação das restingas, dos ambientes de acumulação dos cursos d'água, sujeitos a inundações periódicas e dos mangues, respectivamente.

As restingas são de pequena abrangência, pois os cordões arenosos ocupam áreas estreitas e de curta extensão. Já os manguezais se constituem em importantes ecossistemas de transição. Estendem-se principalmente, próximos à desembocadura dos rios e vales fluviais, principalmente dos rios Bracuí e Ariró - Jurumirim, onde se dão as maiores áreas contínuas de manguezal no município. Assim como as demais comunidades naturais das Planícies Costeiras, os mangues sofrem um grande processo de degradação. Os remanescentes atuais de mangues se constituem em menos de 50% de sua área original devido à expansão urbana,

³³ Um dos três tipos de chuva ocorrentes na natureza. É causada pela elevação do ar úmido em seu encontro com uma barreira natural (cadeia de montanhas, elevações topográficas, etc). O esfriamento do ar ao elevar-se provoca a formação de nuvens localizadas e a conseqüente condensação na forma de chuvas, normalmente intensas.

³⁴ Relativo a “*Pleistoceno - período [geológico] que marca o início do Quaternário. Durou aproximadamente um milhão de anos. Nesse período apareceu a maioria das espécies atuais. Corresponde ao ‘paleolítico’ dos arqueologistas*” (GUERRA, op. cit., p.341).

³⁵ Ocorrência de uma dada espécie em área restrita, como, por exemplo, numa ilha ou montanha.

intensa nas últimas décadas. Os impactos ambientais dessa perda são percebidos tanto na redução da captura do pescado, quanto na diminuição do potencial turístico representado pela paisagem e pela manutenção da qualidade das águas da Baía.

Alterações Antrópicas

Devido às características naturais aqui resumidamente expostas, a ocupação da região de Angra dos Reis teve nas restrições de acesso, o principal condicionante a ser superado. Esta imposição ambiental condicionou o isolamento do lugar durante a maior parte de sua história. Somente a partir da segunda metade do século XX, estradas de rodagem permitiram o trânsito de veículos entre Angra e os principais centros do país, principalmente através da RJ-155 que une Angra dos Reis a Barra Mansa, cortando transversalmente a escarpa da Serra do Mar. E, após 1970, com o trecho Rio-Santos da BR 101 traspassando a margem litorânea sinuosamente, onde foram adotados inúmeros recursos de engenharia caracterizados como “obras-de-arte” onerosas, tanto do ponto de vista da sua construção quanto de sua manutenção.³⁶ Esse evento foi fundamental para o estabelecimento de um novo processo de desenvolvimento com novos ritmos de crescimento populacional.



FIGURA 4 - Imagem de Satélite (LANDSAT 7, 2002) que permite a interpretação de ocupação (cores roxas), cobertura vegetal (tons de verde) e outras alterações antrópicas (tons escuros). Apresenta ainda a expressiva movimentação do relevo. (acervo da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis).

³⁶ Trataremos mais detalhadamente da abertura desta rodovia no subitem 2.2.2.

A conseqüente expansão urbana praticamente esgotou os melhores estoques de solo disponíveis, direcionando a ocupação para áreas cada vez menos aptas às novas formas de uso. Torna-se hoje um grande desafio para a gestão territorial de Angra dos Reis lidar com a escassez de áreas destinadas às atividades humanas, comprimidas em menos de 20% do território municipal (na maior parte, Planícies Costeiras), com exíguas opções de expansão. As demais áreas são inviáveis e/ou estão sob proteção de leis ambientais. Contudo, o processo de desenvolvimento iniciado com a rodovia Rio-Santos continua estabelecendo uma enorme pressão para a ocupação territorial destinada para fins urbanos e que, à revelia das restrições legais, ainda consome áreas de florestas, margens de rios, mangues e mar. A expansão agrícola também tem contribuído para a degradação ambiental no município, apesar da carência de solos e condições propícias. Gradualmente “empurrada” pela expansão urbana, avança sobre áreas de encosta florestada, impondo danos à preservação e conservação ambiental.

Em razão deste quadro, a história da ocupação recente de Angra dos Reis tem registrado diversas ocorrências trágicas resultantes da reação de um ambiente com tantas restrições físicas. A perda da biodiversidade em razão dos desmatamentos, a redução da produção do pescado e o comprometimento da balneabilidade das águas da baía em face da redução das áreas de manguezal, do despejo no mar de esgoto “in natura” e de óleo proveniente das embarcações (cf. SEMA, 1997a, p. 78), têm reduzido drasticamente as expectativas do aproveitamento prolongado desses recursos, especialmente para o setor turístico.

Eventos danosos e fatais como os casos de inundações, deslizamentos de terra e escorregamentos que, por exemplo, vitimaram dezenas de pessoas em dezembro de 2002, demonstram a inadequação do processo de expansão urbana que hoje se dá. Permite-nos também aventar hipóteses temerárias quanto à capacidade deste ambiente em suportar os impactos gerados pelo desenvolvimento recente, uma vez que a presença humana em porções deste território há pouco inabitadas ainda não registrou possíveis eventos naturais cíclicos cuja escala temporal foge à perspectiva histórica dos atuais habitantes.

Os condicionantes ambientais descritos permitem concluir que o processo instaurado na fase turística – vinculada essencialmente à implementação do trecho da estrada BR-101 denominado Rio-Santos – redundou em impactos negativos diversos às muitas variáveis de âmbito local. Aos problemas e conflitos de natureza ambiental, têm se somado conflitos

sociais deflagrados principalmente pelas novas possibilidades de acumulação, o que significa também o acirramento das demandas sociais, uma vez que para os grupos sociais excluídos desse processo sobram os terrenos menos propícios à ocupação. Por outro lado, uma reorientação do processo de desenvolvimento em curso, com a aplicação eficaz de formas de gestão alternativas, torna-se não apenas uma saída na busca da justiça social, mas uma urgência ante a ameaça de um colapso que poderá atingir toda a sociedade local.

2.2) NOTAS COMPLEMENTARES PARA A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS: ECONOMIA, ESPAÇO E SOCIEDADE

Apesar das restrições impostas pelo ambiente natural, a região da Baía da Ilha Grande, onde se localiza o município de Angra dos Reis, é uma das localidades do Brasil meridional de ocupação colonial mais antiga. Das razões mais plausíveis para este início remoto, a baía abrigada e a proximidade com a serra a ser transposta para atingir-se o interior talvez expliquem a atividade portuária ali desenvolvida. Todavia, a evolução da ocupação local gerou um quadro rico em conflitos sociais e ambientais resultantes de um modelo de desenvolvimento impulsionado hoje pelo capital turístico e imobiliário.

Antes, contudo, convém destacar que a compreensão da história de um lugar com tantas interferências exógenas determina o estabelecimento de uma periodização que permita vislumbrar os nexos entre a evolução dos fatos e os ciclos de modernizações e influências oriundas de outras regiões e níveis escalares. Para tanto, considerou-se a questão da dimensão temporal no estudo da organização do espaço, conforme a proposição de Santos (1985).

De acordo com essa compreensão, as análises urbanas tradicionais recorrem, muitas vezes, a uma narrativa histórica estruturada na forma de uma corrente linear de causa e efeito, como se as situações do passado resultassem nas situações do presente, desconsiderando que *“o espaço é o resultado da geografização de um conjunto de variáveis, de sua interação localizada, e não dos efeitos de uma variável isolada”* (SANTOS, 1985, p. 22). Os problemas decorrentes desse procedimento residem no fato de que a mesma variável muda no transcurso da história do lugar, e que se deve priorizar a sucessão de sistemas sobre os fatos isolados. (cf. SANTOS, 1985, p. 22).

É preciso, ainda, reconhecer que não há uma escala ideal para se dar conta dos processos reais e que cada escala escolhida proporcionará conseqüências redutoras para a

explicação das problemáticas e hipóteses aventadas, o que demanda uma solução prática ante o objeto delimitado. Além disso, a variação da escala não é apanágio do pesquisador ou produto do processo de construção da pesquisa, mas antes de tudo, é dada pela variação de importância dos atores sociais e a extensão do campo que eles têm para agir. (cf. LEPETIT, 2001, p. 206)

Além disso, Santos (1985, p. 22) enuncia que:

[...] não se pode fazer uma interpretação válida dos sistemas locais na escala local. Eventos à escala mundial, sejam os de hoje ou os de ontem, contribuem mais para o entendimento dos subespaços que os fenômenos locais. Estes últimos não são mais que o resultado, direto ou indireto, de forças cuja gestação ocorre à distância. Isto não impede que estes subespaços sejam dotados de alguma autonomia em razão do peso da inércia gerada pelas forças produzidas ou amalgamadas localmente.

Assim, para buscar a solução prática requerida, deve-se, dentre outras questões, entender em cada sistema quais são os eventos resultantes das influências externas, quais são estas influências, quando elas se irradiaram, quando se sucederam os eventos a elas sujeitos, quais e como se dão as forças locais que impõe a inércia, até que ponto e de que forma o local influencia outros subespaços a ele subordinados. A cada enfoque a escala se dará em função da abrangência de atuação dos agentes envolvidos.

Considerando a escala mundial, Santos (1985) propõe para a História dos países periféricos uma periodização calcada em sistemas temporais caracterizados por modernizações. Tal critério pode ser arbitrado de modo a seguir os objetivos do investigador. No caso em questão, as secções de tempo que impõem ao objeto aqui enfocado relações de influência seriam:

1. O período da expansão comercial (fins do séc XV até 1750)
2. O período das Revoluções Industriais (1750-1945)
3. O período tecnológico (a partir de 1945)

Não obstante, é Guanzirolí (1983) quem fornece a maior parte das informações utilizadas neste trabalho para a compreensão do processo de produção do espaço urbano em Angra dos Reis. Sua contribuição também se deu através de uma outra periodização, considerada aqui de fundamental importância para a abordagem da evolução urbana do município, ou seja, complementa a anterior, de Santos (1985), permitindo uma aproximação

mais acurada do objeto deste estudo. Trata-se do estabelecimento de duas fases (Fase Pré-Turística e Fase Turística) cujo marco divisório foi a construção da Rodovia Federal BR-101. Neste tópico também serão apresentadas essas fases a partir dos dados e do enfoque adotado no referido trabalho, principal fonte desta pesquisa.

Assim, trataremos da evolução urbana de Angra dos Reis conforme duas periodizações complementares e, de certa maneira, superpostas. Uma define duas fases do desenvolvimento local, calcadas em dinâmicas específicas, cujo divisor de águas foi a construção da Rodovia Rio-Santos (cf. GUANZIROLI, 1983). A escala global é estabelecida pelas secções de tempo definidoras de determinadas modernizações emanadas pelos centros difusores mundiais (metrópoles coloniais, centros de dominação mercantil, países centrais/ hegemônicos) segundo a proposta de Santos (1985). A linha de tempo esquematizada na Fig. 6, demonstra a superposição dos períodos aqui mencionados:

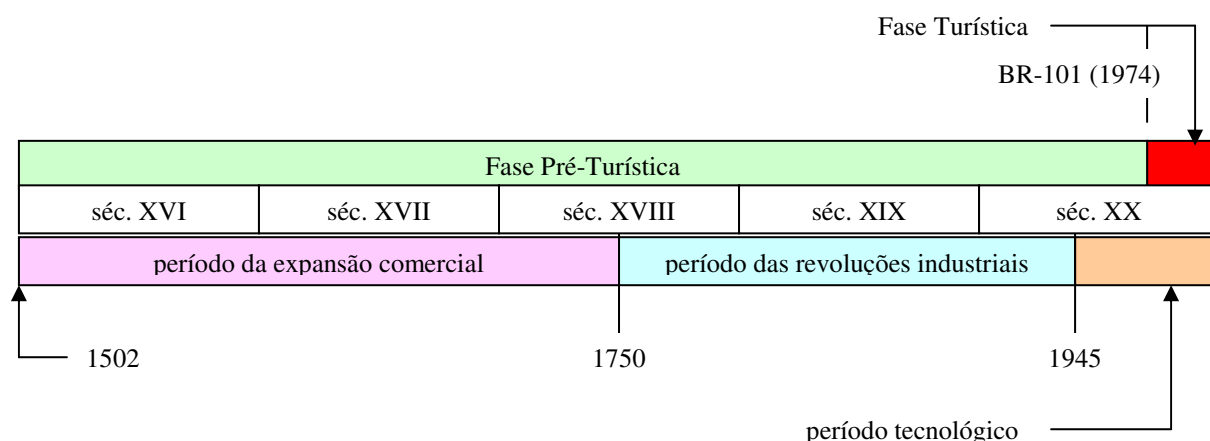


FIGURA 5 – Linha de tempo identificando as periodizações em escalas global e local, adotadas para a história da região de Angra dos Reis.

2.2.1) FASE I – ANTECEDENTES HISTÓRICOS – FASE PRÉ-TURÍSTICA

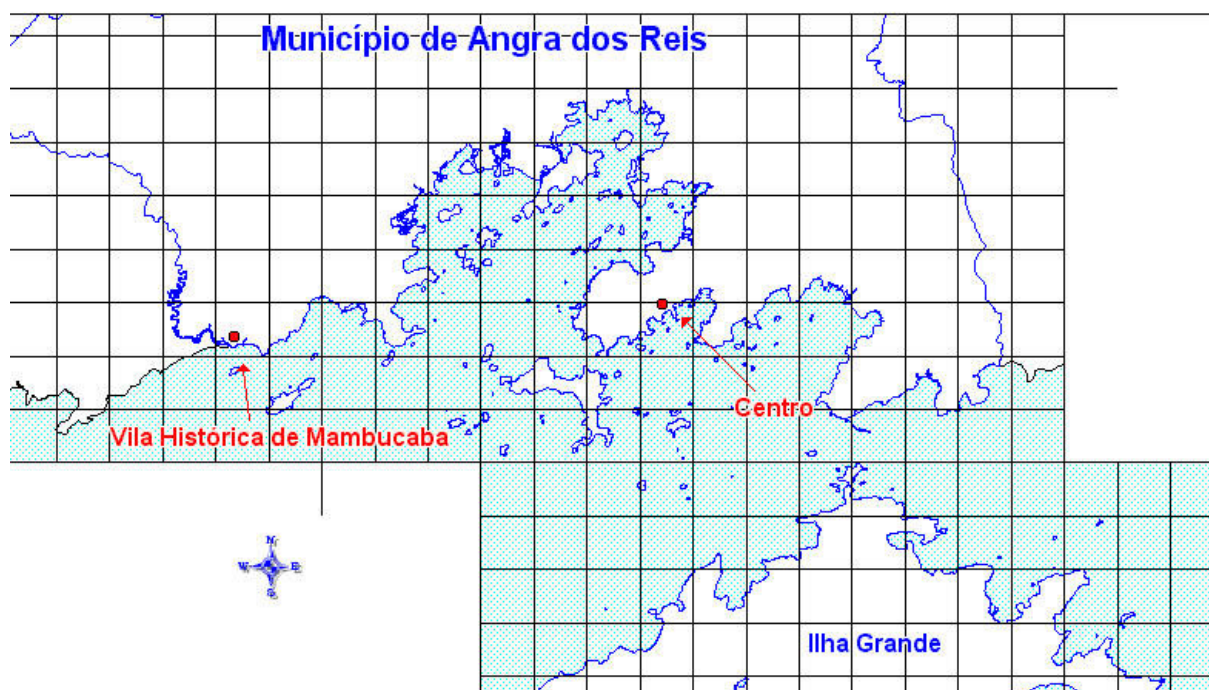
I - Angra dos Reis no Período da Expansão Comercial.

Em muitas resenhas da História de Angra dos Reis é comum se encontrar a informação de que "*todos os grandes ciclos econômicos nacionais [...] se expressaram na dinâmica de desenvolvimento do município*" (GUIMARÃES E ABICALIL, 1990, p. 52). De fato, ocorreram atividades diretamente associadas aos ciclos do extrativismo inicial, da cana, do

ouro, do café, da tardia industrialização nacional, da ideologia do nacional-desenvolvimentismo, do milagre econômico dos anos 1970.

Tais vinculações têm sua lógica calcada na capacidade do lugar em abrigar inovações, certamente em razão de suas externalidades (localização geográfica, baía abrigada, características ambientais, etc). Porém, é preciso recorrer a uma escala mais ampla para complementar tais justificações.

O Período da Expansão Comercial, que engloba grande parte da Fase Pré-Turística de Angra dos Reis, se inscreve, no âmbito das relações econômicas globais da época (século XV), na intensificação do comércio e na colonização de outros territórios, numa expansão do Ocidente em decorrência da melhor capacidade dos transportes marítimos, fazendo com que os pólos mundiais se transferissem do mundo árabe para os países europeus, então periféricos, especialmente os da Península Ibérica (cf. DUSSEL, 1993, p. 112-114). É o período de afirmação do Modo de Produção Capitalista, dos Grandes Descobrimentos. Também é o período em que se impõe ao Novo Mundo a ordem jurídica, social e econômica européia, numa visão redutora quanto às diferenças de poder técnico e militar e de organização política, assim como de concepções de mundo e formas de vida, em nome de um princípio político de poder global (cf. SUBIRATS, 1998, p. 337).



MAPA 2 - Localização do Centro Histórico e da Vila Histórica de Mambucaba no litoral do Município de Angra dos Reis. (Fonte: mapeamento digital da Secretaria Municipal de Planejamento de Angra dos Reis).

As inovações desse período, ocorridas nos primeiros núcleos coloniais da América Latina, estão estruturalmente vinculadas aos interesses de expansão comercial destes novos centros globais. De acordo com SINGER (1973, p. 95), o sentido da colonização seria a produção de um excedente comercializável com o estabelecimento, na colônia, de um setor produtivo no campo voltado para o mercado externo a fim de suprir a demanda européia por artigos especiais, enquanto os núcleos urbanos coloniais incorporariam o papel de concentrar as forças de persuasão e coerção da metrópole.

Na escala local, a Baía de Angra, acessada em 1502, aparece como um dos primeiros pontos de exploração da América, cuja implantação se deu conforme a lógica portuguesa de produção do espaço colonial. A situação geográfica aliada às suas características físicas permitiu que Angra fosse tanto local de produção quanto porto para escoamento da produção do interior. A região passa então a sofrer os efeitos desta forma de globalização³⁷, abrigando setores de exploração primária voltados para o mercado externo, o que propiciou manter uma estrutura fundiária conformada em grandes latifúndios, e abrigar atividades vinculadas aos primeiros ciclos econômicos do Brasil.

Em todo este período, dois pequenos núcleos urbanos se formaram com o papel de concentrar as mencionadas forças de persuasão e coerção e como pontos de passagem de mercadorias para exportação/importação: o atual Centro Histórico de Angra fundado no século XVI, e a Vila Histórica de Mambucaba, no século XVIII.

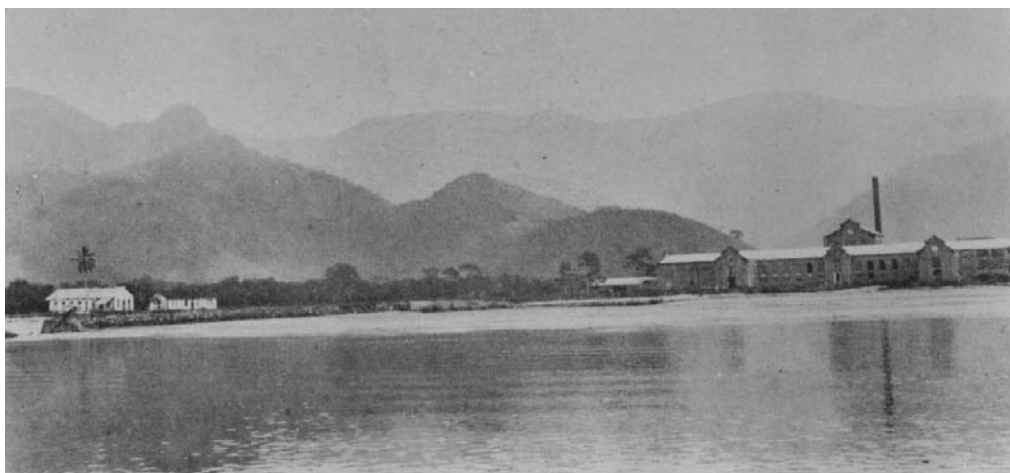


FIGURA 6 - Antigo Engenho de cana na localidade de Bracuí. Foto publicada na Revista do Estado do Rio de Janeiro, 1922. Acervo do Ateneu Angrense de Artes e Letras.

³⁷ Genericamente falando, trata-se de um fenômeno vinculado ao ontologicamente fundado processo de expansão das fronteiras da acumulação do capital (cf. BIENENSTEIN, 2001).

Há registros da ocorrência, nessa região, de engenhos de cana (existem remanescentes em ruínas na localidade de Bracuí), de entrepostos utilizados no tráfico e engorda de escravos, de contrabando de ouro durante o século XVIII, de quilombos, pirataria, devastação da mata atlântica original e exterminação total dos grupos indígenas ali sediados no século XVI (cf. DEAN, 1996, p. 77). A precoce inclusão de seu território nessa onda invasora européia e a presença ali dos recursos imediatos que justificaram a implantação de um setor produtivo definiu um sistema local intimamente associado ao sistema global.

II - Angra dos Reis no Período das Revoluções Industriais

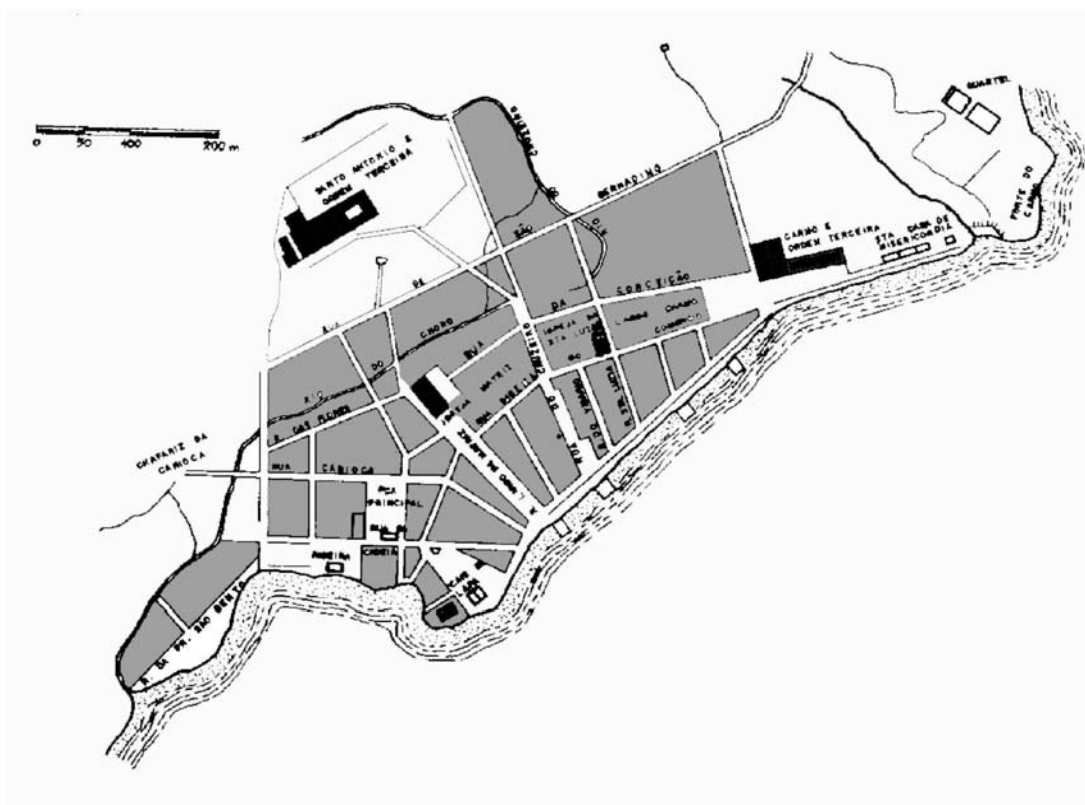
O período das Revoluções Industriais induziu transformações no jogo de forças em escala mundial, alternando a hierarquia dos centros de irradiação do poder político e militar no âmbito europeu. Todavia, a manutenção da colônia sob a influência direta de Portugal permitiu que até a independência do Brasil, a dinâmica local continuasse relativamente inalterada, estabelecendo uma contenção no fluxo de inovações.

A independência, por sua vez, significou a alteração da antiga influência das metrópoles ibéricas pela inglesa. Além disso, o triunfo das forças de independência – urbanas e centralizadoras – além de assegurar a formação de um certo número de nações de amplo território na América Latina, também assegurou a manutenção do sistema de exploração colonial do campo pela cidade.

[Determinadas cidades], ao adquirirem preeminência comercial sobre amplas áreas rurais, não puderam ou não quiseram mais ser elos de transmissão de um sistema de dominação externo, passando aparentemente a incorporar em si todas as funções de dominação,[inclusive] a de exploração imediata do campo[...] (SINGER, 1973, p. 105).

Assim, a irradiação das modernizações derivadas do novo centro global encontra, a partir de então, a contenção das forças urbanas locais. Desse modo, reafirma-se o “*caráter parasitário da cidade após a independência*” (SINGER, 1973, p. 106). Acrescenta-se a isso que, nesse período, o crescimento industrial nos países Europeus e nos Estados Unidos passa então a estimular um fortalecimento da produção de produtos primários e extrativistas nas novas nações “independentes” (no Brasil, o café, o cacau e a borracha).

Nesse contexto, Angra continuou atrelada às atividades primárias, inserindo-se na cafeicultura. A riqueza então proporcionada permitiu que, em março de 1835, Angra passasse de vila à categoria de Cidade. Seu núcleo urbano central continuou, todavia, subordinado à premência comercial da cidade do Rio de Janeiro. Ao final do século XIX, as modernizações deste período se acentuam com a finalidade de otimizar o escoamento da produção: a construção do ramal ferroviário D. Pedro II, ligando a produção mineira diretamente ao porto do Rio de Janeiro, alija do fluxo preferencial de mercadorias o porto de Angra e das cidades costeiras vizinhas.



MAPA 3 - Centro de Angra em 1858. Extraído da Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional. Autores: Pedro de Alcântara Bellegarde e Conrado Jacob de Niemeyer

Este fato, aliado à abolição do trabalho escravo e ao esgotamento dos solos, resultado de mais de trezentos anos de monoculturas praticamente sem descanso, provoca o fim da atividade cafeeira no Município e na região adjacente. Por aproximadamente quarenta anos, a

região experimenta um processo de “decadência”³⁸, com despovoamento e abandono, crise no comércio, na prestação dos serviços urbanos e arruinamento das construções.

O abandono das áreas de cultivo permitiu uma recomposição gradual da Mata Atlântica. Porém, tal abandono persiste apenas até a década de 1940, quando há uma retomada de crescimento em função da bananicultura, principal atividade econômica do Município até o início da década de 1970. A partir desta data este cultivo recrudescer e passa a haver significativos vazios econômicos com propriedades sem produção e com altos índices de concentração de terras. Começa a prenunciar um grande surto especulativo com a geração de um considerável estoque de terras destinado ao capital imobiliário, e a eclosão de vários conflitos fundiários nas áreas agrícolas, no rastro das transformações deflagradas pela construção da Rodovia Federal BR-101, trecho Rio-Santos.

2.2.2) EMPREENDIMENTOS ESTRATÉGICOS FEDERAIS

Se, porventura, um ramal ferroviário marca o “declínio”, outro marca a re-inserção de Angra no processo de avanço do capitalismo no Brasil. No início da década de 1930, Angra se conecta com o sistema ferroviário do país por um novo ramal projetado para escoar produção agrícola mineira. Neste momento oportuno, o Brasil inaugura sua entrada, ainda que tardia, na industrialização, com a implantação da Usina Siderúrgica Nacional em Volta Redonda.

A partir de então, um novo feixe de modernizações passa a convergir para o Município, na forma de investimentos patrocinados pelo Governo Federal. Neste tópico, trataremos de tais inovações que, destinadas a favorecer a inserção estratégica do país nas novas dinâmicas do capitalismo, proporcionaram rearranjos das forças sociais no município, gerando transformações inéditas no processo de produção do espaço regional.

Interessa notar que esses investimentos promovidos pelo Estado acontecem em três momentos distintos do século XX: o primeiro, com o Porto de Angra dos Reis, durante a Era Vargas (1930 – 1945); depois, durante o governo de Juscelino Kubistchek (1956 – 1960), com

³⁸ Este termo indica uma conceituação recorrente na historiografia oficial, que avalia a História conforme uma lógica desenvolvimentista e numa óptica comum às classes dominantes. Na realidade, a “decadência” mencionada resultou no desenvolvimento local de um modo de produção cujos meios (principalmente a terra, desprezada em razão da crise e da desvalorização) são apropriados pelos escravos, camponeses e agregados. Sobre esta questão, ver GUANZIROLI (op. cit., p. 132-136).

a implantação do Estaleiro Verolme; e por fim, no regime militar dos anos 1960/70, a partir da implementação da Rodovia BR-101, a Usina Nuclear e o Terminal de Petróleo. São ações derivadas de projetos de desenvolvimento distintos e, por isso, não foram aqui agrupados como um único “ciclo”. Foram, contudo, destacados no mesmo tópico porque tiveram o mesmo lugar como alvo, têm o mesmo ator social – o Estado – como promotor (ora atuando isoladamente, ora se associando ao capital privado, nacional e estrangeiro), e produziram efeitos de impacto (com intensidades distintas) na dinâmica social preexistente. Especificamente a respeito do desenvolvimento industrial gerado por tais investimentos, importa ainda observar com base em Guanzioli (1983, p. 41)³⁹, que:

[...] as indústrias citadas não são produto do processo de acumulação da própria região, e tanto sua oferta quanto a sua demanda estão orientadas para outras regiões. Por este motivo, são estas outras regiões que redefinem, de alguma forma, os limites da ‘região’ de Angra dos Reis, seus circuitos de acumulação e de comercialização, e também sua composição de classes e o caráter do conflito. Gera assim, através dessa interferência externa, uma nova região.

Por não se constituírem em um único ciclo, esta sucessão de investimentos federais em Angra dos Reis perpassa mais de uma fase nas periodizações adotadas neste trabalho. Na linha de tempo a seguir, apresentamos os períodos da evolução da cidade durante o século XX, indicando o momento de cada intervenção. Observa-se que o Porto de Angra dos Reis e o Estaleiro estão contidos na fase Pré-Turística porque, apesar de significativos, os impactos gerados não substituíram o setor agrário como principal atividade econômica do Município.

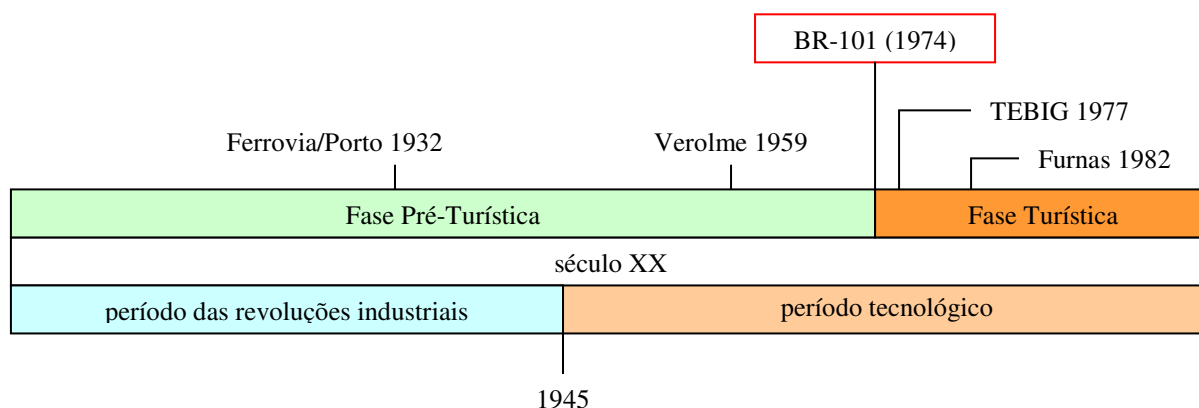


FIGURA 7 – Linha de tempo indicando a periodização em escalas global e local da história do município, a partir do Século XX.

³⁹ A esse respeito, continuamos neste sub capítulo a trazer desta fonte privilegiada a maior parte das informações apresentadas, salvo quando houver outra referência explícita.

I – Porto de Angra dos Reis

A decisão de construir as instalações portuárias de Angra dos Reis se deu no início da década de 1920 com a verificação de aumento de exportações do café do Vale do Paraíba.



FIGURA 8 - Detalhe do Porto de Angra dos Reis em fase de construção. Foto datada de 1928, publicada na Revista do Ateneu Angrense de Artes e Letras, 1979.

Através do escoamento da produção do aço de Volta Redonda, preferencialmente pelo ramal mencionado, Angra sofre um processo inédito de modernizações. Sua inserção neste período se faz em concomitância com a do próprio país. O núcleo urbano se reestrutura, especialmente a partir da incorporação de novas terras à área urbana com o parcelamento de glebas pertencentes à Igreja, dando início à ocupação das encostas periféricas ao núcleo urbano original (cf. ANGRA DOS REIS, 2000).

O novo ritmo de acumulação faz o Poder Público local patrocinar a renovação urbana, dando incentivos à demolição do casario colonial. As mudanças, todavia, se restringem ao núcleo urbano central. Não se observam grandes transformações no campo. A produção local gira basicamente em torno da bananicultura e da pesca. As relações sociais e a estrutura fundiária se mantêm inalteradas em relação aos períodos anteriores.



FIGURA 9 - Centro de Angra na década de 1940 - demolições. Extraído da acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Atualmente, o Porto de Angra dos Reis possui pouca movimentação de carga e não oferece vantagens comparativas significativas em relação aos demais portos do Estado do Rio. Suas instalações são insuficientes, há pouco espaço, inviável à expansão de um retroporto de *containers*, por exemplo. Os acessos por via terrestre são precários, não permitindo sua integração com a malha ferroviária do Porto de Sepetiba em decorrência da diferença de bitola. A perspectiva de um aumento de eficiência e movimento depende de investimentos em modernizações que, todavia, implicarão na redução da oferta de empregos (cf. SEMA, 1997 a, p. 54).



FIGURA 10 - Vista panorâmica do Centro de Angra dos Reis, com o Porto. À direita, junto à orla, as áreas vazias e sub utilizadas do retro porto (Acervo da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis).

II - Estaleiro Verolme

Em 1959, como resultado da política nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubistcheck, ocorre a implantação do Estaleiro Verolme, instaurando a indústria naval no país. Na ocasião, o desenvolvimento do Município ainda é marcado pelas inovações resultantes das influências externas emanadas pelo que denominamos aqui de “Período das Revoluções Industriais”. O ingresso de Angra na industrialização pesada, sediando um parque de grande dimensão, impôs uma nova dinâmica espacial, especialmente na região de influência direta do estaleiro. Sua instalação envolveu o investimento de capital holandês, atraído por uma série de incentivos governamentais, como facilidades fiscais e creditícias e a cessão de 1.500 ha. de áreas da União.



FIGURA 11 - Vista do Estaleiro Bras-Fels, antigo Verolme . (Acervo da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis – fotógrafo Wagner Gusmão).

A composição social do município se modifica com a formação de uma classe trabalhadora fabril composta em sua maioria de metalúrgicos. Um novo núcleo urbano é gerado com a implantação de uma vila industrial autônoma ao redor do parque industrial. O núcleo urbano central do Município se amplia em direção aos morros e se desenvolve com maior dinâmica. A classe média se expande com o incremento no comércio. Trata-se da consolidação da modernização capitalista no âmbito local, modernização esta que viria a se manifestar mais incisiva e drasticamente nas décadas seguintes com outros empreendimentos de grande porte.

Após o seu auge na década de 1970, quando o estaleiro chegou a absorver pouco mais de 8.000 empregos diretos, um ciclo de recessão atingiu a indústria naval no Brasil. Nos anos 1980, o Verolme passou para o controle de acionistas nacionais e reduziu suas operações até praticamente paralisar suas atividades a partir de 1995. A crise obrigou o estaleiro a desfazer-se dos ativos fixos, transferindo grande parte de seu patrimônio imobiliário (as casas e terrenos da vila residencial no entorno do parque industrial) em troca de dívidas trabalhistas.

Após 2001, um reaquecimento da atividade naval e o aumento da produção petrolífera na plataforma continental brasileira permitiram a retomada de contratos, principalmente com a PETROBRAS, para a construção de navios e plataformas. Atualmente, denominado “Estaleiro Bras-Fels”, sob o controle do Consórcio Fells Setal⁴⁰, principia um novo surto de crescimento desta atividade, com atração de mão de obra. Um aspecto a ser notado é que a lacuna temporal imposta pela crise gerou a perda de *know-how* por parte de uma população de técnicos e metalúrgicos angrenses que não podem mais ser absorvidos, seja por terem migrado para outras localidades ou por estarem hoje recolocados em outras atividades, inativos ou falecidos. A falta de repasse deste conhecimento tira do município a possibilidade de fornecer muito da mão de obra demandada nesta nova fase, ficando mais uma vez exposto à importação de mão de obra sem contrapartidas aos ônus produzidos por este movimento. São assim previstos novos possíveis impactos não previamente mensurados no meio urbano.

III - Rodovia Federal BR-101

A partir do início dos anos 70, durante o regime militar e sob a influência do que denominamos Período Tecnológico, o Município passa a ser mais incisivamente palco de um ciclo de grandes empreendimentos, concebidos na esfera federal. Este ciclo pontuou o auge da modernização capitalista do lugar e as transformações decorrentes produziram de forma drástica, no contexto local, uma nova região. A ruptura que se verificou na organização econômica e social permitiu estabelecer um novo período na história local: a Fase Turística propriamente dita.

⁴⁰ A Fells Setal S.A. foi criada em março de 2000, a partir de joint-venture do Grupo paulista da construção civil Pem Setal com o Grupo ligado à construção naval Keppel Fells, de Cingapura.

Destes investimentos, o que mais viabilizou as transformações do espaço regional foi a abertura do trecho Rio-Santos da rodovia BR 101 (atual Rodovia Governador Mário Covas), inaugurado em 1974.

Trata-se de uma gigantesca obra de infraestrutura, extremamente onerosa do ponto de vista tanto de sua execução quanto de sua manutenção, visto seu traçado se dar por sobre as escarpas da Serra do Mar, paralelamente ao litoral.

A construção foi originalmente orçada em cerca de 144 milhões de dólares em valores de dez/1970, 40% dos quais financiados pelo BID, e o restante pelo Tesouro Nacional. Muitas obras de arte de engenharia foram executadas, incluindo 39 pontes e dois túneis (um de 680 m e outro de 1080m), com remoção de milhões de metros cúbicos de rocha e terra e execução de inúmeras contenções de encostas instáveis. Até hoje trechos dessa rodovia são destruídos pelos muitos deslizamentos que ocorrem todos os anos, demandando elevados investimentos em recuperação.



MAPA 4 - Mapa rodoviário apresentando o traçado da Rodovia Federal BR 101 no trecho entre os municípios do Rio de Janeiro e Santos (linha vermelha junto litoral). Extraído do Guia Quatro Rodas - Mapa Rodoviário do Sudeste.⁴¹

⁴¹ *Guia Quatro Rodas – Sudeste - Mapa Rodoviário da Região*. São Paulo: Editora Abril, [2004]. 1 mapa avulso. Escala 1:2.000.000

Antes da Rodovia, a região possuía uma razoável infra-estrutura viária que permitiria o aproveitamento de seus recursos conforme uma visão vocacional que considerasse os processos de produção locais. A idéia de vocação turística foi imposta de maneira exógena, com base exclusivamente na potencialidade dos recursos ambientais para a acumulação do capital turístico-imobiliário. Investimentos menos audaciosos poderiam otimizar o desenvolvimento local num processo que permitisse a continuidade das dinâmicas preestabelecidas, o que permitiria um desenvolvimento mais racional.

As firmas encarregadas de fazer a avaliação técnico-econômica da estrada, no entanto, descartaram a possibilidade de viabilizar o desenvolvimento da rede viária preexistente, o que seria apostar na formação de um outro tipo de região, na qual a indústria turística não encontraria uma base tão importante como a proporcionada pela construção da Rio-Santos, que atrairia o fluxo turístico do Rio e São Paulo. A opção pela rodovia impôs novos ritmos no processo de acumulação, outras temporalidades em relação à dinâmica anterior, acarretando um considerável impacto à região como um todo.

Difícilmente outra alternativa vigoraria na época, já que a decisão de incluir a construção da Rio-Santos como meta prioritária de governo coube à gestão do Mal. Castelo Branco em concomitância com a instalação de algumas indústrias na região do litoral sul fluminense. Todas as etapas de implementação deste projeto, desde a concepção à inauguração, se deram no período militar pós-64. Há, portanto, um vínculo com um modelo de desenvolvimento econômico que prioriza o transporte automotor, ou seja, a indústria automobilística, e articulação de desenvolvimento industrial para a região a partir da construção de obras monumentais.

A ideologia da “modernização”, longe de desenvolver a estrutura produtiva da região, acabou transformando os municípios do litoral sul fluminense em paraísos da especulação imobiliária. Impôs-se um desenvolvimento condicionado pela articulação dos interesses do capital privado (empreiteiras, indústrias e empreendedores imobiliários) com o Estado. Nas palavras de Guanziroli (1983, p. 100-101): “A *decisão de construir a estrada foi tomada fora de Angra, a rodovia foi construída dentro de Angra, mas não para Angra dos Reis*”.

Esse acesso encurtou a ligação com a cidade do Rio de Janeiro, diminuindo o tempo de viagem de quatro para duas horas. Angra foi incorporada na isócrona de duas horas em relação à capital, permitindo a um amplo mercado consumidor o aproveitamento imobiliário

dos seus recursos paisagísticos e ambientais, agora plenamente recompostos em face da franca regeneração da Mata Atlântica.

IV – Central Nuclear

Assim como a Rodovia Rio-Santos e os demais equipamentos industriais implantados na mesma época na região, a instalação da Central Nuclear Alnte. Álvaro Alberto em Angra dos Reis obedeceu à mesma lógica, ou seja, a produção de um espaço industrial cuja gestação foi feita a partir de fora, com capital acumulado fora do município e visando atender a uma demanda também de fora (trata-se de um projeto energético voltado para a região sudeste do Brasil).

Tal qual a rodovia, este grande equipamento industrial foi gerado durante o governo militar sem considerar a dinâmica e os interesses locais e sem consulta à população local, que inicialmente se manifestou contra. A reação contra a presença da central nuclear desencadeou um movimento ecológico até hoje presente e atuante no município. Não obstante, a população ainda convive com questões há muito pendentes como a indefinição sobre a destinação dos rejeitos nucleares e as desconfiças sobre a eficácia do Plano de Emergência adotado.

A localização das usinas na praia de Itaorna, a cerca de 40 km do centro de Angra dos Reis se justifica, conforme divulgação oficial⁴², por dois critérios principais: o primeiro teria sido a proximidade do eixo Rio-São Paulo, principal centro de consumo de energia do país. O segundo, devido a sua posição junto à costa, de maneira a utilizar a água do mar para refrigeração dos sistemas da usina.

Assim sendo, em 1971, o resultado de uma concorrência internacional apontou como vencedor o fabricante de reatores americano Westinghouse, fornecedor de um reator do tipo PWR (Reator de Água Pressurizada). As obras começaram em 1972, previstas para conclusão em 1977 e entrada em operação em 1978. Por problemas técnicos e imprevistos sucessivos, o primeiro teste só se deu em 1980 e sua operação comercial iniciou-se apenas em 1985. Neste ínterim, em decorrência da baixa possibilidade de transferência apresentada pela tecnologia americana, é assinado em 1975 o acordo de cooperação nuclear Brasil-Alemanha que previa a

⁴² Conforme palestra apresentada na ocasião da Audiência Pública para o licenciamento de Angra 2, divulgada no site www.eletronuclear.gov.br, acessado em 17/09/2004

construção de oito usinas nucleares até o ano 2000. Em 1976 são iniciadas as compras do equipamento para as usinas 2 e 3 e as obras civis destas unidades. Em 1988 as obras são paralisadas e retomadas apenas em 1996 por um consórcio de empreiteiras (UNAMON, formada pela Andrade Gutierrez, Tenenge, EBE, Sade e Techint), escolhido em processo licitatório. A unidade 2 entrou em operação em 2000.

Em 2001, a ELETRONUCLEAR⁴³ foi responsável pela produção de 4,1% do total de energia elétrica consumida no Brasil. Em termos do Estado do Rio de Janeiro, representa 50% da capacidade instalada no Estado e responde pela produção de 47% da energia aí consumida⁴⁴. Agora, o debate centra na re-tomada de Angra 3, que ainda se resume em um enorme buraco de concreto e ferragens aberto no chão, e cerca de US\$ 750 milhões de dólares em ativos⁴⁵ (equipamentos estocados).

A contrapartida inicial de todo o empreendimento (mais para viabilizar a construção e a operação das usinas do que para mitigar possíveis efeitos sociais nefastos) foi a implantação de duas vilas residenciais totalmente autônomas, destinadas exclusivamente para o pessoal gabaritado. A mão de obra de baixa qualificação reside nos bairros periféricos à Usina, especialmente Frade e Perequê/Mambucaba. São bairros carentes de infra-estrutura urbana, cujos investimentos em serviços públicos, sempre em déficit com relação ao acelerado crescimento populacional, partiram quase que exclusivamente do poder local. A mão-de-obra atraída nos picos das obras civis acabou por permanecer à espera de outras oportunidades:

A absorção de certo número de trabalhadores, de forma temporária, introduz uma alteração no mercado de força de trabalho, que, em certos momentos, deve crescer para dar conta da demanda, deslocando assim camponeses de suas atividades produtivas originais. Posteriormente, com o fim das obras, a necessidade de mão de obra decresce, gerando desemprego para uma população que encontra dificuldades para se reintegrar novamente às atividades rurais [ou retornar aos seus locais de origem]. (GUANZIROLI, 1983, p. 58)

⁴³ ELETRONUCLEAR - criada em Maio de 1997 pela fusão da Diretoria de Produção Termonuclear de FURNAS com a NUCLEN.

⁴⁴ Informação oficial da empresa divulgada no site www.eletronuclear.gov.br, acessado em 17/09/2004.

⁴⁵ Apresentação sobre a importância de Angra 3, feita pelo presidente da ELETRONUCLEAR na Câmara Legislativa do Rio de Janeiro, divulgada no site www.eletronuclear.gov.br, acessado em 17/09/2004.



FIGURA 12 - Central Nuclear Alnte. Álvaro Alberto (Foto extraída de prospecto publicitário da ELETRONUCLEAR).

Os ônus gerados pela localização das usinas em Angra nunca foram devidamente quantificados. A julgar pelas argumentações contidas no EIA/RIMA (NATRONTEC, 1997), apresentado quando do licenciamento das operações de Angra 2, a empresa ELETRONUCLEAR afirma serem bem menores do que os efeitos alardeados, minimizando assim sua responsabilidade em relação aos impactos socioeconômicos produzidos. Todavia, a Prefeitura de Angra dos Reis contestou os dados apresentados nesse EIA/RIMA, produzindo um documento em que contrapõe com dados próprios, baseados na demanda de serviços urbanos que tiveram sobrecarga após a retomada das obras civis de Angra 2.⁴⁶ De fato, esse evento ocorrido a partir de 1996, produziu um novo surto de crescimento demográfico no município, especialmente nas áreas mais próximas ao complexo nuclear (2º e 4º distritos).

⁴⁶ ANGRA DOS REIS. Secretaria Municipal de Planejamento. *Avaliação e Propostas Acerca do RIMA para o Licenciamento de Operação da Usina Nuclear Angra 2*. Angra dos Reis: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis. Secretaria Municipal de Planejamento, set/1998. Relatório Técnico.

Contudo, existem medidas que vêm evoluindo no sentido de um resgate, do que alguns moradores de Angra chamam de “dívida da usina para com o município”: a empresa busca agora uma política de inserção regional, com aporte de recursos financeiros através de convênios com as Prefeituras de Angra e Parati, destinados a obras de infra-estrutura, manutenção de equipamentos, operação da Defesa Civil e projetos ambientais, dentre outros benefícios.

Soma-se a isto o fato de que os trabalhadores e aposentados da Usina compõem hoje uma parcela significativa da população, já consolidada no tecido social do município. Aos poucos, a argumentação de defesa da necessidade de expansão do empreendimento, favorecida também pela crescente predominância da questão do emprego na agenda social, vai ganhando adeptos na cidade, equilibrando o debate no âmbito local. Surpreendentemente, agora é o governo federal, principal ator social promotor deste processo, que tem demonstrado pouco interesse na nova empreitada, haja vista a grandeza das cifras (superando a casa de 10 bilhões de dólares em todo o programa nuclear), além de outras implicações técnicas e políticas como prazos e adequações ambientais.

V - Terminal Petrolífero da Baía da Ilha Grande

Trata-se do maior terminal petrolífero da PETROBRÁS, cuja função é abastecer as refinarias de Duque de Caxias (RJ) e de Gabriel Passos (MG), por meio da recepção de navios-tanque de grande calado e o recalque de derivados através de oleodutos. O terminal também é capaz de realizar o transbordo para petroleiros de menor porte. Sua instalação no local deveu-se à superação do limite de capacidade operacional dos terminais e oleodutos da baía de Guanabara. Mais uma vez a opção pela implantação de uma grande instalação industrial na região teve suas bases em interesses, a partir de demandas exógenas, mas interferindo radicalmente na dinâmica local sem contrapartidas claras e imediatas.

Para se ter uma noção da dimensão dos impactos ambientais e paisagísticos ocasionados, o empreendimento ocupou duas áreas não contíguas que totalizam 1.250.000 m²,⁴⁷ ambas vizinhas ao estaleiro Verolme, à margem da rodovia Rio-Santos e distante 12 km do centro de Angra dos Reis. As obras, iniciadas em 1974, implicaram na retificação do curso

⁴⁷ Conforme consulta ao mapeamento digital da Secretaria de Planejamento de Angra dos Reis.

de três rios, no movimento de 7.000.000 m³ de terra e na dragagem de profundos canais sob o mar para permitir o acesso dos navios. O terminal foi inaugurado em 1977.



FIGURA 13 - O Terminal de Petróleo da Baía da Ilha Grande (Foto extraída do acervo da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis)

O parque industrial é composto pelo seguinte conjunto de instalações:

- Canal de acesso com 13 km de extensão, 360 m de largura e 25 m de profundidade, e uma bacia de evolução de 6 x 2 km;
- Píer de atracação com 1300 m de comprimento podendo receber no seu lado interno navios de até 350.000 t e, no seu lado externo, de até 400.000 t, com 11 braços de carregamento que se destinam à transferência de Petróleo e óleo de um barco a outro, e para os tanques. A ligação do píer com a área de tanques é feita através de 3 dutos com 42 polegadas e uma extensão de 4,6 km;
- Área principal com dez tanques de armazenamento, com capacidade de 860.000 m³, um sistema de bombeio para o oleoduto e para os navios e outras instalações como a casa de comando, administração do Terminal, subestações, sistema de combate aos incêndios etc;
- Oleoduto de conexão do terminal com a Refinaria de Duque de Caxias, RJ, com diâmetro de 40 polegadas e extensão de 125 km;

Entretanto, os impactos ambientais não se resumiram às obras de implantação do empreendimento. Conforme registros na imprensa, desde sua inauguração, a presença desse

terminal em Angra conta com pelo menos 07 acidentes de conseqüências significativas para os ambientes marinho e costeiro, a seguir indicados:

Dezembro de 1988 – vazamento de 250 toneladas de óleo.

Agosto de 1989 - vazamento de 50 toneladas de óleo.

Março de 1990 - vazamento de 40 toneladas de óleo espalham-se por mais de 30 km no mar.

31 de agosto de 2000 - vazamento de 4.000 litros de óleo.

15 de agosto de 2001 - vazamento de 715 litros de petróleo.

13 de maio de 2002 - vazamento de 16 mil litros de petróleo leve (do tipo nigeriano).

14 de setembro de 2002- vazamento de 1.000 litros de óleo e fuligem após incêndio no píer.

Assim como a ELETRONUCLEAR, a PETROBRÁS mantém uma política de aproximação com a comunidade, investindo em educação ambiental e pesquisas de apoio à maricultura, além de convênios com entidades públicas, destinando recursos para ações ambientais.

Vale ressaltar que o município hoje se encontra dependente da presença do terminal, não somente em razão da geração de emprego e renda, mas especialmente devido à questão tributária. A partir de 1990, os critérios de repasse de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) passaram a beneficiar os municípios que abrigassem as atividades geradoras desse tipo de imposto⁴⁸. De todo o ICMS arrecadado pelo Estado do Rio de Janeiro, 25% retorna para os municípios em cotas correspondentes à participação de cada um na geração do imposto, denominadas IPM (Índice de Participação dos Municípios). Somente o TEBIG contribui com percentuais superiores a 70% do ICMS gerado no Município. Assim, Angra dos Reis subiu no ranking dos municípios de maior IPM do Estado (ver tabela 1), acima de municípios importantes, como Volta Redonda (Companhia Siderúrgica Nacional), Macaé (Petrobrás), Niterói, Resende etc.

⁴⁸ Além do ICMS, a atividade rende ao município os Royalties provenientes da presença do oleoduto.

TABELA 1 - Índices Definitivos de Participação dos Municípios na Arrecadação do ICMS para 2004.⁴⁹

POSIÇÃO	MUNICÍPIO	IPM
01	RIO DE JANEIRO	36,66
02	DUQUE DE CAXIAS	8,24
03	CAMPOS DOS GOYTACAZES	3,70
04	ANGRA DOS REIS	3,58
05	VOLTA REDONDA	3,37
06	MACAÉ	2,86
07	SÃO GONÇALO	2,24
08	NITERÓI	2,10
09	NOVA IGUAÇU	1,97
10	RESENDE	1,78
11	CABO FRIO	1,38
12	PETRÓPOLIS	1,36
13	BELFORD ROXO	1,31
14	PORTO REAL	1,29
15	QUISSAMÃ	1,12
16	BARRA MANSA	0,98
17	SÃO JOÃO DE MERITI	0,98
18	ITAGUAÍ	0,95
19	NOVA FRIBURGO	0,89
20	PIRAÍ	0,89

A Tabela 2 apresenta o total arrecadado dos municípios do litoral Sul Fluminense em termos de receitas próprias e receitas transferidas, no exercício de 2002. Angra dos Reis

⁴⁹ Extraído do decreto n.º 34.858 de 20 de fevereiro de 2004 - fixa os índices definitivos relativos à participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS, para o exercício de 2004. - ANEXO I

aparece com uma contribuição de praticamente 50 % de sua arrecadação originada de repasses do ICMS, deixando o município refém de uma situação instável, no sentido de que seu futuro depende em muito de conjunturas externas (flutuações do preço do petróleo, instabilidades do mercado internacional, alterações nos critérios legais de repasse de ICMS, etc).

TABELA 2 - Demonstrativo dos Dados Utilizados para Cálculo dos Critérios Estaduais (dados relativos a 2002 - Fontes: IBGE, CIDE, TCE/RJ E SEAR/SEF).⁵⁰

REGIÃO:	LITORAL SUL FLUMINENSE	População (em n° hab.)	Área (em Km2)	Rec. Própria (em R\$)	Arrecadação ICMS (em R\$)
CÓD	MUNICÍPIO				
01	ANGRA DOS REIS	119.247	819,6	25.891.738,23	25.682.242,68
26	MANGARATIBA	24.901	361,8	17.216.658,97	2.708.562,30
38	PARATI	29.544	933,8	4.934.003,01	702.637,32
	TOTAL	173.692	2.115,2	48.042.400,21	29.093.442,30

2.2.3. FASE II – TURÍSTICA

Neste tópico, apresentaremos como se deu o desenvolvimento da atividade turística, notadamente, em relação ao capital turístico-imobiliário e as subseqüentes formas de apropriação do espaço durante essa fase, marcada pela abertura da rodovia BR 101 em 1974, que estabeleceu as condições para a explosão dessa atividade no município.

Antes, porém, cabe esclarecer a utilização da rotulação dada a esse período, adotada a partir de Guanziroli (1983). A fase aqui dita turística - que poderia também ser rotulada de “pós-industrial” - é um período em que a região de Angra dos Reis assumiu características de uma urbanização que emergiu preferencialmente por razões vinculadas com a produção - em razão das indústrias ali instaladas e das atividades essencialmente imobiliárias geradas por esse processo. Neste sentido, a urbanização turística, que na conceituação de Mullins (1991, p. 331) pode ser entendida como uma urbanização calcada no consumo - especificamente do

⁵⁰ Extraído do decreto n.º 34.858 de 20 de fevereiro de 2004 - fixa os índices definitivos relativos à participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS, para o exercício de 2004- ANEXO III

lazer - apesar de se dar nessa fase, parece não ser preponderante no processo de produção do espaço local⁵¹.

Deve-se, assim, entender a fase turística como um momento de nova dinâmica no desenvolvimento do município, em que a lógica de acumulação e produção do espaço se dá em função do capital industrial e do capital turístico-imobiliário⁵². É certo que os atores sociais vinculados ao capital imobiliário podem ser dissociados das atividades turísticas. Todavia, o aporte do capital imobiliário em Angra dos Reis se justificou através do apelo ao turismo. É portanto, se apropriando das amenidades do lugar - reconhecidas nos relatórios de viabilidade da estrada Rio-Santos como recursos turísticos (cf. GUANZIROLI, 1983, p. 74) - que os promotores imobiliários associados aos proprietários fundiários (cf. CORREA, 2003, p. 18) loteiam, vendem e constroem casas de luxo destinadas a uma demanda solvável de fora, que pode ser definida como turística. Daí a razão da adoção do termo “fase turística”.

Retomando a exposição do tópico, foi dito anteriormente que a intenção de implantar a rodovia Rio-Santos teve motivação nos interesses vinculados ao desenvolvimento turístico e industrial, viabilizados, respectivamente, pela acessibilidade aos recursos paisagísticos e pela interligação de distritos industriais existentes entre as cidades do Rio de Janeiro e Santos, SP.

Os estudos prévios de viabilidade técnico-econômica propugnavam, além da promoção da atividade turística e a intercomunicação viária entre as indústrias, o atendimento do crescimento urbano e a transformação da estrutura agrária preexistente, dando condições tanto para o escoamento da produção local quanto para o abastecimento interno.

Neste sentido, e também com o intuito de obtenção de fundos endógenos para o financiamento das obras, a região de entorno da rodovia foi declarada área prioritária para fins de reforma agrária, sujeita à intervenção do então denominado Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). Este órgão deveria identificar áreas federais devolutas e áreas para desapropriações. Por meio de desmembramentos e remembramentos, seriam destinadas áreas que, conforme suas características e localização, deveriam sofrer um processo de ocupação racional, ora visando alterar as discrepâncias na estrutura fundiária para promover o desenvolvimento agrário, ora destinando-as à comercialização para empreendimentos turísticos, viários, industriais e de serviços.

⁵¹ Isto se verifica no transcorrer de quase todo o período. Recentemente, todavia, vem se delineando uma tendência de urbanização mais voltada para o lazer e o consumo, que será explicitada nos próximos capítulos.

⁵² Essa categoria de capital se apresenta também em GUANZIROLI, op. cit, p.74.

No entanto, nenhuma expropriação foi levada a cabo, assim como nenhuma ação foi implementada em relação ao desenvolvimento agrário. O que se verificou foi a total prioridade para facilitar as atividades do capital turístico-imobiliário, permitindo que este setor se expandisse aceleradamente. Os latifúndios se mantiveram, agora supervalorizados pela estrada recém construída e sem interesse na produção rural. Tais propriedades acabaram se tornando um grande estoque para as atividades imobiliárias. A conseqüente pressão para a retirada dos camponeses destas terras deflagrou uma considerável profusão de conflitos pela posse das mesmas. Angra dos Reis se constituiu em um dos municípios com maior concentração de conflitos fundiários no Estado do Rio de Janeiro entre os anos 1976 e 1990 (cf. SEAF/RJ, 1991, p. 110-123)⁵³. Nesse intervalo, foram registradas várias ações de expulsão de trabalhadores rurais no município com adoção, inclusive, de recursos violentos.

Nos documentos enviados às autoridades, encontram-se relatados muitos expedientes utilizados nos despejos dos trabalhadores, destacando-se a destruição de lavouras com uso de gado ou tratores, demolição de cercas, incêndio de moradias e ameaças de morte contra os que resistem. Denuncia-se a vigência de um clima permanente de constrangimentos e violências perpetrados por sequestradores armados, a serviço de pretensos proprietários que exigem a retirada incondicional dos trabalhadores [...] Vários empreendimentos turísticos de luxo (hotéis e casas de veraneio) em Parati e Angra dos Reis foram erigidos através desses atentados contra as liberdades pessoais previstas no Código Penal.(SEAF/RJ, 1991, p. 112).

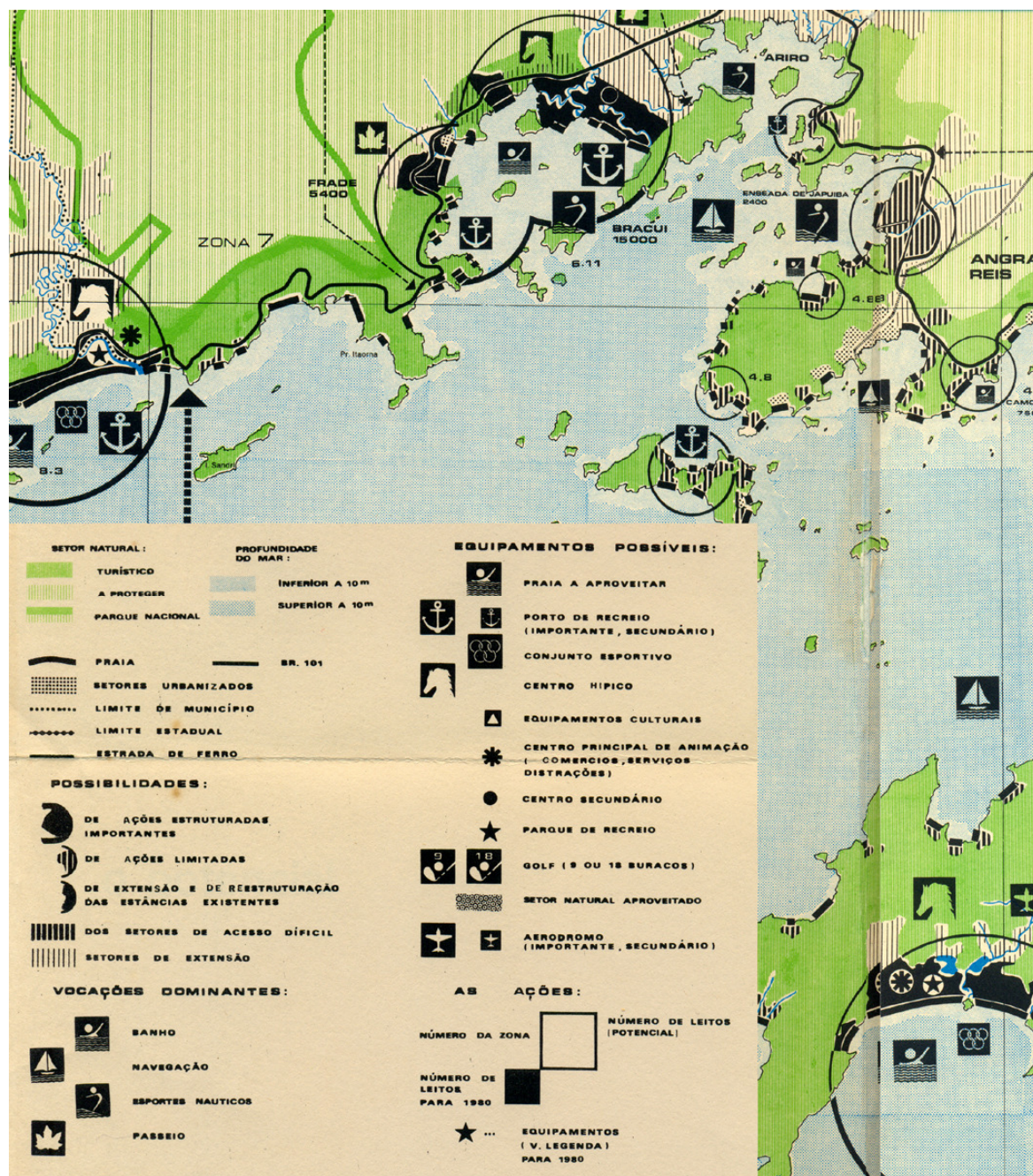
Uma vez que o planejamento da rodovia principiou com a motivação dos interesses de fora da região, esse relato vem demonstrar que logo após foram cooptados os interesses da classe dominante tradicional do lugar, formada quase que exclusivamente por proprietários de terras. Tal aliança com o capital turístico-imobiliário encontra no município de Angra dos Reis um campo privilegiado de acumulação.

Portanto, a atividade turística no município tem na rodovia o seu maior fundamento, fato devidamente revestido de intencionalidade e comprovado em seu planejamento, no âmbito de seus principais agentes produtores. Ao planejar a rodovia, o governo federal encomendou um plano de desenvolvimento turístico da região denominado projeto TURIS,⁵⁴ que estabeleceu critérios de aproveitamento turístico de todo o litoral cortado pela Rodovia

⁵³ SEAF - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS. *Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SEAF, 1991.

⁵⁴ Projeto de Desenvolvimento Turístico do Litoral Sul Fluminense, elaborado por SCET Internacional, a pedido da EMBRATUR, no início dos anos 1960. (GUANZIROLI, op. cit., p. 238)

Rio-Santos. Inspirado na ocupação turística que então se produzia na orla mediterrânea francesa, esse projeto considerou todas as praias e ilhas de Angra como áreas destinadas a um turismo voltado exclusivamente para a classe “A” (cf. GUANZIROLI, 1983, p.243) .



MAPA 5 - Montagem elaborada a partir de parte do mapa Anexo publicado no documento do Projeto Turis⁵⁵: Atividades turísticas propostas ao longo do litoral acessado pela Rio-Santos.

⁵⁵BRASIL. *Projeto TURIS*. EMBRATUR, 1973

Todavia, o projeto TURIS partiu do princípio de que a “vocação” do litoral em questão seria turística, com base apenas em “aptidões naturais” (praias e belezas cênicas), desprezando as relações de produção que transformariam tais “aptidões” (cf. GUANZIROLI, 1983, p. 240). Os processos decorrentes, obviamente não reproduziram aqui apenas a Riviera Francesa, mas espaços superpostos: “à *Angra do turista, bela, atraente, bucólica se sobrepôs uma Angra da população local: industrial, suja, deseducada*”.(informação verbal)⁵⁶

O ciclo inaugurado com a rodovia e todo o planejamento nela envolvido, denota a incidência de uma modernização apropriada por conceitos então difundidos a partir dos centros mundiais, tendo em vista o espelhamento no planejamento turístico europeu (cf. GUANZIROLI, 1983, p. 241). Percebe-se que as inovações do período tecnológico finalmente estavam sendo introduzidas no lugar, confirmando a indicação de Santos (1985, p. 28) de que:

[p]or meio das comunicações, o período [tecnológico] afeta a humanidade inteira e todas as áreas da Terra. Espaços que escapam temporariamente às forças dominantes são raros nesta fase da história. As novas técnicas, principalmente aquelas para processar e explorar inovações trazem, como nunca antes, a possibilidade de dissociação geográfica de atividades.

Angra dos Reis torna-se um pólo difusor de modernidade. Subordina assim outros subespaços contíguos ou não a ela. A elite econômica nacional passa a cobiçar a mercadoria assim transmutada pelo capital ao apropriar-se de suas amenidades e a difundir, por meio da mídia, um desejo de consumo: ter casa em Angra!

O fato de que os espaços não são alcançados igualmente por todas as modernizações induz ao critério de diferenciação entre países. O fato de que existem atrasos de tempo no estabelecimento de variáveis modernas explica as diferenças de situação dentro dos países [...] O ponto que recebe um feixe de inovações correspondente a uma modernização está em posição de influenciar aqueles que não a possuem, e isto ainda mais quando este feixe é formado pelas variáveis mais dinâmicas do sistema dominante [...] Certamente, os pontos da área que acolheram as modernizações ou os seus mais importantes efeitos são também os mais capazes de receber outras modernizações. Isto cria lugares privilegiados com uma tendência polar (SANTOS, 1985, p. 32) .

⁵⁶ Frase proferida pelo Sr. Marcos Fernando Ramos Moreira (Batata), angrense, Assessor da Secretaria de Fazenda de Angra dos Reis, em entrevista realizada em 24/09/2004.

Desnecessário dizer que todo esse processo remodelou fisicamente o espaço de Angra dos Reis. De início, complexos imobiliários de grande porte se instalaram logo na primeira década após a construção da estrada: Porto Bracuí, Porto Frade e Portugalo (e outros aprovados na época, mas ainda não implantados⁵⁷) se caracterizam pela mesma forma de apropriação de grandes extensões de terrenos costeiros, com estruturas exclusivas, hotéis, marinas e condomínios residenciais de alto luxo.



FIGURA 14 - Planta publicada no prospecto de venda do complexo turístico-imobiliário do Meliá, em fase de construção.

Outros inúmeros empreendimentos de menor porte se seguiram. Muitos desses se apropriaram de porções litorâneas, gerando enclaves com o monopólio de recursos ambientais (praias privadas) para uso exclusivo de residência de veraneio. Imobilizou-se assim, uma

⁵⁷ Como exemplo, temos “Enseada dos Girassóis” na localidade de Embú, próximo à Enseada do Bracuí; “Loteamento Itacarã”, que abrange praticamente todo o manguezal do Ariró (a maior extensão contínua de mangue do município); “Condomínio Praia Secreta”, no Saco de Piraquara de Fora; Condomínio da Ilha dos Macacos, junto à Freguesia de Santana, na Ilha Grande, etc.

considerável extensão de orla que possibilitaria maior geração de emprego e renda se utilizada por empreendimentos de acesso público. A atração de mão de obra pouco qualificada sem a devida contrapartida social impôs o déficit habitacional correspondente. Assim, também surgiram diversos núcleos urbanos dispersos e, de certa maneira, desarticulados ao longo da orla, nas áreas de influência da rodovia federal. Dentre eles, espaços segregados, núcleos autônomos, áreas invadidas, bairros inteiros desprovidos de infra-estrutura urbana, etc. O núcleo central se expande pelas encostas a montante e, após a vertente, alcança a planície da Japuiba, numa ocupação espontânea e carente de serviços urbanos.

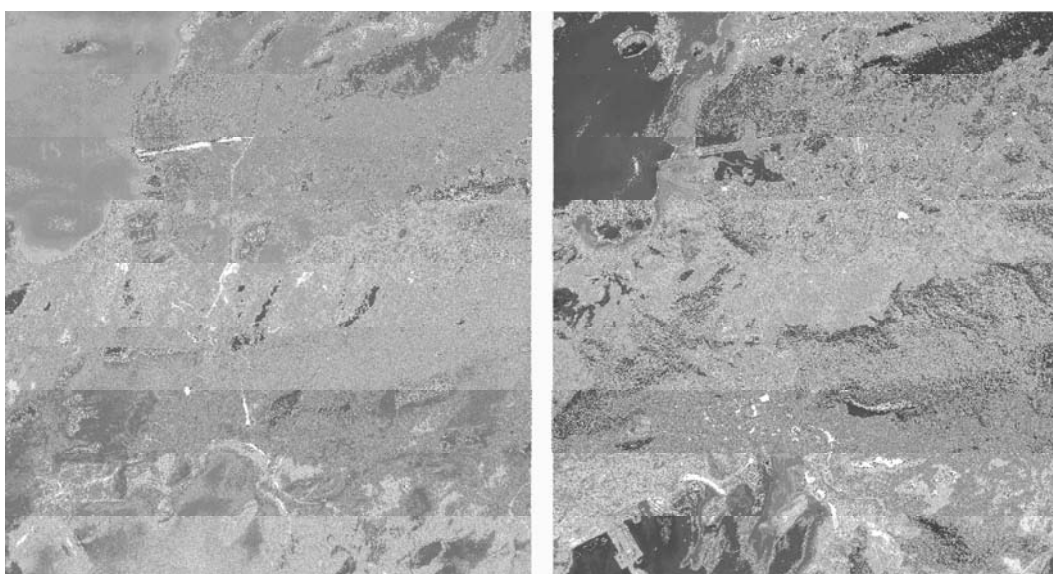


FIGURA 15 – Evolução da ocupação da área central do município (Centro, ao sul e Japuiba, ao norte): À esquerda, aerofotograma de 1962 (LASA), fase Pré-Turística, apresentando ocupação restrita ao Centro. À direita, aerofotograma de 1991 (AEROIMAGEM), Fase Turística. (Acervo da Secretaria Municipal de Planejamento).

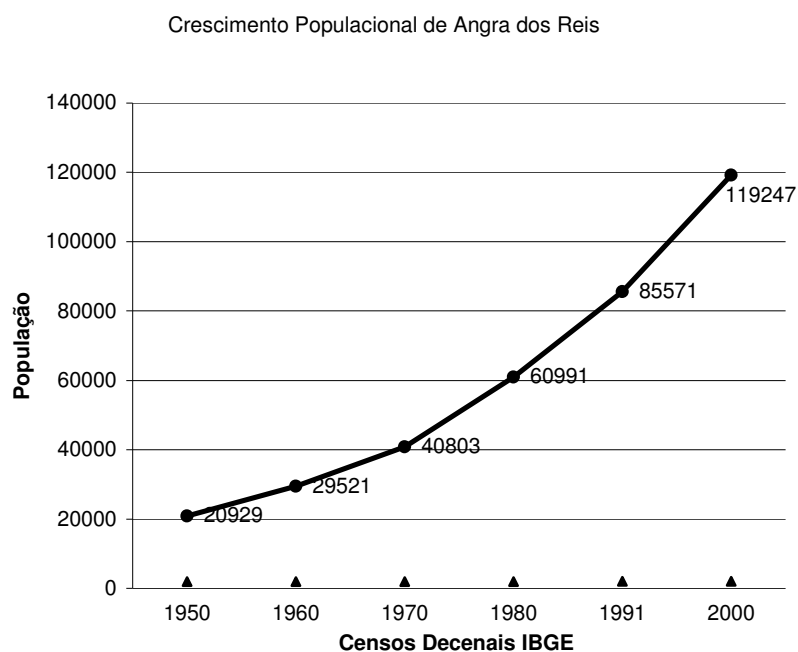
O aumento populacional se acelera desproporcionalmente numa curva ascendente a cada década (ver Gráfico 1). A sociedade local se diversifica em novas camadas sociais. A composição dos trabalhadores agora possui, além dos tradicionais trabalhadores vinculados à pesca e à atividade rural, o operariado vinculado à modernização capitalista (metalúrgicos, petroleiros, eletricitários) e também portuários, ferroviários, trabalhadores da construção civil, funcionários públicos municipais, comerciários, trabalhadores do setor de turismo e outros serviços. A classe empresarial é formada pelos proprietários de terras, empresários da construção civil, do setor de turismo e comerciantes. Destaca-se ainda uma camada “interclasse”, formada por alto escalão do setor público, executivos e dirigentes das estatais e

do estaleiro e os profissionais liberais (cf. OLIVEIRA, 1993). A nova composição social produz-se no espaço, apresentando uma estrutura urbana de maior complexidade e conflitos.



FIGURA 16 - Expansão urbana nas encostas periféricas do Centro.

GRÁFICO 1⁵⁸



⁵⁸ Fonte: (ANGRA DOS REIS, 1990 a) e IBGE, Censo 2000.

2.3) REFLEXOS NA MORFOLOGIA URBANA

Este sub-capítulo vem a complementar o diagnóstico sobre os impactos da rodovia Rio-Santos em Angra dos Reis, ressaltando as repercussões nas atividades e no ambiente do município durante e fase aqui denominada turística. Os processos então desencadeados resultaram em uma nova configuração da paisagem, um dos componentes mais importantes das amenidades ofertadas no mercado turístico. Conforme Ronai⁵⁹ (1977), a lógica de mercado (turismo, trem, automóvel, “week end”, residências de veraneio, férias, especulação imobiliária) *paisagificou* (*paysagéifie*) a totalidade do espaço, estabelecendo-se a “paisagem –mercadoria” e o consumo da paisagem que, por sua vez, adquire valor pelo prazer que acarreta (valor–espetáculo) ou pelo prestígio que confere (valor-signo). A análise das relações entre a produção do espaço e o consumo da paisagem deve contribuir no entendimento do tipo de desenvolvimento turístico–imobiliário que vem se dando em Angra dos Reis.

Nesse aspecto, a morfologia urbana poderá auxiliar, como instrumento de análise, na medida em que se considera a manifestação concreta das formas urbanas como expressão dos processos sociais, em especial, do modo de produção engendrado naquele território por meio do turismo e das atividades imobiliárias, permitindo então, enunciar as tendências locais dos novos processos urbanos.

Assim, evitando tratar puramente da forma em si, buscou-se fundamentação numa visão da cidade como fato social e econômico. Parte-se, portanto, da premissa de que a forma urbana é uma das expressões dos processos sociais ocorridos no presente e no passado, histórica e geograficamente determinadas. Além disso, também impõe modos de relações sociais, a manutenção ou a reprodução das condições de produção capitalista e dos grupos sociais ali existentes.

Deste ponto inicial se propõe aqui alcançar os seguintes objetivos:

-Apresentar a contínua alteração de paisagens resultante do processo histórico de desenvolvimento socioeconômico local, procurando estabelecer uma análise morfológica à luz da abordagem metodológica da pesquisa; e,

⁵⁹ RONAI, Maurice. Paisagens II. *Herodote*, 1977. Texto traduzido por Wherter Holzer.

-Observar algumas relações e inserções dos aspectos formais da arquitetura e da cidade no contexto de produção do lugar turístico.

O conjunto das formas arquitetônicas do lugar, a tipologia dos edifícios e da estrutura urbana elucida, através de amostras históricas, muitos de seus condicionamentos (modos de produção, tecnologias, recursos, etc). Essa manifestação espacial associada a uma homogeneidade de representação arquitetônica confere um significado à cidade.

Conforme Aymonino⁶⁰ (1984, p. 10), a representação arquitetônica encontra no poder concentrado na cidade uma das suas condicionantes mais importantes: a confluência de capitais e a acumulação impõem o desejo de representação. Em Angra dos Reis, assim como em muitos outros núcleos urbanos coloniais, a configuração urbana era representativa do poder convergente. O significado da cidade de então está sintetizado no centro histórico, onde a presença dos monumentos tem um lugar de representação "central", visível de todos os pontos, lugar de convergência, lugar do poder civil e religioso efetivado pela produção mercantil, pela relação cidade-campo.



FIGURA 17 - Convento do Carmo: lugar de representação central (Acervo da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis).

⁶⁰ AYMUNINO, Carlo. *O Significado das Cidades*, Editorial Presença - Lisboa, 1984.

Mas, tal significado se relaciona também com as condicionantes do desenvolvimento da arquitetura e das cidades coloniais brasileiras e com sua evolução transcorrida desde o período colonial e durante o século XIX: a produção da arquitetura baseada no trabalho escravo, o nível tecnológico rudimentar, o aspecto uniforme das casas térreas e dos sobrados construídos sobre o alinhamento das vias e sobre as laterais do lote, a uniformidade dos terrenos profundos e de pouca testada e as ruas definidas pelas casas e condicionadas pelas circunstâncias topográficas, além de certos aspectos referentes às influências oitocentistas na arquitetura brasileira⁶¹. A situação litorânea e o caráter mercantil impuseram a localização das áreas de estoque e "sujas" junto ao mar e a estrutura urbana voltada para o interior.



FIGURA 18 - Centro de Angra – década de 1940. Malha viária seiscentista. Sobrados remanescentes do século XIX e o Porto recém construído. Foto gentilmente cedida por Flávia Hartmann.

Fora dos núcleos urbanos centrais se formaram estruturas diferenciadas, em termos de sua relação entre tipologias e morfologia urbana, em função das atividades peculiares desenvolvidas nos núcleos de pescadores dispersos ao longo da orla marítima e pelas propriedades rurais.

⁶¹ Sobre os condicionantes da arquitetura e das estruturas urbanas das cidades brasileiras no período mencionado, ver Reis Filho (1987, p. 15-42).



FIGURA 19 - Típica vila de pescadores da Ilha Grande. Praia de Passaterra. Data provável início da década de 1990 (Acervo da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis)

De tudo isso, o que nos parece marcante registrar é a ocorrência de uma representatividade inerente a cada um desses meios, o que estabeleceria uma identidade marcante ao(s) lugar(es).

As alterações ocorridas durante a fase turística determinaram a produção praticamente de um novo espaço regional, e concomitantemente, de novos espaços urbanos. Ocorrem agora novas relações dimensionais. O centro antigo tornou-se um fragmento da cidade contemporânea sem a relação de representação que tinha antes. A massa construtiva genérica que se produziu na cidade, desprovida de qualidade arquitetônica, não se qualifica mais por uma relação de representatividade ou de identidade. Tal relação se deu, após a fase turística, conforme a lógica da produção do espaço na cidade capitalista, mediado pelas regulamentações normativas. Todavia, o processo de produção desse espaço ocorre mais em razão da lógica da maximização dos ganhos do capital do que pela regulamentação normativa, salvo aonde esta regulamentação se adequa aos interesses hegemônicos.

Essa razão se contrapõe ao velho discurso tecnocrático, tão repetidamente proferido, que denuncia o “crescimento desordenado” como entrave para o turismo. Não se trata aqui apenas de explicar a "ordem implícita" como a racionalidade por trás do denunciado "caos" ou "desordem".

Mais do que isso, a conformação assumida pelo espaço urbano da cidade industrial é a "representação" complexa da lei do lucro máximo (cf. AYMONINO, 1984, p. 34). Essa manifestação se dá incisivamente em Angra dos Reis durante a fase turística. Se por um lado

se observa a exploração máxima dos recursos naturais através de sua apropriação (aterros hidráulicos, canais, enrocamentos) e monopolização (privatização de praias) pelos *resorts* ou condomínios de luxo, por outro, se nota a disputa para a utilização máxima de cada palmo de terreno nas invasões e favelas (em muitos casos com finalidades especulativas, incluindo aí o aluguel de segundas residências).



FIGURA 20 - As imagens acima exemplificam o contraste das manifestações urbanísticas e arquitetônicas produzidas conforme a lógica mencionada.

Contraditoriamente, é desfeita toda a representatividade consolidada na fase pré-turística, perdendo a identidade tão essencial enquanto recurso para um desenvolvimento puramente turístico, caso não houvesse tão íntima imbricação do desenvolvimento local com o setor imobiliário. A vizinha cidade de Parati exemplifica esta afirmação. Por ainda se constituir num estoque pouco tocado pelo capital imobiliário, manteve sua estrutura urbana colonial preservada. Tal recurso é hoje explorado intensamente pela atividade turística, em razão da representatividade intrínseca à forma urbana ali presente.

Em Angra dos Reis, as novas estruturas demonstram tentativas dissociadas de representação arquitetônica. Conforme Aymonino (1984, p. 32):

As novas funções tendem a diferenciar-se [da massa construtiva genérica] em virtude de uma representação arquitetônica precisa (sob a forma de templo grego, palácio medieval, etc) e de uma relação diferente com os percursos viários (praça ou largo).

Os empreendimentos turístico-imobiliários da fase turística adotam preferencialmente referências exógenas, calcadas exclusivamente nos apelos mercadológicos direcionados ao público consumidor do eixo Rio - São Paulo. Os privilegiados proprietários de imóveis à beira mar lançam mão de suas referências pessoais ou das midiáticas tendências dos arquitetos-decoradores trazidos em suas bagagens de verão. Essa forma de consumo da paisagem é uma das expressões da urbanização turística em Angra dos Reis.



FIGURA 21 - Tentativas de representações formais. Quem tem a “cara” de Angra?

Vêm-se influências de Miami, balinesas, estilos mediterrâneos, etc, mas ainda não se vê nestas novas estruturas uma arquitetura representativa de Angra. *"Os promotores imobiliários, desvinculados do gerenciamento da atividade turística a ser instalada, destroem a natureza para depois revendê-la recomposta a seu gosto"* (GUANZIROLI, 1983). Acrescenta-se, além da natureza, os traços de cultura local e a própria representação arquitetônica.

No contexto atual, o espaço local continua recebendo inovações, agora sob a égide dos novos processos que caracterizam a fase peculiar por que o capitalismo vem passando, especialmente a partir da década de 1980, quando se observa a emergência da financeirização, enquanto padrão sistêmico de gestão e realização da riqueza do capitalismo contemporâneo globalmente dominante (cf. BIENENSTEIN, 2001). As conseqüentes manifestações da forma urbana não são menos arraigadas às referências exógenas. Faz parte deste movimento a busca de novas representações e de "identidades" atraentes ao entretenimento, ao espetáculo e à rentabilidade mercadológica de maior viabilidade para o empresariamento dessas novas cidades. O apelo turístico dá suporte a tais condicionantes. Como não poderia deixar de ser, a

perda das representações identificadas na fase pré-turística impõe novas relações morfológicas e a produção de *não lugares*⁶².

Os interesses hegemônicos, ainda voltados para o lucro imediato do investimento imobiliário, têm agora novas formas de ganho otimizado através das futuras parcerias propostas pelo Poder Público local na produção de lugares turísticos e de lazer em projetos de requalificação da área de frente marítima do centro histórico. Não é muito nítida a vinculação deste interesse à operacionalização do turismo. Todavia, mesmo se comprovada uma possível futura adequação do modelo de desenvolvimento aos interesses turísticos, o significado dessa cidade do ponto de vista arquitetônico não será apreensível por seus próprios habitantes. Desse modo, a urbanização turística produz paisagens mutantes, pois:

Quer na urbanização turística para residências secundárias, quer na urbanização associada a outras modalidades de alojamento turístico, o uso fugaz do território, marcado pela transitoriedade é responsável por processos de territorialização e desterritorialização. O tempo, marcado por ritmos planejados (férias, feriados, altas temporadas), impõe um novo ritmo à região, depois recua, e as territorialidades locais se recompõem, mas já sobre outras rugosidades. (LUCHIARI, 1998, p. 24)

No contexto de uma possível harmonização entre os interesses puramente imobiliários e os interesses turísticos, dá-se ao planejador alguma possibilidade de estabelecer mecanismos reguladores visando intervenções voltadas para uma precisa relação tipologia-morfologia adequada ao espaço produzido. A começar pela escala, entendida não apenas como grandeza, mas como um critério interpretativo da forma urbana, ou seja, também como uma relação entre o existente e o que deverá existir. As novas intervenções, pensadas e realizadas à escala arquitetônica, se voltariam, no entanto, para a estrutura urbana no seu conjunto, modificando-a substancialmente, e atacariam o problema da cidade por partes.

A valorização das antigas referências, especialmente aquelas intrínsecas aos monumentos, é outra condição básica. Não pelo seu valor individual, mas pela sua inserção no contexto atual: "*a beleza de uma cidade, o seu poder ser 'arte', deriva exatamente da contradição existente entre o propósito inicial (o motivo por que se ergue o monumento) e a realidade mutável do uso dessa herança*" (AYMONINO, 1984, p. 11).

⁶²Conforme Augé (1994: 73-77), um lugar se define como identitário, relacional e histórico, construção concreta e simbólica do espaço, lugar antropológico, enquanto um *não-lugar*, como um espaço sem essas características.

CAPÍTULO 3 - GESTÃO DO TERRITÓRIO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: DA REDEMOCRATIZAÇÃO AO “EMPRESARIAMENTO”.

Este capítulo comenta as diferentes experiências de gestão urbana na fase turística, desde o período militar, passando pelos anos 1990 quando, no contexto do processo de redemocratização do País, a partir da ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao Executivo Municipal, foi deflagrado um processo de gestão participativa (com a elaboração do Plano Diretor e a instituição do Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente). A análise da gestão urbana finda no momento atual quando, sob outra orientação político-partidária, advém um novo enfoque de gestão e produção do espaço municipal, de corte empresarial, que se dá através, principalmente, da agilização/radicalização de métodos e processos para implementação de projetos voltados para o turismo, tais como a requalificação da orla do Centro da Cidade.

São também abordados aspectos atuais do processo de produção do espaço, com a identificação de diferentes vertentes de atuação do capital imobiliário assim como as distintas concepções de “desenvolvimento local”. Por fim, são explicitadas as implicações desses campos de atuação com a urbanização turística, caracterizando os principais atores sociais envolvidos e seu papel a partir da nova Administração municipal, culminando com uma breve análise do atual processo de revisão do Plano Diretor.

Busca-se aqui, de início, expor os diferentes processos de gestão e produção do espaço urbano de Angra dos Reis, estabelecidos na fase turística, desde seu início a partir da abertura da Rodovia Rio-Santos até o momento atual. Pretende-se com isto embasar a compreensão da interação, no âmbito do lugar, entre os atores sociais que o produzem, sob os condicionantes e

antecedentes do seu desenvolvimento, visando identificar as tendências atuais de gestão do ambiente urbano para o município.

Já dissemos que os novos processos que deram à região e ao lugar uma nova configuração espacial resultaram da articulação entre o estado representado pelo governo federal, com interesses voltados para outras regiões e escalas, o setor privado representado pelas empresas ligadas às atividades turístico-imobiliárias, e as classes dominantes tradicionais do local, representadas pelos grandes proprietários de terras. Tal articulação encontrou pouca resistência de alguns atores locais, tendo em vista que no período de exceção que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985, o município foi declarado Área de Segurança Nacional, ou seja, durante esse período o poder local foi exercido por interventores nomeados pelo poder central.

Neste período, algumas medidas foram tomadas no sentido de “re-planejar” o município, ante a percepção de que o desenvolvimento proporcionado pela dinâmica decorrente da abertura da rodovia BR 101 e dos demais investimentos simultâneos atingiu negativamente a população (cf. GUANZIROLI, 1983, p. 298). Afinal, o notável incremento das favelas, do desemprego e da poluição indicava que a “*Côte D’Azur*” planejada não estava se consubstanciando. Responsabilizava-se a “falta de planejamento” (num esquecimento de que o município, tal como estava, fora consequência de um tipo de planejamento). Todavia, o “re-planejamento” elaborado, composto de uma legislação de uso e ocupação do solo municipal, vigente a partir de 1981⁶³, impunha normas restritivas que visavam não descaracterizar o lugar como área turística, sob o prisma de uma concepção de “ordenamento territorial” que “*tentava impedir a entrada de pequenos e médios investidores, [de modo a facilitar] a concentração de terras nas mãos dos grandes grupos imobiliários*” (GUANZIROLI, 1983, p. 296).

Concomitantemente, se acirraram os conflitos no âmbito socioeconômico, já que a crise do modelo de desenvolvimento do País herdada do “Milagre Econômico” dos anos 70 se refletiu em Angra com o término das grandes obras federais e a consequente queda no ritmo das iniciativas ligadas aos setores turístico e imobiliário, contaminando as demais atividades

⁶³ Trata-se do PDFT - Plano de Desenvolvimento Físico-Territorial (pacote de leis municipais nº 146, 147 e 148/81), elaborado pela antiga SECPLAN (Secretaria de Estado de Planejamento).

econômicas a elas ali subordinadas e as próprias atividades econômicas tradicionais. (cf. OLIVEIRA, 1993, p. 26).

Essa crise, que perpassou toda a década de 80, impôs o esvaziamento do modelo econômico liderado pelos oligopólios nacionais e internacionais e pela regulamentação estatal. Endividado, o governo federal não tem mais meios para exercer o seu papel neste arranjo. A orientação político-econômica nacional é agora no sentido da desregulamentação, do estado-mínimo, repercutindo, sobremaneira, nas formas de planejar e, conseqüentemente, de produzir o território.

Nesse contexto, em novembro de 1985, após longo período de intervenção federal, o município recuperou sua autonomia política com a realização de eleições para Prefeito da cidade.

A primeira administração pós-abertura política eleita pelo voto direto foi composta por forças políticas conservadoras locais (em contraponto com os interventores, na maioria das vezes de fora do Município) que mantiveram as práticas políticas tradicionais, tais como o clientelismo, não dando conta da expectativa gerada em torno do enfrentamento da crise. A sociedade angrense, agora bem mais diversificada, assume novas bandeiras de luta, organizando-se em torno da questão da terra (urbana e rural), da questão nuclear, dos ônus decorrentes dos impactos gerados pelos empreendimentos, das reivindicações salariais, entre outras. Surgem então, no Município, importantes organizações (algumas ainda atuantes): a Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPÊ), o Conselho Municipal das Associações de Moradores (COMAM), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as Comunidades Eclesiais de Base, o Centro Unificado de Cultura e Arte (CUCA), o Partido dos Trabalhadores (PT) etc.

Foi a partir deste quadro que, em 1988, o PT foi guindado à chefia do Executivo pelo voto direto com uma plataforma que propunha a inversão das prioridades na administração pública e a implantação de uma gestão democrática em todos os setores da política local. Conforme Oliveira (1993, p. 43-44), na ocasião em que se deram as eleições de 1988, fazer parte do processo decisório governamental era uma demanda presente, pois explicitava os anseios das lutas sociais que transformaram o cenário político do município ao longo dos anos 1980.

De 1989 a 1992, ocorreu um processo de intensa discussão junto à comunidade para dotar o Município de uma política urbana orientada na reversão do quadro dominante (crise

urbana, riscos ambientais, desequilíbrios sociais, etc) e na busca de um desenvolvimento adequado aos anseios da população. Na ocasião, a própria Prefeitura montou, com apoio da Coppe/UFRJ, uma equipe técnica dentro da Secretaria de Planejamento responsável pela elaboração e implantação do Plano Diretor.

3.1) A EXPERIÊNCIA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

O compromisso com a gestão democrática, firmado pelo PT na campanha de 1988, foi posto em prática durante o governo Neirobis Nagae (1989-1992), principalmente no âmbito das questões urbana e ambiental. O suporte dessa prática foi a elaboração do Plano Diretor, que se baseou num processo intenso de reuniões com as associações de moradores locais. O Plano foi proposto num contexto que conjugava, além da eleição do PT, a recente promulgação da Constituição Federal de 1988 e as demandas sociais geradas pelo processo de urbanização do município, anteriormente relatadas.

No que tange à Constituição Federal de 1988, o capítulo que trata da Política Urbana é marcado pelas propostas do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, nascido dos diversos movimentos sociais engajados nas lutas urbanas no Brasil (REZENDE, 2001, p. 188). O resultado foi uma disposição constitucional definidora de um tipo de planejamento urbano dinâmico e contínuo, voltado para a garantia do direito à cidadania e à cidade, e que determinou aos municípios de população superior a 20.000 habitantes a elaboração de Planos Diretores acompanhados compulsoriamente de mecanismos que garantissem a participação popular no processo de planejamento. Conforme FERNANDES (2002, p. 249), a participação popular na gestão das cidades é um novo direito coletivo reconhecido pela Constituição de 1988.

Tal aspecto emergiu de um amplo reconhecimento da crise urbana e das desigualdades vivenciadas pelo capitalismo, notadamente nos países periféricos. A provisão injusta dos bens de consumo coletivo e a sujeição do espaço urbano aos mecanismos gerais de regulação (cf. CASTELLS, 1986) delimitavam, naquele contexto, os objetivos iniciais do planejamento urbano como meio para amenizar os desequilíbrios da oferta dos mencionados bens de consumo, assim como servia de instrumento para a gestão técnico-econômica das unidades espaciais. Além disso, esse ideário se colocava em contraponto à concepção “tecnicista” então hegemônica não somente entre os técnicos, como também entre os políticos e os

administradores, e bastante criticada ao final da década de 1970, por conta de sua identificação como instrumento de legitimação do regime político autoritário. Vale, contudo, ressaltar que apesar da novidade do discurso da participação,

[o]s planejadores passam a defender sua sobrevivência enquanto corporação fabricando a panacéia do planejamento participativo. A idéia geral era que a consulta à população poderia dotar o processo de planejamento de elementos que contrabalançassem o ‘tecnocratismo’ [...] A difusão deste pensamento, num período histórico caracterizado por ampla mobilização social ao nível das comunidades [...] reforçou a crença de que somente as lutas urbanas seriam capazes de influenciar decisivamente os destinos da cidade. (RIBEIRO & CARDOSO, 1990, p. 73-74).

Todavia, algumas práticas se limitaram a criar uma espécie de encenação dos debates acerca dos conflitos urbanos, de modo a legitimar antigas práticas com novos discursos, em busca de “consensos” conforme VAINER (2000, p. 115-117) demonstra, referindo-se ao Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ):

Poder-se-ia [...] qualificar o [PECRJ] de bem orquestrada farsa, cujo objetivo tem sido o de legitimar orientações e projetos caros aos grupos dominantes da cidade.

[A inovação desse procedimento reside na] sua insistência na participação, seu forte investimento nos rituais de participação e da unificação da cidade em torno a objetivos comuns, uma expressiva retórica associando desenvolvimento econômico a desenvolvimento e integração sociais [...] o maciço investimento na afirmação dos interesses comuns dos cidadãos, forte apelo aos valores da solidariedade humana, total descompromisso com a identificação dos mecanismos geradores da crise da cidade.

Ao lado de tudo isso, uma espécie de naturalização da desigualdade.[...] Estamos unidos porque somos todos, igualmente, apesar de nossas diferenças, vítimas da crise da cidade, mas também porque somos todos, solidariamente, responsáveis por esta crise.

A construção do consenso, espelhada na prática e condução do PECRJ, expressa bem essa tendência: o consenso não é o resultado do contraditório, do confronto de interesses divergentes e de sua negociação; ele está posto, naturalmente, pelo compartilhamento de uma experiência urbana suposta comum e indivisível.

De qualquer modo, houve um diferencial a partir da Constituição de 1988 em relação aos modelos anteriormente praticados. O papel dos técnicos de planejamento urbano é alterado. De detentores do saber inquestionável tornam-se verdadeiros mediadores, reconhecendo que o planejamento urbano põe em jogo uma gama de interesses em volta dos quais se firmam as alianças e se desencadeiam os conflitos (cf. CASTELLS, 1986.).

O caso de Angra dos Reis é um exemplo característico deste processo de reação aos “super planos” tecnocráticos. A partir daí, buscou-se implantar a gestão democrática, ainda

que de forma incipiente, com poucos parâmetros anteriores e sem a consolidação da doutrina jurídica almejada pelos movimentos sociais, consolidados no Projeto de Reforma Urbana que municiou os debates sobre a cidade durante o processo que culminou na Constituição Federal em vigor.

A seguir, discute-se a trajetória dessa experiência em Angra dos Reis, desde a efervescência dos momentos iniciais aos dias atuais, visando subsidiar uma avaliação que permita, mais à frente, esboçar as perspectivas dessa forma de gestão diante do quadro social e político em curso no momento atual.

3.1.1) A ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE ANGRA DOS REIS

Durante os anos 1990, a primeira de três gestões consecutivas do PT em Angra deflagrou um processo de discussão para dotar o município de uma Política Urbana consoante com as propostas mais avançadas em termos de gestão. Foi então elaborado o principal instrumento desta política - O Plano Diretor - que além de estabelecer regras de desenvolvimento, uso e ocupação de solo, procurou garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade,⁶⁴ em sintonia com a Constituição de 1988 e com o Estatuto da Cidade⁶⁵, então mera proposta de Emenda Popular.

Cabe ressaltar que aquele momento representava uma conjuntura muito favorável ao desenvolvimento de um processo de gestão democrática. Conforme já mencionado, após longo período de intervenção federal (foi Área de Segurança Nacional durante a Ditadura pós 64), o município recuperou sua autonomia política com a realização de eleições para Prefeito em novembro de 1985, quando já havia estruturado uma composição social diversificada, organizada e politicamente ativa.

Conforme o relato de membros da equipe técnica que elaborou o Plano Diretor (GUIMARÃES E ABICALIL, 1990), o processo foi iniciado em 1989 e contou com duas fases. Na primeira, foram realizadas diversas reuniões com as associações de moradores,

⁶⁴ Além de instrumentos de gestão participativa, hoje regulamentados pelo Estatuto da Cidade, o Plano Diretor de Angra dos Reis já incluía as Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), o parcelamento / edificação compulsórios e o IPTU progressivo (não aplicados por falta de regulamentação constitucional), além de um rudimento do que hoje se denomina Estudo de Impacto de Vizinhança.

⁶⁵ Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana.

representantes comunitários, Câmara Municipal, etc., com o intuito de esclarecer os limites do Plano Diretor, apresentar a metodologia, os objetivos do trabalho e coletar dados complementares para a montagem de um pré-diagnóstico. Na segunda fase, foram realizadas novas reuniões, organizadas por temas, onde foram debatidos problemas e soluções, com a identificação de diversos atores sociais e seus interesses contraditórios. Além disso, houve o reconhecimento e a identificação das particularidades e semelhanças de cada lugar do município, *“ao mesmo tempo em que se constituiu uma visão integrada, municipal, que rompesse com a estrutura fragmentada decorrente do modelo e do processo de desenvolvimento”* (GUIMARÃES E ABICALIL, 1990, p. 57).

O compromisso com a idéia da gestão participativa foi também evidenciado através do esforço empreendido pela equipe técnica para capacitar a população a participar do debate: além da disseminação de informações com a distribuição do pré-diagnóstico contendo o quadro geral do município e seu processo de desenvolvimento. Foram organizados vários eventos sobre temas afins como a montagem de exposição fotográfica identificando contrastes temporais e espaciais, a elaboração de documentários audiovisuais, a promoção de atividades escolares (confeção de maquetes e organização de concursos e feiras), e a montagem de uma peça teatral baseada no “teatro do oprimido”⁶⁶, apresentando as conseqüências do desenvolvimento recente. Essa peça itinerante foi montada por um grupo de teatro local e encenada em todas as regiões do Município.

A prática da participação popular na elaboração do Plano Diretor foi também incorporada pelos setores mais conservadores da sociedade como, por exemplo, aqueles ligados às atividades imobiliárias, à apropriação de terras e ao turismo. Conforme Guimarães e Abicalil (1990, p. 59) relatam:

[...] os empreiteiros locais tentaram [...] se eleger [como] representantes dos setores econômicos disputando [com] a população. Passaram a ir a todas as reuniões regionais (exceto as de áreas rurais e áreas mais politizadas), inclusive subindo morros etc., intervindo em todas as reuniões, dissimulando os conflitos que os envolvem e tentando minimizar as discussões sobre os problemas, tentando separá-

⁶⁶ “O Teatro do Oprimido é uma metodologia teatral criada pelo dramaturgo Augusto Boal no início da década de 70. É composta por técnicas teatrais que permitem às pessoas que desejam modificar a realidade, ensaiar uma participação ativa, penetrando na cena para transformá-la, transgredindo o ritual teatral convencional. Em 1986, Boal iniciou um projeto para formar Curingas – especialistas em Teatro do Oprimido – que pudessem desenvolver grupos populares de teatro no estado do Rio de Janeiro”. Fonte: <http://www.nova-e.inf.br/ativismo/teatrooprimido.htm> (consulta realizada em abril de 2005).

los das discussões do Plano - segundo eles, deveriam ser de caráter mais técnico. Esse processo, que não era previsto, tem politizado mais do que atrapalhado, explicitando algumas posições que jamais tinham sido assumidas. Além disso, o confronto tem se deslocado do eixo prefeitura - construtores e se ampliado para uma discussão de modelo de desenvolvimento mais abrangente, contrapondo, constantemente, as lideranças e demais moradores aos construtores. Nesse processo, podemos identificar que este setor tem alguns objetivos gerais específicos, tais como: tentar conhecer as propostas da Prefeitura para a legislação de uso do solo; tentar pressionar a prefeitura; tentar articular campanhas políticas de aliados políticos; tentar disputar a hegemonia no movimento social para as suas propostas.

Apesar da participação efetiva, partiu desses mesmos setores o argumento de que o Plano assim elaborado não conferia prioridade ao crescimento econômico do Município, pois suas normas não incentivavam ou até mesmo impediam os investimentos privados, acarretando, dentre outros aspectos, mais desemprego. Essa seria a crítica mais contundente ao Plano durante toda a década seguinte.

O processo participativo deu ao Plano Diretor uma conformação evidentemente avançada no campo político, dotando-o de alguns instrumentos voltados para uma gestão urbana eficaz, se bem aplicada. O objetivo geral desse Plano - disciplinar a ocupação do solo, conter a especulação de terras e evitar a degradação ambiental - foi reflexo dos interesses confrontados no momento de sua elaboração, em que foram priorizados os setores populares - associações de moradores e grupos ambientalistas e culturais (cf. GUIMARÃES E ABICALIL, 1990, p. 57). Dessa maneira, foi finalmente aprovado o Plano Diretor de Angra dos Reis⁶⁷ pela Câmara de Vereadores em dezembro de 1991.⁶⁸

No período enfocado, o empenho da Prefeitura na adoção da gestão democrática se manifestou em muitos outros aspectos da administração, especialmente no que diz respeito às questões urbana e ambiental. O trecho apresentado a seguir traz uma avaliação desse momento singular da história do município:

A reorientação das prioridades e dos investimentos da Prefeitura foi outra iniciativa de peso. Até então submetidas aos interesses dos empresários e dos representantes políticos tradicionais, as ações e os programas governamentais passaram a pautar-se no atendimento das reivindicações e necessidade dos trabalhadores (da população de baixa renda em geral), dirigindo-se para diminuir o déficit histórico de infraestrutura e cobertura social (educação e saúde), nos bairros e áreas habitadas pelos

⁶⁷ Lei Municipal nº162/LO de 12/12/91, publicada em 12 de março de 1992.

⁶⁸ A mensagem encaminhada em abril de 1991 não foi aprovada, necessitando ser reapresentada e, somente após um processo difícil de pressão popular e negociações com o Executivo, é que se logrou, em dezembro daquele ano, a aprovação pela Câmara.

trabalhadores. De grande efeito simbólico junto à população, pois demonstrava o empenho em dar consistência à proposta de administração democrática, foi a chamada "abertura das praias". Durante muito tempo, várias praias do Município foram privatizadas por condomínios e residências particulares construídas à beira-mar, isto é, tais praias foram cercadas e foi impedido o acesso da população. Isto aconteceu em total desrespeito a legislação federal e municipal, bem como com a tolerância e até o incentivo das administrações passadas - não deixa de ser revelador que o apelo de venda das residências pautava-se na "privacidade" que o futuro proprietário obteria com o cercamento ilegal. (OLIVEIRA, 1993, p. 51)

Essa preocupação em afirmar uma gestão participativa reforçou a determinação de compartilhar as decisões de governo com a população por meio da composição de conselhos populares. No caso do processo de elaboração do Plano Diretor não foi diferente. Já na fase inicial de discussões do Plano foi formado um fórum popular constituído por membros do governo e da sociedade civil organizada, do qual se originou o Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente. Conforme Guimarães e Abicalil (1990, p. 60), o Conselho se constituiu como parte integrante do processo do Plano Diretor, fruto de uma discussão sobre a cidade e sua gestão, realizada de uma maneira mais profunda e politizada.

3.1.2) O CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE

Aprovado o Plano Diretor, passou-se ao processo de implantação de seus instrumentos, dentre os quais, o Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente – CMUMA, cuja montagem foi agilizada em decorrência de todo o processo de discussão precedido. Nesta parte será apresentada a trajetória desse Conselho.

I – A Implantação e a Composição do Conselho

A mesma Lei que instituiu o Plano Diretor de Angra dos Reis criou o CMUMA. No mês subsequente à publicação da Lei do Plano Diretor, ocorreu a primeira reunião do Conselho. Sua formação obedeceu ao disposto no Plano Diretor: 21 (vinte e um) membros titulares, sendo 15 (quinze) da sociedade civil organizada e 06 (seis) da administração

municipal, além de seus respectivos suplentes (ver relação abaixo), com mandato de dois anos⁶⁹.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE:

COORDENADOR:

- Secretário Municipal de Planejamento

(cada entidade a seguir é representada por um membro titular e um suplente).

ENTIDADES QUE COMPÕEM A SOCIEDADE CIVIL⁷⁰:

- Associação de Empresas de Construção e Engenharia de Angra dos Reis
- Conselho Municipal das Associações de Moradores
- Representante das Associações de Moradores do 1º Distrito
- Representante das Associações de Moradores do 2º Distrito
- Representante das Associações de Moradores do 3º Distrito
- Representante das Associações de Moradores do 4º Distrito
- Representante das Associações de Moradores do 5º Distrito
- Representante das Associações de Moradores do 6º Distrito
- Representante eleito em Assembléia das Entidades ligadas à Área Rural
- Representante dos sindicatos locais
- Conselho Regional de Eng^a, Arq^a e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro
- Representante eleito em Assembléia das Entidades ligadas à Pesca
- Sociedade Angrense de Proteção Ecológica
- Associação de Turismo da Costa Verde

⁶⁹ A renovação do Conselho é feita através de convocação junto às entidades envolvidas para realizar eleições internas, e, se necessário, com o apoio administrativo da Secretaria do Conselho.

⁷⁰ Nas reuniões em que são apreciados projetos para implantação de empreendimentos, 01 (um) representante da Comunidade diretamente influenciada tem assento no Conselho, com direito a voz e voto.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS::

- Dept °. de Planejamento Territorial da Secretaria Mun. de Planejamento
- Divisão de Meio Ambiente da Secretaria Municipal de Planejamento
- Gabinete do Prefeito
- Procuradoria Geral
- Secretaria de Obras

Conforme observado ao longo da trajetória desse Conselho, nem sempre todas as vagas para conselheiro são preenchidas em função de desmobilização de algumas entidades durante o período do mandato. Em alguns casos a representação de determinada entidade não demonstra interesse, faltando repetidas vezes, sem que haja qualquer cobrança por parte dos membros da mesma. Todavia, o regimento interno permite tanto o afastamento de membros faltosos, quanto a realização das reuniões com qualquer quorum, em face da premência das deliberações de competência do Conselho, o que, por outro lado, acaba por induzir a participação de seus membros.



FIGURA 22 - Reunião do Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (Acervo da Secretaria Municipal de Planejamento de Angra dos Reis)

As reuniões ordinárias ocorrem uma vez por mês. Porém, o CMUMA pode ser convocado extraordinariamente se assim a situação exigir. Foram mais de 160 (cento e

sessenta) reuniões nos doze últimos anos, com pauta predominantemente relacionada a projetos de médio e grande porte, além de leis e regulamentações previstas no Plano Diretor (Código de Obras, Áreas Especiais, etc.), e alguma contribuição nas discussões sobre política urbana e de meio ambiente, ocorridas no Município.

II - O Funcionamento e as Atribuições do CMUMA

A ebulição do processo de discussão ocorrido na fase de elaboração do Plano Diretor, ainda percebido no início da implantação do Conselho, foi se arrefecendo com o passar do tempo. Todas as questões relativas à Política Urbana ficaram legalmente centralizadas no CMUMA que, agora institucionalizado, passou a cumprir burocraticamente as suas atribuições legais. Contudo, o discurso oficial manteve sua motivação política apreendida no trecho a seguir, extraído de um documento institucional do Conselho:

Buscando reconhecer a necessidade de promover a participação política direta dos cidadãos como condição indispensável ao processo de ampliação da cidadania, assim como a implantação da política urbana prevista no Plano Diretor Municipal, foi criado, em 1992, o Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente. A implantação do Conselho significou um marco na história das lutas pelo uso e ocupação do solo em Angra. Sua contribuição tem sido decisiva não só no processo de desenvolvimento urbano do Município através da apreciação de projetos de médio e grande porte, onde os impactos gerados são hoje avaliados conforme os interesses da coletividade, mas sobretudo no processo de discussão, acompanhamento e fiscalização da aplicação do Plano Diretor, além da regulamentação e alterações propostas na legislação urbanística. (CMUMA, 2000).

Segundo esse documento, o tempo de atividades ininterruptas (doze anos completados em março de 2004) resultou por consolidá-lo “*como um organismo cuja legitimidade política lhe tem garantido a sustentação necessária para apreciar e ‘deliberar’ sobre assuntos de interesse do Município*” (CMUMA, 2000). Tais assuntos podem ser identificados analisando as atribuições que constam expressas no Plano Diretor, da seguinte forma:

Artigo 220 - Fica instituído, para fins de implementação do Plano Diretor, o Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, para, no âmbito de sua competência:

- I - fiscalizar a aplicação do Plano Diretor sem prejuízo dos direitos previstos em lei, quanto a outros órgãos, entidades ou pessoas;
- II - apreciar sobre a criação de Áreas Especiais;
- III - apreciar sobre a aprovação dos projetos de parcelamento com áreas superiores a

20.000m² (vinte mil metros quadrados) e projetos de condomínios com áreas superiores a 10.000 m² (dez mil metros quadrados);
IV - apreciar projetos de implantação de empreendimentos de médio e grande porte ou com planta física superior a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados);
V - apreciar sobre toda proposta de alteração do Plano Diretor;
VI - apreciar sobre aprovação de projetos de grande impacto urbanístico e/ou ambiental;
VII - apreciar as propostas de preservação e tombamento de bens representativos na forma dos art. 126 e 128 desta Lei.
VIII - apreciar sobre os casos omissos a esta Lei; (ANGRA DOS REIS, 1992a)

Dessas atribuições, podemos extrair algumas considerações que dizem respeito à atuação do CMUMA. Uma primeira evidência diz respeito ao termo “apreciar” utilizado no texto legal. Conforme o relato de pessoas envolvidas no processo de negociação do projeto de lei do Plano Diretor junto ao Legislativo, este foi um subterfúgio para não estabelecer, naquele momento, um papel nem deliberativo nem consultivo, postergando tal definição para uma futura revisão, ainda não efetuada. Por ventura, até hoje, a maioria das decisões do Conselho foram acatadas administrativamente pela Prefeitura⁷¹. Todavia, nos poucos casos em que não se logrou respeitar tal decisão, as reações se limitaram a protestos e repúdios formais, no âmbito do próprio Conselho, não havendo desdobramentos ou provocações jurídicas que eliminassem esta indefinição, ficando tais entendimentos ao sabor das conjunturas.

Outro aspecto envolve duas diferentes categorias de atuação do Conselho. Uma primeira categoria poderia ser classificada como “análise de projetos de empreendimentos”, na qual estariam relacionados os incisos III, IV, e VI do artigo 220. A outra categoria seria a “discussão e acompanhamento da Política Urbana”, vinculada aos incisos I, II, V, VII e VIII.

Verificando-se as pautas das reuniões registradas em atas, identifica-se uma incidência muito maior de assuntos dedicados à análise de projetos. Numa amostra de 15 reuniões realizadas entre 08/03/2001 e 08/12/2002, nota-se que foram procedidas 9 aprovações de empreendimentos, 2 revisões de leis e 4 questões diversas (renovação de membros, informes, denúncias etc.). Este comportamento não se difere muito do ocorrido em outros períodos. A incidência maior de projetos se explica pela obrigatoriedade, instituída pelo Plano Diretor, de se obter antes do licenciamento dado pela Prefeitura, a aprovação prévia do CMUMA quando

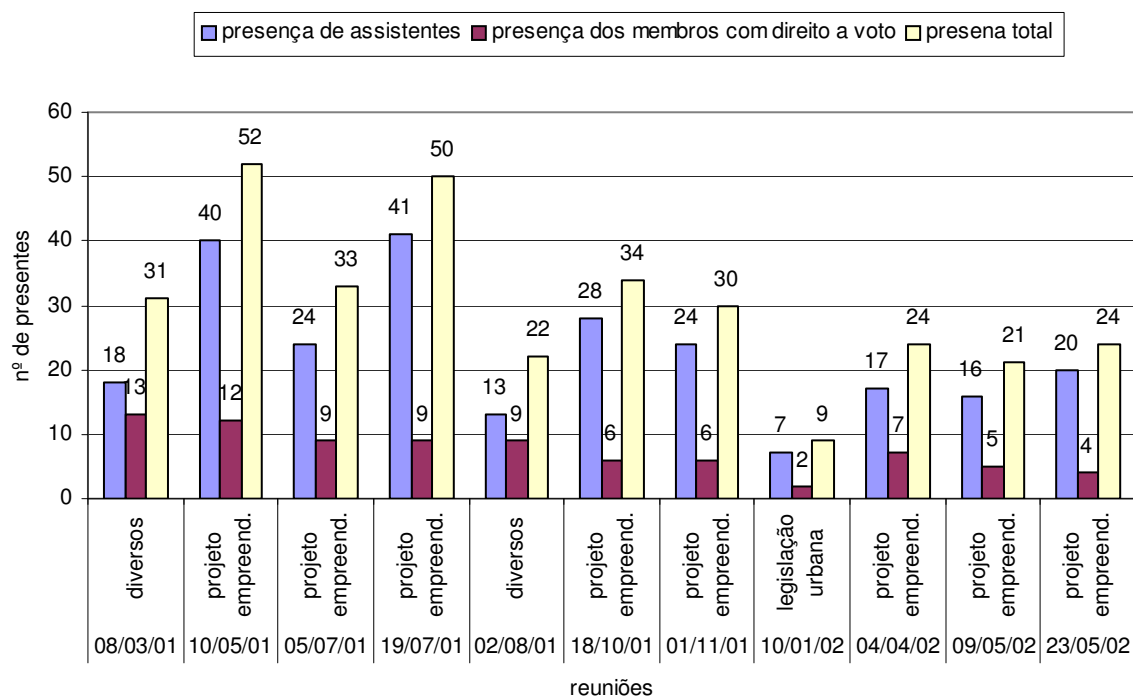
⁷¹ Há que considerar que a maioria das decisões, conforme se depreende das atas, atenderam às expectativas da Prefeitura, seja pela aprovação de projetos de grandes empreendimentos ou de projetos de lei encaminhados pelo Executivo.

se tratar de empreendimentos de médio e grande porte, condomínios com área superior a 10.000 m² e parcelamentos de glebas acima de 20.000 m².

Assim, muitas reuniões têm sua pauta definida pela urgência do trâmite de processos administrativos, transmutando o Conselho em “órgão da Prefeitura”, ou burocratizando seu funcionamento. Nota-se ainda que a frequência dos participantes no Conselho corrobora este status, haja vista a oscilação do quorum em função das pautas. O gráfico a seguir apresenta a variação da presença de membros (com direito a voto) e da presença total (membros e ouvintes) em onze reuniões consecutivas durante o período de pouco mais de um ano - março de 2001 a maio de 2002. Observa-se que alguns assuntos despertam maior interesse na população do que nos conselheiros; outros, considerados, talvez, de “ordem interna” (assuntos diversos), têm participação quase exclusiva de conselheiros.

GRÁFICO 2

Variação da Participação no CMUMA Entre Março de 2001 e Maio de 2002



fonte: Atas das reuniões do Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente.

A maior mobilização ocorreu quando da análise de empreendimentos, possivelmente pelo seu caráter “pontual”, cuja percepção dos impactos é mais imediata, além da expectativa da obtenção de contrapartidas pelas comunidades envolvidas. Por outro lado, é significativo que a reunião de menor presença no período seja a única em que o assunto em pauta foi uma proposta de alteração da legislação urbanística!

Esse comportamento, contudo, não invalida nem desqualifica a prática. Houve momentos em que o exercício de cidadania teve resultados importantes, tanto no rebatimento das decisões coletivas no espaço, quanto na demonstração de força da comunidade sobre interesses dos atores sociais tradicionalmente hegemônicos. Constatou-se pelo menos dois exemplos mais marcantes:

1) Em 1994, a população organizada exigiu que se averiguasse o licenciamento concedido, com aval do CMUMA, para uma importante fábrica de gelo, num bairro popular próximo ao centro da cidade (Praia do Anil). Através de solicitação do Conselho, a Prefeitura determinou a paralisação das operações da fábrica e exigiu do empreendedor um estudo de impacto de modo a minimizar os efeitos sentidos pela vizinhança. Após apresentação e discussão das medidas mitigadoras no Conselho, conforme se verifica na ata da reunião realizada em 06 de outubro de 1994 (ANEXO 1), o empreendimento pôde ser retomado com as instalações exigidas executadas.

2) No ano de 2000 a Prefeitura elaborou um projeto de lei regulamentando, conforme previa o Plano Diretor, as Áreas de Interesse Ecológico (faixas ao longo da orla abrigada da Ilha Grande caracterizadas pela cobertura vegetal abrangente e pouca ocupação). O Executivo Municipal apresentou uma proposta liberando a implantação de pequenas pousadas e residências unifamiliares, com reduzida densidade, alegando tratar-se de uma utilização racional do solo. A comunidade, representada principalmente por ambientalistas e lideranças locais, entendia ser um projeto que atendia aos interesses imobiliários e daria margem para acelerar o processo de urbanização da Ilha com drásticas consequências ambientais. Algumas reuniões do CMUMA ocorridas entre fins de 1999 e início de 2000 tentaram dar encaminhamento à proposta (ANEXOS 2 a 5). Por fim, numa reunião acalorada, o assunto foi sustado com alegação de “intranquilidade”, conforme expresso em ata da reunião de 16/03/2000 (ANEXO 5). Desde então este assunto não retornou à pauta.

Também o exercício democrático praticado nas apreciações dos empreendimentos particulares pode ser avaliado a partir do texto divulgado no relatório de atividades do Conselho:

A exposição dos projetos no hall da Prefeitura tem sido uma das formas de divulgação da matéria em questão. As reuniões são abertas ao público e tem a participação efetiva das entidades que representam as localidades onde serão implantados os empreendimentos⁷². É um momento de avaliação, quando o empreendedor e sociedade civil organizada, sem prejuízo de um parecer técnico com base na legislação vigente, discutem os possíveis impactos causados pela implantação dos projetos. O empreendedor expõe suas idéias e a comunidade suas preocupações. (CMUMA, 2000)

A preocupação do Plano Diretor em atribuir ao Conselho competência para avaliar empreendimentos de grande e médio porte buscou responder a questões específicas da realidade local, tendo em vista o ônus herdado dos grandes projetos cujas implantações se caracterizavam pela ausência de consulta e informação à população residente sobre a implantação, funcionamento e possíveis consequências sociais, econômicas e ambientais.

Inúmeras vezes o empreendedor, no afã de ver seu projeto preliminarmente aprovado, atende a pedidos de “contrapartidas” à comunidade interessada. São momentos em que algumas vantagens são negociadas: pavimentação de ruas, sinalização viária, a urbanização de um logradouro, a construção de um equipamento comunitário, etc. A garantia destes acordos fica expressa no processo administrativo do empreendimento através de um termo de compromisso firmado entre o Poder Público e o requerente do pedido de aprovação. Não há ainda um mecanismo de controle eficaz do cumprimento de tais compromissos. Já ocorreram alguns casos em que tais acordos não foram cumpridos. Por exemplo, podemos citar a promessa não concretizada de manter os acessos a uma praia urbanizados e irrestritos à população, feita pelo empreendedor de um grande *Resort* que hoje monopoliza para seus clientes o uso da referida (paradisíaca) praia. Contudo, apenas o fato de ter havido o processo de discussão, proporcionando o conhecimento destes fatos a quem participou, já é um avanço a demandar mais aperfeiçoamento técnico e político.

⁷² O representante da localidade é indicado pela Associação de Moradores local ou pelo Conselho Municipal das Associações de Moradores. A convocação dos conselheiros e do representante local é feita através de convites e publicação na imprensa local.

3.1.3) AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO MUNICÍPIO

Indiscutivelmente, a criação, implantação e manutenção do CMUMA representaram uma mudança radical de procedimentos, pois inverteu as práticas clientelistas usualmente adotadas, em que os interesses privados eram atendidos a partir de negociações em gabinetes fechados. Tais práticas foram substituídas por embates onde a tônica passou a se pautar pela explicitação dos conflitos e a transparência das negociações.

Assim, alguns aspectos positivos podem ser registrados como ponto de partida para uma avaliação do processo:

- É interessante notar o tempo de atuação contínua desse fórum, que conseguiu se manter durante quatro administrações municipais, ainda influenciando no processo de planejamento, mesmo que de forma burocrática, graças à razoável estrutura normativa que lhe deu sustentação jurídica (Plano Diretor e regimento interno).
- Diante das limitações que a população tem de intervir nos rumos da cidade, a própria existência de um canal de participação tão bem estruturado se constitui num aspecto bastante louvável.
- Outro aspecto se refere ao amadurecimento em relação às questões urbanas, propiciada a aquela parcela da sociedade que efetivamente acompanhou o processo de gestão democrática no âmbito do CMUMA.

Por outro lado, inúmeras críticas já foram formuladas pelos próprios membros do Conselho e pessoas que já participaram do processo. As perspectivas de revisão do Plano Diretor permitiram o acúmulo de propostas para reformulação do CMUMA, expressas em relatórios e documentos internos⁷³, bem como de informações prestadas por funcionários envolvidos com a Secretaria do CMUMA, a cargo do Departamento de Planejamento Territorial da Secretaria Municipal de Planejamento. Uma das críticas se refere à progressiva desmobilização induzida pela própria Prefeitura, notada a partir da baixa frequência de seus representantes, conforme se denota nas atas dos últimos dois anos. A própria coordenação do Conselho, a cargo do Secretário de Planejamento, vem sendo recorrentemente delegada ao 1º

⁷³ Relatório de Atividades do CMUMA- Biênio 97-98 e Ata da reunião nº 160.

secretário desde Abril de 2004, o que pode ser interpretado como uma certa perda de respaldo político do CMUMA, e desinteresse em relação à gestão democrática por parte da atual administração municipal, reconduzida nas eleições de outubro de 2004.

Também foram registradas críticas e questionamentos quanto à abrangência das atribuições do Conselho, sua composição e representatividade, e o seu desconhecimento por boa parte da população. Além disso, a meta inicial de influir decisivamente no processo de planejamento urbano e ambiental não foi alcançada, deixando algumas expectativas frustradas, apesar do avanço que a criação deste canal de participação significou. As maiores reivindicações dos membros e das pessoas envolvidas com o processo apontam para um maior poder de deliberação na definição da política urbana e ambiental para o estabelecimento, através do Conselho, de um plano estratégico para o desenvolvimento da cidade e ingerência na implantação de toda a política urbana prevista no Plano Diretor (políticas de desenvolvimento econômico, habitacional, saneamento, transporte, etc.).

Os maiores problemas identificados podem ser descritos da seguinte forma:

- Há pouca discussão sobre as orientações gerais da política urbano-ambiental. O grande número de projetos a serem aprovados toma grande parte do tempo do Conselho e dificulta o encaminhamento de discussões sobre o desenvolvimento da Cidade. Nas palavras de um ex-integrante do CMUMA, “*deixa-se de fazer o que é importante para se fazer o que é urgente*”. Além disso, o Conselho vem atuando estritamente dentro de suas atribuições legais, não fomentando novas discussões. Por outro lado, o conselheiro, de forma geral, se interessa mais pelas discussões pontuais em prejuízo das questões gerais.
- A maioria da população é desinformada em relação ao CMUMA e a sua atuação, devido à divulgação ineficaz e pouca mobilização.
- A representação setorial da sociedade está inadequada, já que a composição vigente, definida nominalmente no Plano Diretor, expressa o contexto social da época de sua aprovação, ou seja, do início da década de 1990. As entidades que atualmente representam a conformação política e social do Município não estão devidamente inseridas no Conselho. Isso se agrava quando o conselheiro defende o próprio interesse, uma vez que a sua entidade se encontra desmobilizada. Outra questão decorrente é a polarização entre a sociedade civil e Prefeitura, por falta de um claro

posicionamento dos demais membros, o que dificulta a confrontação de interesses conflitantes.

- O CMUMA carece de assessoramento técnico alternativo, uma vez que todos os esclarecimentos técnicos são dados pela Prefeitura, que é a única entidade aparelhada do ponto de vista técnico, o que prejudica o debate em torno de outras possíveis alternativas.
- O Conselho funciona como “departamento” da Prefeitura, considerando como sua atribuição principal a apreciação de projetos. Isso o transforma em mais um setor a ser consultado no fluxo dos processos administrativos, deixando-o à mercê dos prazos legais.
- Tem havido falta de consecução das decisões e pedidos do Conselho nos órgãos executivos, especialmente no que tange a providências quanto à fiscalização.
- A maioria das reuniões do Conselho têm tido quorum baixo e um constante esvaziamento.
- Insegurança: os conselheiros mais ativos têm se queixado repetidamente de retaliações quanto aos seus posicionamentos, principalmente em relação a denúncias por eles encaminhadas.

A partir deste quadro, o Conselho acumulou propostas, reivindicações e expectativas manifestadas pelos atores sociais com maior participação nesse processo, conforme observado na documentação consultada⁷⁴.

A revisão decenal do Plano Diretor, determinada pelo Estatuto da Cidade, cria uma boa oportunidade para a concretização de muitas dessas propostas, pois obriga o Poder Público, o CMUMA e a sociedade a rediscutir mais profundamente todas as questões acumuladas no tempo e ainda não enfrentadas. Tal processo, já iniciado em Angra dos Reis, pode estimular o aprofundamento dos debates sobre o papel e as atribuições do Conselho.

⁷⁴ CMUMA. *Relatório de Atividades. Biênio 97/98* Angra dos Reis, 1999. Relatório Impresso.; CMUMA. *Relatório de Atividades. Biênio 1999/2000* Angra dos Reis, 2000. Relatório Impresso.; CMUMA. *Relatório de Atividades. Biênio 2001/2002* Angra dos Reis, 2003. Relatório Impresso.; CMUMA. Secretaria do CMUMA. Departamento de Planejamento Territorial. *CMUMA Atas das Reuniões*. Pasta de Arquivo.

As propostas mais significativas para a manutenção de uma gestão democrática passam pela reestruturação do Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente. Nesse sentido, estão vinculadas ao debate sobre a revisão do Plano Diretor, tal como determina o Estatuto da Cidade, tendo em vista que, conforme essa Lei, deve-se instaurar e implementar um processo de planejamento participativo.

Assim, a oportuna modificação do Plano Diretor possibilitará a atualização do conjunto de atores efetivamente representativos das forças políticas e sociais do município no CMUMA, assim como poderá também acarretar na reformulação das políticas urbana e ambiental. Dessa forma, avalia-se que tal atualização poderá implicar na ampliação da participação e da responsabilidade social do referido Conselho. A inclusão de novas instituições poderá também disponibilizar outros aparatos técnicos além daqueles oferecidos pela Prefeitura, o que enriquecerá os debates. Também será preciso estabelecer regras mais rígidas quanto à avaliação da representatividade e atuação dos Conselheiros.

Essa possibilidade de reestruturação do CMUMA poderá, conforme já manifestado por seus próprios membros⁷⁵, dar maior abrangência às suas atribuições, de modo a torná-lo, não só o principal fórum de discussão do Plano Diretor, mas o instrumento referencial para a discussão da cidade e para formulação de Políticas Públicas voltadas para o desenvolvimento urbano. Para isso é necessário o estabelecimento de uma programação de debates em que o desenvolvimento do município predomine, sem prejuízo da avaliação de empreendimentos efetivamente expressivos e de grande impacto.

Os novos instrumentos de gestão da cidade, disponibilizados pelo Estatuto da Cidade, podem viabilizar a constituição de fundos direcionados ao CMUMA, dando condições para a estruturação de meios de divulgação das atividades, de capacitação dos conselheiros e realização de reuniões próximas às comunidades (como por exemplo, o Conselho itinerante).

As outras soluções devem se pautar pela imposição de normas rígidas para o cumprimento das decisões e demandas do Conselho tanto pelos demais órgãos públicos, quanto pelos empreendimentos condicionados à execução de contrapartidas, na segurança para a atuação dos Conselheiros, em critérios eficazes para o acompanhamento contínuo das suas decisões, etc.

⁷⁵ CMUMA. *Relatório de Atividades. Biênio 97/98* Angra dos Reis, 1999

Os problemas identificados e as reivindicações dos membros do Conselho denotam uma trajetória em que o processo de gestão democrática vem sendo progressivamente desconsiderado pelas sucessivas administrações municipais. Este aspecto não é apenas verificado pela desmobilização social ou pelo esvaziamento do Conselho, mas também em função de propostas e projetos urbanísticos, públicos e privados, discutidos à revelia do CMUMA e da sociedade, especialmente aqueles enquadrados nos novos processos urbanos por que tem passado as cidades contemporâneas, assunto que nos deteremos no próximo tópico deste Capítulo. Se considerarmos o grau de mobilização atual dos setores populares e a disposição dos atores sociais hegemônicos no processo de produção do espaço urbano de Angra dos Reis, a tendência é, lamentavelmente, o total retrocesso às antigas práticas de gestão urbana, baseadas nas negociações de gabinete.

Por outro lado, vale destacar que a imposição constitucional reforçada pelo Estatuto da Cidade, que obriga a participação social no planejamento urbano, possibilita a resistência de uma visão em que a contraposição de interesses seria a única forma de se construir uma cidade socialmente justa. O momento é, pois, especialmente crucial para os rumos da gestão democrática na Política Urbana de Angra dos Reis.

3.2) NOVOS PROCESSOS DE GESTÃO URBANA

Novos processos caracterizam a atual fase do capitalismo em que uma nova lógica de acumulação imprime à escala local a competição internacional no quadro da divisão espacial do trabalho, do consumo, do poder decisório e dos fluxos de capital. Esse rearranjo impõe ao espaço urbano determinadas inovações dentre as quais se integram os processos urbanos, que se moldam ao redesenho da *“distribuição geográfica das atividades humanas e da dinâmica político-econômica do desenvolvimento geográfico desigual.”* (BIENENSTEIN, 2001).

Conforme Bienenstein (2001), os novos projetos propostos pelos promotores imobiliários locais também se configuram como expressões sócio-espaciais decorrentes dessa nova lógica nos centros urbanos do país, considerando a sua inserção periférica na nova dinâmica capitalista na escala mundial.

A proximidade geográfica de Angra dos Reis com o Rio e São Paulo associada à sua grande concentração imobiliária de alto luxo a coloca em conjunção com dois dos maiores

centros urbanos da América Latina⁷⁶ quanto à sua capacidade potencial atrativa de investimentos. Assim, a competitividade, a requalificação dos espaços, o rearranjo de populações e equipamentos segundo as grandes flutuações de mercado são condicionantes impostos pelos novos processos urbanos também incidentes na contínua re-produção desse espaço.

Neste Sub-capítulo será exposta a maneira como a gestão urbana em Angra adaptou-se às influências desses processos, de modo a transitar da gestão democrática para o que podemos enquadrar como “empresariamento” urbano, na concepção oferecida por HARVEY (1996).

3.2.1) ANTECEDENTES

Ainda durante as administrações petistas dos anos 1990, mais precisamente na última⁷⁷, algumas iniciativas demonstraram uma tendência em diminuir a ingerência dos canais de participação popular nas decisões a respeito da gestão urbana.

Um exemplo bastante elucidativo dessa disposição é o caso do polêmico projeto do *Macksoud Plaza Resort*. Trata-se de uma proposta de construção de um grande complexo turístico, composto de hotel, condomínio e marina, que seria localizado numa península da Ilha da Gipóia (a segunda maior ilha do município).

A história desse projeto se iniciou em 1991, no governo Neirobis Nagae, na época da elaboração do Plano Diretor, quando o empreendedor deu entrada em um pedido de Consulta Prévia⁷⁸. Mesmo sem a obrigação legal de consulta popular, já que o processo administrativo gozava das prerrogativas da legislação em vigor na ocasião, a Prefeitura promoveu algumas audiências públicas, onde se verificou uma grande polêmica em relação ao projeto, pelo grande impacto que proporcionaria na paisagem e no frágil ambiente da Ilha.

⁷⁶ Aliás, como disse Arantes (1998, p. 132), não cabe mais se falar em centros urbanos, visto que o que existe agora é uma grande rede urbana interligada.

⁷⁷ Administração José Marcos Castilho (1997-2000).

⁷⁸ Categoria de processo administrativo em que o interessado apresenta um estudo preliminar e obtém da Prefeitura uma certidão contendo as exigências de adequação do projeto à legislação em vigor e as informações necessárias para dar entrada ao processo de aprovação do projeto.

Após a aprovação do Plano Diretor em 1991, os novos índices e critérios de uso e ocupação do solo impediriam a aprovação do empreendimento. Além disso, a nova lei obrigava que, caso fosse legalmente viável, o projeto deveria ainda ser encaminhado para a aprovação do CMUMA⁷⁹. Entretanto, ainda na segunda administração do PT⁸⁰, uma interpretação jurídica da Procuradoria Geral do Município deu ao pedido de Consulta Prévia o status de Pedido de Aprovação de Projeto, dando continuidade à tramitação do processo, beneficiado agora pelo “direito de protocolo”⁸¹. Após um longo período de tramitação, conturbado por inúmeras exigências e pedidos de reconsideração, em 1997 o processo foi deferido⁸² pessoalmente pelo Prefeito José Marcos Castilho, desconsiderando toda a discussão anterior que envolveu importantes segmentos da sociedade angrense.

Esse exemplo precede uma tendência para a adoção de outras práticas que, conforme se pretende mostrar adiante, atenderão a novos parâmetros de gestão urbana baseados nas parcerias público - privadas, na competição entre cidades e nos modelos de urbanização que refletem e condicionam as novas lógicas de circulação e acumulação do capitalismo, onde os processos participativos têm enfrentado diversas dificuldades para se fazerem ouvir.

3.2.2) O PROJETO ORLA

O exemplo mais significativo que prenunciou a onda de gestão empresarial urbana em Angra foi o aproveitamento turístico da orla do Centro, denominado Projeto Orla (DE FOURNIER, 1996). Trata-se de uma proposta de intervenção na área central do município, restrita à orla marítima, buscando “requalificá-la” (termo recorrente no memorial justificativo do projeto) para o turismo e o lazer, além de “voltar a cidade para o mar”.

A principal justificativa do projeto se baseou no fato de que a região central do município ficou alijada do turismo. De fato, a economia local tem seu principal esteio na indústria e na construção civil. Até meados da década de 1990 toda a extensão da orla central estava exclusivamente voltada para usos menos “valorizados”. A localização do Porto

⁷⁹ Houve apenas uma apresentação do projeto do *Macksoud Plaza Resort* ao Conselho, sem apreciação de mérito.

⁸⁰ Governo Luiz Sérgio (1993-1996).

⁸¹ Dispositivo contido no Plano Diretor que dá aos processos protocolados antes da data de publicação dessa lei o direito de serem analisados conforme a legislação incidente na data do referido protocolo. No caso o Pedido de Aprovação teve como data de protocolo a mesma em foi solicitada a Consulta Prévia.

⁸² Cabe informar que, apesar da aprovado, o projeto nunca foi implementado.

Desde a segunda metade da década de 1980, quando da primeira administração eleita pelo voto direto, começaram a surgir propostas pontuais de intervenção nesta área. A primeira foi uma marina na orla do Bairro São Bento - área predominantemente residencial que forma uma extensão do Centro - passagem obrigatória para a região da Estrada do Contorno, que leva às praias balneáveis mais próximas. Este projeto teve uma repercussão polêmica em decorrência de seu grande porte, que envolvia um considerável aterro sobre o mar e demandava uma complexa operação envolvendo a Companhia Docas do Rio de Janeiro, proprietária da maior parte dos terrenos da orla, que exigia uma contrapartida envolvendo a ampliação das instalações portuárias.

86

desenvolvido pelo paisagista Burle Marx, para implantação em um aterro de domínio do Município na Praia da Chácara, situada a leste do núcleo central.

No governo seguinte é implementada a reurbanização da Praia do Anil, localizada entre o Centro e a Praia da Chácara, enquanto é iniciada a implantação de um *Shopping Center* temático com marina na extremidade leste da Praia da Chácara – o Pirata's Mall.



FIGURA 24 - Pirata's Mall: shopping center temático, concebido no espírito da reurbanização da orla do Centro – Projeto de autoria do escritório De Fournier Arquitetos Associados.

É na terceira gestão do PT que tais projetos são articulados num plano único com a tônica da revitalização da orla. Nessa ocasião, o escritório De Fournier Arquitetos Associados apresenta o documento intitulado “Proposta de Revitalização da Orla da Cidade de Angra dos Reis-RJ”. Nele estão contidas as principais justificativas para a estruturação do turismo como uma alternativa viável e importante ante as instabilidades do desenvolvimento industrial. Alguns trechos extraídos do documento possibilitam o enquadramento da proposta no espectro das intervenções voltadas para o “empresariamento” urbano:

O projeto de revitalização da orla inscreve Angra dos Reis no cada vez mais amplo conjunto de cidades que elegeram a recuperação e revitalização urbana como um dos meios para promoção de seu desenvolvimento econômico e social [...] No caso específico de revitalização de áreas litorâneas e portuárias, os exemplos concentram-se em países da Europa e nos Estados Unidos, para os quais o turismo é, hoje, uma das principais fontes de riqueza ... Pelo investimento requerido e pelo caráter das intervenções propostas, o projeto ora apresentado será implementado

pela Prefeitura ao longo dos próximos anos, devendo contar, para isso, com recursos da iniciativa privada e com o apoio e participação da comunidade de Angra dos Reis, e ter, como objetivo primeiro, a promoção do desenvolvimento econômico, turístico e social da cidade. (DE FOUNIER, 1996)

Todavia, outras evidências neste sentido se manifestam no projeto. A garantia de retorno da contrapartida privada não é claramente explicitada no discurso, mas é evidente na configuração do projeto, na medida em que foram reservadas duas áreas expressivas para implantação de conjuntos residenciais, a serem ofertadas no mercado imobiliário para a demanda solvável (veranistas de alta renda). A justificativa feita no documento citado fala em:

[E]xpandir o centro da cidade no sentido oposto às encostas, em direção ao mar, de forma planejada. [...] não há dúvidas de que o crescimento desordenado experienciado [sic] pelo município ao longo das últimas décadas foi responsável pelo processo de deterioração urbana de algumas áreas centrais da cidade [...] a implementação de uma zona estritamente residencial tem por objetivo fazer com que o empreendimento funcione também como uma nova área de moradia no centro da cidade, o que levará, a curto e médio prazos, a uma melhor distribuição da população hoje residente na região. (DE FOUNIER, 1996)

A julgar pelo padrão construtivo das ocupações nas encostas periféricas, não é muito crível que haja a mobilidade populacional prevista. Experiências similares ocorridas em outras partes do mundo apontam para o contrário: para a exclusão social, para a gentrificação e sua correspondente forma espacial – um centro renovado cercado por um mar de pobreza crescente (cf. HARVEY, 1996, p. 62).

De concreto, as poucas intervenções do Projeto Orla implementadas confirmam as contradições do “empresariamento” urbano, no que tange o seu viés especulativo (cf. HARVEY, 1996, p. 53): Uma das áreas destinadas ao uso residencial já foi transferida ao parceiro privado. Trata-se de uma área pública de aproximadamente 10.000 m², desmembrada e cedida por meio de Lei Municipal a um incorporador imobiliário, como contrapartida de um investimento que consistiu numa pequena parte da urbanização do Parque da Praia da Chácara. A área se encontra dentro da faixa de orla aqui tratada, sendo assim beneficiada pelos investimentos previstos no projeto.

O desenvolvimento do Projeto Orla numa administração petista confirma a acepção de Harvey (1996, p. 50), quando afirma que a competição entre as cidades colocaria até mesmo

“os socialistas municipais mais decididos [...] jogando o jogo capitalista e atuando como agentes disciplinadores dos próprios processos aos quais tentam resistir”. Por outro lado, o comprometimento dessa gestão com determinados setores populares e grupos de sustentação política não permitiu que o processo de transição entre a gestão democrática e essa nova prática baseada na parceria público-privada se desse de modo fácil e ágil. No governo do PT os conflitos internos e as oposições dos aliados, por um lado, e as desconfianças dos setores empresariais, por outro, não permitiram que as propostas vinculadas à gestão urbana empresarial saíssem inteiramente do plano do discurso.

3.2.3) A GESTÃO EMPRESARIAL

Em 2000, o governo do PT vinha enfrentando um nítido declínio de sua popularidade. Dentre os aspectos que fundamentaram a perda de apoio popular do partido detentor do governo, pode-se destacar:

- A longa permanência no poder local, por três mandatos consecutivos (doze anos), o que estimulou na população a vontade em “testar” uma opção política diferente;
- A crise de desemprego que, apesar da sua origem no rearranjo do processo de acumulação e da divisão internacional do trabalho, atinge o poder local pela sua visibilidade perante a população, por mais limitada que seja a sua ação nesse rearranjo;
- A tendência do último governo petista em centralizar determinadas decisões gerando críticas internas e desmotivando a militância que sempre se constituiu num forte trunfo do partido nos momentos eleitorais;
- O isolamento partidário proporcionado pela precária política de alianças do PT, percebida pela histórica resistência quanto a novos aliados e por frustrar as expectativas dos antigos.

Por outro lado, forças políticas de oposição, incluindo antigos aliados do PT, conseguiram “costurar” uma aliança partidária (Frente Muda Angra) sob a candidatura de Fernando Jordão (influyente empresário da cidade e membro de uma das mais tradicionais

famílias angrenses⁸³). Assim, nas eleições de 2000, a Frente Muda Angra ganha o pleito, desde já cumprindo um de seus primordiais compromissos de campanha: tirar o PT do governo!

O novo governo cumpriu⁸⁴ a maior parte de seu mandato em busca de uma marca, e foi exatamente na intervenção urbana que veio adquirir visibilidade. A capacidade empresarial – e muitos membros do novo *staff* se auto-intitulam “governo empresarial” – é promovida por meio de discursos em que são noticiadas as captações de recursos extra-orçamentários para aplicação em obras urbanas.

Dessas obras, a de maior destaque aconteceu exatamente no *water front* do Centro: um aterro hidráulico abrigando um grande espaço público composto de uma extensa área para contemplação e eventos, além de praça e um pequeno centro de comércio de artesanatos.

Essa intervenção, prenunciadora de muitas outras, não nasceu de um plano previamente elaborado, ao menos no âmbito do poder público, e muito menos a partir da participação popular. Veio de um ideário propagado no meio empresarial, instado por princípios voltados para o aumento da atratividade de investimentos, da parceria, da inovação, da competitividade.

Renasce na prática o discurso interrompido ao fim do governo petista. Agora não mais com o rótulo de Projeto Orla, nem embrulhado no arcabouço de um plano concreto com intenções claramente identificadas. As novas intervenções são concebidas e gestadas implicitamente, nos contatos pessoais e nos comandos administrativos que encomendam projetos, muitas vezes terceirizados, a urbanistas demiurgos e “decoradores urbanos” (para usar expressões cunhadas por ARANTES, 1998, p. 134) de maior talento plástico, afeitos aos estilos formais demandados.

O turismo continua, entretanto, sendo evocado nos discursos que justificam tais intervenções. Circulam propostas no âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento de Angra dos Reis, configuradas apenas em simulações tridimensionais⁸⁵, que apresentam o Centro totalmente requalificado, com equipamentos dispersos pela orla, conformados por

⁸³ Os principais negócios da família Jordão em Angra abrangem desde supermercados, postos de abastecimento, concessionária de veículos e propriedade de terras.

⁸⁴ O mandato venceu em 1º de janeiro de 2005, quando o Prefeito Fernando Jordão, reeleito nas eleições de outubro de 2004, retomou a posse para um segundo mandato.

⁸⁵ Projeto de autoria do Arquiteto José Octacílio Sabóia.

marinas, *shopping centers*, centros de convenções, locais de lazer e entretenimento etc. Confirma-se então a indicação de Harvey (1996, p. 54), de que uma das opções do “empresariamento” urbano é a qualificação local na divisão espacial do consumo global, onde a cidade “*tem que parecer um lugar inovador, excitante, criativo e seguro para viver, visitar, jogar ou consumir*”. Tudo indica que a atual gestão (empresarial) urbana de Angra optou por adequar-se a este segmento, apostando nesse tipo de turismo.

Contudo, tendo em vista que a característica predominantemente industrial que tipifica o desenvolvimento do município, gera incompatibilidades desafiadoras em relação ao turismo, pode-se pensar em outras vertentes possíveis para a gestão empresarial urbana de Angra dos Reis. Harvey (1996, p. 54) cita outra possível opção do “empresariamento”, a saber: adaptar-se à divisão espacial do trabalho. Neste sentido, Angra também pode se qualificar como exportadora de bens e serviços, reforçando inclusive as atividades do ciclo do petróleo que se avizinha.

Todavia não é claro o modo como os novos processos urbanos podem moldar, em Angra, as condições e circunstâncias de acumulação capitalista. Afinal, nem mesmo os atores sociais hegemônicos no processo de produção do espaço, que tanto lutam no sentido de fazer a sua própria geografia histórica, o fazem em condições históricas e geográficas de sua própria escolha (cf. HARVEY, 1996, p. 48).

A instabilidade das perspectivas que se apresentam para Angra e, conseqüentemente as incertezas dos grupos econômicos hegemônicos, se exemplificam no momento atual diante da descoberta de gás e óleo na Bacia de Santos. Conforme noticiado na imprensa local⁸⁶ (ANEXO 6), foram localizados na bacia sedimentar da plataforma continental frontal à região litorânea abrangida pela rodovia Rio-Santos (ao sul do Estado do Rio de Janeiro e norte do Estado de São Paulo) cerca de 435 milhões de barris de óleo leve e 419 bilhões de metros cúbicos de gás natural. A expectativa gerada é que Angra, por sediar um dos mais importantes conjuntos de infra-estrutura industrial no contexto dessa região (indústria naval, porto, aeroporto, terminal de petróleo, etc.), possa abrigar bases e atividades estratégicas para a implantação de um complexo de prospecção e exploração de gás e petróleo com tais dimensões.

⁸⁶ CABRAL, Liliane. Descoberta de gás e petróleo muda Angra. *Jornal Maré*. Angra dos Reis, 19 set. 2003. Suplemento Maré Alta, p. 3.

Juntamente com o estímulo governamental para reaquecer a indústria naval, espera-se uma nova explosão de crescimento econômico. Conforme Brito Neto⁸⁷ (2004), *“o Governo Federal dá início a um novo ciclo de crescimento para a região e que terá um impacto muito maior e por um horizonte de tempo muito mais longo do que o ciclo inicial de crescimento registrado na década de 70”* (ANEXO 7).

Cabe lembrar que essa é uma ocasião excepcional para os setores ligados ao capital imobiliário, pois o governo abriga em seu quadro de primeiro escalão alguns importantes representantes desse setor. Certamente serão deflagrados novos procedimentos no âmbito da gestão urbana que se alinhava hoje em Angra no sentido de permitir novos critérios de acumulação da atividade imobiliária.

Conforme indicação anterior, no presente momento, Angra dos Reis tem a oportunidade de rever seu Plano Diretor à luz do que preconiza o Estatuto da Cidade. No entanto, os constrangimentos de natureza econômica e fiscal por que passam os municípios brasileiros, geram incertezas quanto às possibilidades (e limitações) do planejamento local como ferramenta para os conflitos advindos da atual lógica de desenvolvimento vigente no País. Neste sentido, as limitações da gestão pública local, advinda da crise posterior ao ciclo de investimentos federais dos anos 70, impuseram uma busca por alternativas, dentre as quais figuram os novos processos urbanos. Estes, trazidos na onda das inovações do período, emanam a panacéia do momento: a requalificação como meta para a competição!

Lugares como Búzios, Parati, Costa do Sauípe, etc. são vistos por muitos atores sociais influentes no processo decisório local como modelos a superar e/ou paradigmas da modernidade. As emanções das forças globais em muito condicionam, como observamos, a construção do campo de conflitos. O caso de Angra dos Reis é emblemático pela profusão destes conflitos decorrentes, dentre os muitos aspectos inerentes à produção social do espaço, das marcas da globalização. Pode ser um bom exemplo para o estudo da atuação das variáveis implicadas no referido processo, fundamental no posicionamento do planejador e de cada ator social envolvido.

⁸⁷ BRITO NETO, Armando Antônio. Costa Verde: Conurbação ou Transversalidade?. *Jornal do Meio Ambiente*. Niterói, ed. 87. 2003, p. 5.

3.2.4) TENDÊNCIAS DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A atual tendência administrativa pautada no enfoque empresarial de gestão pública, associada à expectativa de um novo ciclo industrial baseado na exploração do gás e do petróleo provenientes da Bacia de Santos, deve induzir um rearranjo de forças no processo de produção do espaço urbano de Angra dos Reis. Neste sentido, buscou-se verificar as estratégias de atuação no território atualmente adotadas pelo capital imobiliário, bem como verificar as visões/representações do que vem a ser desenvolvimento local por parte de alguns dos principais atores envolvidos com as questões urbano-ambientais do município, tendo em vista o novo ciclo que se pode vislumbrar a partir da nascente indústria do petróleo.

Para isso serão detalhadas as vertentes de atuação do capital imobiliário, brevemente expostas na Introdução deste trabalho e, em seguida, discutidas as diferentes percepções quanto ao desenvolvimento, conforme depoimentos coletados nas entrevistas e expressos em artigos de jornais (tal como explicitado na Etapa 3 do tópico 1.2 – “Aspectos Operacionais da Pesquisa” presente no Capítulo 1 desta Dissertação), além de visitas a campo e coleta de panfletos publicitários dos produtos imobiliários da fase turística.

Optou-se por embasar o estudo das tendências do processo de produção do espaço na forma como este tem se dado até o momento, ou seja, sob a égide das forças de produção e do consumo do espaço na fase turística, já que ainda não há perspectiva histórica para se apreender o possível rearranjo de forças imposto por um provável ciclo que se inicia.

A atuação do capital imobiliário ainda se dá, obviamente, em decorrência do mercado movido pelo pico de verão, definido por um tipo de urbanização turística que ainda se faz presente no município. De acordo com as informações prestadas pelo atual Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano⁸⁸, o melhor investimento em Angra ainda é a construção de condomínios residenciais em terrenos situados a beira-mar. Conforme foi dito na Introdução desta Dissertação, essa é uma das quatro possíveis vertentes de atuação do capital imobiliário em Angra dos Reis que serão, a seguir, estudadas.

⁸⁸ Mario Marcio Costa Lemos, em entrevista realizada no dia 23 de dezembro de 2004. Trata-se um dos informantes mais qualificados do município para este tipo de dado. Sua experiência empresarial abrange a corretagem de imóveis, engenharia de avaliações e construção civil, agora complementados por um período de quase três anos na Administração Pública.

I – Vertentes de Atuação do Capital Imobiliário no Território

a) Áreas Litorâneas do Continente:

Essa vertente se caracteriza pela implantação de condomínios residenciais destinados a um público de média e alta renda, em áreas litorâneas de maior valor imobiliário. Conforme vistorias efetuadas durante a pesquisa, pôde-se classificar esses investimentos em duas categorias distintas tendo em vista sua complexidade: os grandes condomínios inseridos em complexos turísticos e de lazer e os pequenos e médios condomínios exclusivamente residenciais.

A primeira categoria abrange os empreendimentos compostos de conjuntos residenciais, meios de hospedagem e estruturas de lazer contendo obrigatoriamente meios de apoio náutico (marinas, canais, estruturas de atracação, hangares, vagas secas, etc.). Muitas vezes, esses serviços de suporte do condomínio são também ofertados ao público externo (hotel, restaurantes, lojas, marina, etc.). Todavia, a porção residencial é o componente fundamental desses empreendimentos, pois servem como uma importante “âncora” que dá sustentação ao empreendimento, uma vez que a liquidez proporcionada pela venda das unidades residenciais (que em geral é bem sucedida nas fases iniciais do lançamento imobiliário) permite a formação de um lastro financeiro que além de possibilitar a conclusão das obras, garante a rentabilidade global do investimento.

Os exemplos mais evidentes dessa categoria são os complexos denominados Porto Frade, Porto Galo e Porto Bracuí, construídos nas décadas de 1970 e 1980. São empreendimentos que ocupam extensas glebas limítrofes às áreas costeiras (áreas superiores a 100 mil metros quadrados), frutos de loteamentos aprovados, mas com restrição de acessos e administração particular que custeia o provimento dos serviços comuns (limpeza, coleta de lixo, segurança, tratamento de efluentes, etc). Muitas vezes esses complexos são implementados aos poucos, com reservas de áreas para futuros aproveitamentos, de forma que abrigam diversos “sub-condomínios”, denotando também uma estratificação social interna. Sua ocupação permitiu a formação de verdadeiros núcleos urbanos com toda a autonomia em termos de comércio e serviços.



FIGURA 25 - Vista panorâmica do empreendimento Porto Frade no início de sua implantação (começo da década de 1980). Foto gentilmente cedida por João Miguel.

A segunda categoria de empreendimentos enquadrada nessa vertente de atuação do capital imobiliário é materializada pelos condomínios exclusivamente residenciais. São empreendimentos de pequeno e médio porte que, na sua maioria, se tipificam por possuir uma estrutura mínima de apoio e lazer que muitas vezes se resume em guarita, um anexo de lazer (piscina, sauna, churrasqueira, etc) e cais de atracação. Abrangem áreas menores (áreas inferiores a vinte mil metros quadrados, na maioria)⁸⁹ e praticam maiores taxas de ocupação. As unidades residenciais geralmente são implantadas lado a lado de modo a melhor aproveitar a linha da orla e as curvas de nível, permitindo garantir a todas as unidades a vista para o mar. Constituem a maior parte dos empreendimentos imobiliários do município, encontrando-se em vias de saturação em razão do esgotamento das áreas disponíveis.

⁸⁹ Com vistas a fragmentar o domínio do território, visando eliminar os poucos atores com maior poder de negociação e permitir o ingresso de pequenos investidores, o Plano Diretor aprovado em 1991 proibiu a aprovação de condomínios com área superior a vinte mil metros quadrados, de modo que desde então apenas empreendimentos dessa categoria foram implantados no município.



FIGURA 26 - Foto de panfleto publicitário apresentando típica implantação de condomínio residencial. Extraído de prospecto publicitário - Villas do Tanguá. Atlântica Residencial.

Essas categorias de empreendimento imobiliário se constituíram nas primeiras formas de apropriação e aproveitamento do solo logo após a abertura da Rodovia Rio-Santos, e até hoje são entendidas como as que proporcionam um dos maiores potenciais de acumulação do município. O afluxo de mão-de-obra de baixa qualificação em busca do emprego nas obras civis geradas por este ciclo de empreendimentos imobiliários representou, juntamente com o desenvolvimento industrial, a outra face da intensa (e problemática) urbanização sofrida por Angra durante a fase turística.

Sua dispersão no território, ao longo da orla continental, a autonomia proporcionada por muitos desses núcleos, além da baixa qualificação profissional exigida nos empregos gerados pelas obras civis e pelos serviços inerentes, imputa a esses empreendimentos muitas das mazelas da urbanização produzida na fase turística.

Na realidade, configurou-se uma opção de desenvolvimento em que o Estado, aliado a determinados interesses, desempenhou um importante papel em função dos investimentos que fez ⁹⁰(e não outros) e pela ausência de regulamentação que induzisse outro processo de desenvolvimento. Dessa maneira, caso o Poder Público adote doravante uma outra possível opção de desenvolvimento turístico, conforme outros moldes (turismo com base exclusiva em meios de hospedagem e/ou turismo inclusivo e/ou ecoturismo e/ou turismo de eventos, etc),

⁹⁰ Refere-se aqui aos investimentos estatais da fase turística, especialmente a rodovia federal.

encontrará obstruções praticamente irreversíveis, dado: 1) a imobilização ou degradação de recursos ambientais (áreas costeiras) já apropriados pelos condomínios; 2) a autonomia dos complexos turístico-imobiliários, que inibe o veranista de utilizar equipamentos turísticos isolados dos seus “guetos” e, 3) a falta de “vocação” da popula  o, acostumada a lidar com a baixa exigência profissional e sem acesso a meios de qualifica  o de mão de obra.

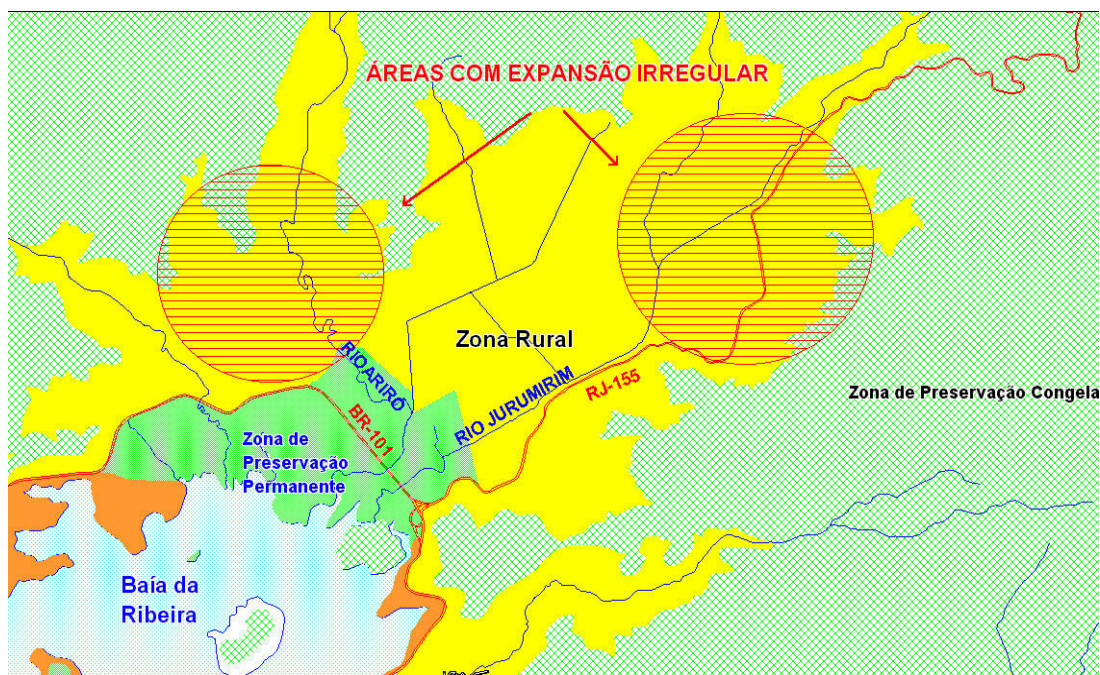
Todavia, a percep  o de que tais formas de investimento trazem alguma obstru  o ao desenvolvimento turístico não    compartilhada por todos os que atuam na produ  o imobiliária. Quase sempre, a questão se pauta exclusivamente no impacto ambiental proporcionado por esses empreendimentos. Neste sentido, o depoimento a seguir transcrito traz um posicionamento bem significativo sobre esta questão:

Entendo que o desenvolvimento de Angra pode facilmente ser compatibilizado com a necessidade de preserva  o ambiental através de medidas simples, tais como, por exemplo, fazer cumprir as exigências legais [...] Só que tais exigências deveriam ser cobradas de todos. O que acontece    que os empreendimentos que vêm    Angra são rigorosamente cobrados, enquanto as ocupa  es irregulares invadem áreas protegidas sem impedimento. Acho que quem constrói um empreendimento em Angra deve ser estimulado. Por exemplo, quem traz um milhão de reais para investir numa área situada a dez quil  metros de uma usina nuclear deve ser premiado! No entanto, ele    restringido, submetido a todas as dificuldades. Então, deveria se favorecer a constru  o elitizada e inibir a ocupa  o irregular, que constitui a forma de constru  o que realmente degrada e polui, dando outras op  es para essa faixa de renda por meio da implanta  o de loteamentos populares (informa  o verbal).⁹¹

b)   reas Continentais de Menor Acessibilidade

Uma segunda vertente de atua  o do capital imobiliário em Angra dos Reis seria a incorpora  o de porões do território continental menos acessíveis, na medida em que vão se esgotando os terrenos disponíveis para os investimentos enquadrados na vertente anterior. Essa op  o vem beneficiando exclusivamente os proprietários de terras situadas nas áreas interiores das plan  cias costeiras e porões de serras de baixa altitude, próximas às plan  cias, abrangendo assim áreas estocadas em zonas rurais, pressionando as franjas de áreas preservadas nas encostas.

⁹¹ Depoimento de Rogério Salomão Musse⁹¹, em entrevista realizada no dia 11/11/2004



MAPA 6 - Trecho do mapa de zoneamento municipal apresentando uma zona rural, onde vem se dando um processo irregular de retalhamento fundiário para implantação de sítios e chácaras de recreio. (Fonte: mapeamento digital da Secretaria Municipal de Planejamento de Angra dos Reis)

Tais áreas são tradicionalmente ocupadas por pequenas propriedades rurais (exceto no caso de três ou quatro fazendas) cuja produção tem sido de base familiar, com baixa rentabilidade em função da carência de tecnologia, de processos de manejo, de mecanização e de infra-estrutura que as tornam incapazes de competir com a produção rural oriunda de outras regiões⁹². Dessa forma, estão sendo submetidas a um processo gradual de transição de uso rural para urbano, por meio do parcelamento informal para sítios de recreio e da ocupação irregular. Tais áreas abrangem os “sertões” do Bracuí, Ariró, Zungú, Serra D’água e Caputera. São áreas com potencial para uso turístico de meio rural, dada a paisagem bucólica e a presença de matas e cachoeiras, assim como a própria tradição cultural, pois ainda conta com remanescentes de ruínas de antigas estruturas rurais e a presença de antigas famílias incluindo descendentes de quilombolas. Todavia, as áreas estão submetidas ao que se poderia denominar de especulação no “varejo”.

Por outro lado, as fazendas ainda existentes nessas áreas podem ser consideradas também um importante estoque para futura (e breve) utilização pelo capital imobiliário, pois

⁹² Conforme informações prestadas pelo técnico Wagner, da Secretaria Municipal de Agricultura, em entrevista realizada em maio de 2005.

também contam com uma produção de baixa rentabilidade em comparação com outras regiões do Estado. O caso da Fazenda Grataú já evidencia esse processo de transformação em curso, tendo em vista constituir uma extensa propriedade praticamente improdutiva próxima ao Frade, que contém um rico patrimônio cultural e ambiental⁹³ e que foi recentemente leiloada e arrematada com intenções de implantação de um grande complexo turístico e imobiliário, conforme noticiado⁹⁴ na imprensa.

c) Áreas Insulares

A terceira vertente de atuação do capital imobiliário se dá através do estoque de terras insulares. Na realidade, essa forma de atuação se remete a épocas anteriores à fase turística, em que membros da alta burguesia nacional buscavam notoriedade e exclusividade apropriando-se de uma ilha na baía (da Ilha Grande). Estas somam pouco mais de 130 ilhas⁹⁵, lajes e parcéis existentes no arquipélago inserido nos limites municipais, além da Ilha Grande, que, dadas as suas especificidades, merece uma pesquisa própria, que não será aqui contemplada por extrapolar os objetivos deste trabalho.

Cabe, porém, dizer que até o final da década de 1980 a Ilha Grande ainda mantinha intactas suas características físicas, assim como a estrutura social ali presente, similar às encontradas nas praias e encostas continentais até meados do século XX, materializadas pelas – várias – vilas de pescadores (mais de 30 na Ilha Grande), sendo a pesca a principal atividade da maioria dos ilhéus, e a agricultura como sua alternativa de subsistência (com alguma comercialização do excedente do cultivo da banana). Havia também alguma atividade turística concentrada na Vila do Abraão, em razão da existência, ali, de pequenas pousadas.

⁹³ A fazenda abarca desde a orla, onde possui considerável extensão de testada, até o planalto da Bocaina, após as vertentes da Serra do Mar, abrangendo mangues, rios e florestas. A belíssima sede, formada por casa principal e anexos, situa-se limítrofe à rodovia BR 101 e é tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC).

⁹⁴ “Angra dos Reis vai abrigar o maior empreendimento imobiliário e turístico do estado. Um consórcio formado por três grupos empresariais de Brasil, Inglaterra e Alemanha vai investir US\$ 42 milhões no projeto. A área de 25 milhões de metros quadrados, na Fazenda Grataú, terá hotel, condomínio, dois campos de golfe, canais, marina e trilhas ecológicas” OLIVEIRA, Flávia (interina) Coluna Panorama de Míriam Leitão. *Jornal O Globo* Rio de Janeiro, 25 fev 2004

⁹⁵ Conforme levantamento elaborado sobre a cartografia existente na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.

A Ilha Grande manteve, em certa medida, alguma imunidade em relação aos impactos sofridos mais intensamente na porção continental do município. Isso se deve principalmente a dois fatores: a acessibilidade restrita, pois o acesso exclusivo por mar eleva demasiadamente os custos da construção civil, e exige uma infra-estrutura mais cara; e a presença na Ilha, até 1994, do Instituto Penal Cândido Mendes (Presídio da Ilha Grande).

A esse respeito, vale destacar que a existência desse presídio contribuiu em grande medida para congelar o interesse dos empreendedores turísticos e imobiliários, limitando a ação dos investidores à apropriação de um estoque de terras visando atividades futuras, num contexto de mercado mais favorável.

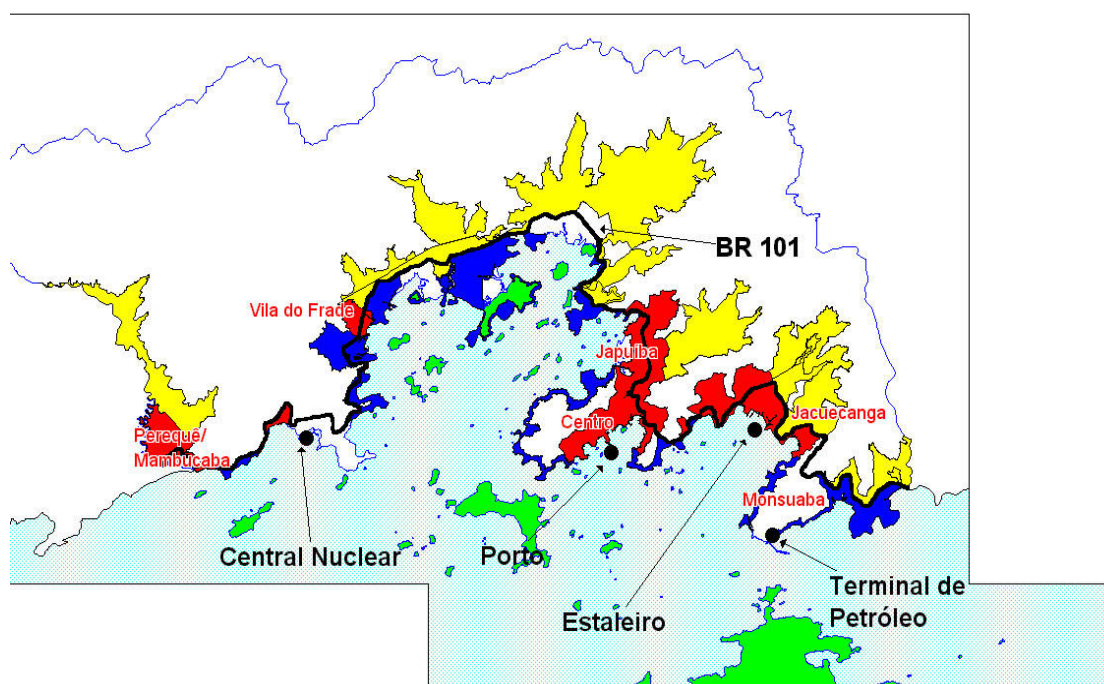
Pode-se considerar que o grande marco que viabilizou o processo de turistificação⁹⁶ da Ilha Grande foi a desativação do presídio que, enquanto estava em atividade, a Ilha tinha na figura do governo estadual um ator social preponderante no processo de produção do espaço local.

Conforme já mencionado, as relações sociais na Ilha eram desenvolvidas sob uma certa harmonia com grande parte da comunidade local, vivendo em função do referido presídio. Contraditoriamente, a presença do aparato de segurança era tida por muitos como um fator de estagnação econômica da Ilha, pois representava um empecilho ao desenvolvimento turístico do lugar, já que muitos turistas em potencial tinham medo desse ambiente, com a presença de “polícia e bandido”.

A partir da demolição deste, se iniciaram as transformações por que tem passado a Ilha Grande, principalmente no que diz respeito ao crescimento das atividades turísticas e aumento da construção de pousadas e residências de veraneio.

Apesar disso, a superposição de Unidades de Conservação da Natureza e as áreas protegidas por legislação ambiental do Município, Estado e União ainda contém a pressão imobiliária sobre considerável extensão desse território, permitindo ainda considerá-lo tanto estoque de terras para aproveitamento imobiliário de mercado de alto luxo em contexto legal mais permissivo, quanto uma (ainda) excelente oportunidade para a adoção de outros possíveis vieses de desenvolvimento turístico.

⁹⁶Para Almeida (1999, p.20), “a turistificação é o processo de apropriação do lugar para e pelo turismo”. Essa autora considera que os espaços se artificializam ou se turisticam no momento em que são destinados para as satisfações dos que chegam de fora.



MAPA 7 – Mapa com a indicação das fronteiras de atuação do Capital Imobiliário em Angra dos Reis. Em azul, as áreas litorâneas continentais; em amarelo, as áreas do continente com menor acessibilidade; em verde, as áreas insulares. O Centro está indicado junto ao Porto. As áreas demarcadas em vermelho são as manchas de ocupação urbana e os pontos negros indicam as localizações dos grandes empreendimentos federais. (Elaborado sobre base cartográfica extraída do mapeamento digital da Secretaria Municipal de Planejamento de Angra dos Reis)

d) Centro da Cidade.

Trata-se de uma nova “fronteira” que possivelmente se desdobrará em novas possibilidades de acumulação para o capital imobiliário, tendo em vista a proposta de intervenções urbanas divulgadas pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, oriunda do Projeto Orla e enquadrada em novos processos de gestão urbana alinhada com a gestão empresarial (vide tópicos 3.2.2 e 3.2.3).

Os equipamentos propostos no projeto de requalificação urbana divulgado⁹⁷ tem a perspectiva de uma profunda transformação baseada em um discurso de dinamização turística do Centro que remonta o início dos anos 90, quando da proposição do Projeto da Marina de

⁹⁷ Projeto de autoria do Arquiteto José Otacílio Sabóia Ribeiro, que propõe a requalificação do Centro da Cidade, envolvendo reurbanização e alargamento de ruas e largos com arrasamento de quarteirão e remoção de edificações, construção de área para suporte pesqueiro contendo mercado de peixe e museu da pesca, recuperação de elementos históricos, construção de paço municipal, terminal urbano, centro comercial, áreas de estacionamento, centro de convenções, implantação de complexo residencial, turístico e náutico sobre aterro na Enseada de São Bento, reurbanização da Praia do Anil e nova infra-estrutura portuária.

São Bento (ver tópico 3.2.2). A divulgação do projeto na imprensa local⁹⁸ (ANEXOS 8 e 9) já lança margem a diversas especulações, mas não foi possível neste estudo determinar as reais intenções e interesses em jogo, especialmente no momento em que o prenúncio de um novo ciclo (calcado no petróleo) lança tantas incertezas quanto a um possível desenvolvimento pautado no turismo.

II – Percepções dos Atores Sociais Quanto às Tendências do Desenvolvimento Local.

Pelas entrevistas realizadas, percebeu-se um aspecto de consenso na visão de atores sociais com interesses diversificados: que a propalada vocação turística de Angra é uma concepção questionável e, talvez, superada. Tanto na opinião de quem representa os setores ligados às atividades rurais, quanto daqueles relacionados à construção civil ou de quem está engajado no movimento ambientalista, a dinâmica socioeconômica da região sofre hoje uma forte influência das atividades industriais:

[...] [Durante muito tempo], os políticos e os interessados pregavam que Angra tem vocação turística. [...] Só que nós temos aqui uma Usina Nuclear e o maior estaleiro naval da América Latina. Então Angra não é cem por cento turística! Também é uma cidade industrial. Nós só teríamos uma cidade turística com muito investimento. Nós não temos uma grande rede de hotéis, e um aeroporto [adequado]. Sequer temos banheiros públicos decentes[...]. (informação verbal).⁹⁹

Para um empresário do setor da construção que também atuou no ramo turístico, o esgotamento de áreas decorrente da sobre-exploração imobiliária, também é um dos motivos do atraso do turismo: “[...] *acho que perdemos o ‘time’ de fazer Angra voltada para o turismo. O momento ideal seria na época em que ainda se dispunha de áreas suficientes para se fazer atividades ligadas ao turismo*” (informação verbal).¹⁰⁰

Mais sintomático ainda, é a opinião expressa em editorial de um dos mais importantes veículos da imprensa local (ANEXO 10) a respeito da sobreposição do esperado incremento

⁹⁸ RABELLO, João Carlos. Angra Maravilhosa. *Jornal Maré*. Angra dos Reis, 18 fev. 2005. Suplemento Maré Alta, p. 2.

⁹⁹ Depoimento de Dermeval Chaves, representante do setor rural no Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, em entrevista realizada em 05/11/2004.

¹⁰⁰ Depoimento de Rogério Salomão Musse, em entrevista realizada no dia 11/11/2004.

futuro da economia industrial do município sobre as propostas de desenvolvimento do turismo:

Se você torce para que um dia o Centro de Angra passe por uma transformação para atrair turistas, seu sonho ficou um pouco mais distante. Com a descoberta de gás e petróleo na Bacia de Santos, Angra ficou na cara do gol para se tornar a nova Macaé nos próximos dez anos [...] O centro [de Macaé] cresceu e ficou feio. Se sobram pepitas de ouro na areia da praia no emprego para a Petrobrás, porque cavar um túnel profundo para arriscar no turismo? [...] O espaço físico e geográfico de Angra comporta cerca de 10 Búzios. É uma questão de armar um plano indutor [...] Mas se não cuidar, o tufão Petrobrás vai sepultar projetos de uma Angra bela e turística para todo o sempre. E pior: a população vai querer isso porque quem manda é a geração de empregos e renda. (RABELLO, 2003)¹⁰¹

Mais uma vez é tratada a questão da vocação econômica de Angra dos Reis, já abordada nos relatórios de viabilidade da Rodovia BR 101¹⁰², bem como é retomada a discussão sobre o posicionamento do Poder Público local ante as percepções que tem sobre o desenvolvimento. Neste sentido, é interessante observar o depoimento de um técnico do setor de Meio Ambiente da Prefeitura:

Eu não vejo saída para este turismo histórico e cultural preconizado para o centro. Talvez haja para o turismo ecológico, apesar da depredação do patrimônio ambiental. Então, se a cidade não assumir que tem dificuldade em obter uma autodeterminação, estaremos indo para um processo de ruptura ainda pior do que o anterior¹⁰³ [...] Muitos investimentos vêm para Angra em razão não só do patrimônio ambiental, mas pelas facilidades logísticas muitas vezes decorrentes dos investimentos do governo federal - o porto, o terminal, o calado, a ferrovia [...] É o planejamento em nível federal que tem determinado esses investimentos. E mais uma vez isso se repete com essa história do gás da Bacia de Santos. Então não adianta o vereador dizer que a plataforma é feia¹⁰⁴ [...] É feia sim, mas nós vamos ter que conviver com isso. Quando vou a um restaurante do centro e vejo o pessoal de macacão almoçando, sinto que a vocação está aí [...] Então, desde a época do PT, eu via que a percepção do governo para [o papel] do órgão ambiental era equivocada [...] acho até que o setor em si tinha receio de ter o poder que ele tinha para criar obstáculos para o desenvolvimento. Na verdade, eu acho que ele deveria ter mais condições de promover desenvolvimento do que de inibir. [...] Então, nós começamos a defender uma mudança na Lei e no Plano Diretor para que pudéssemos assumir um novo papel. (informação verbal).¹⁰⁵

¹⁰¹ RABELLO, João Carlos. Papo de Esquina. *Jornal Maré*. Angra dos Reis, 19 set. 2003. Suplemento Maré Alta, p. 2.

¹⁰² Ver item III do tópico 2.2.2 – “Empreendimentos Estratégicos Federais”.

¹⁰³ Refere-se às transformações decorrentes da industrialização de Angra no passado.

¹⁰⁴ É feita aqui uma referência a algumas plataformas que desde o início de 2004 estão sendo estacionadas na enseada frontal ao Centro da cidade para utilização do apoio permitido pelo porto para reparos.

¹⁰⁵ Entrevista concedida em 28 de outubro de 2004.

Todavia, este “clima” aparentemente consensual não está livre de conflitos e contradições. Os dois exemplos a seguir mostram que o desenvolvimento industrial em curso já gera embates antagônicos e posicionamentos tergiversantes.

O primeiro exemplo se refere à retomada do projeto do Reator Nuclear de Angra 3 pelo Governo Federal. Em meados do mês de abril de 2005, o *Greenpeace*¹⁰⁶ e a SAPÊ¹⁰⁷ divulgaram um panfleto (ANEXO11) convocando a população a comparecer à expedição “Brasil Não é Nuclear”, marcado para o dia 26 de abril de 2005 na Praia do Anil. Logo em seguida, a imprensa local noticiou¹⁰⁸ uma manifestação de trabalhadores e sindicatos denominada “Angra É Brasil, É Nuclear” (ANEXO 12), em que se coletaram assinaturas a favor da construção de Angra 3.

O segundo exemplo diz respeito à notícia divulgada pela imprensa local de que o Estaleiro Brás Fels pretende executar uma dragagem de 500 (quinhentos) mil metros cúbicos para atender à demanda de reparo de grandes plataformas, e que tal material deveria ser depositado na própria baía para viabilizar economicamente a obra. Quanto a isso, o mesmo editor que opinara anteriormente sobre a determinação da geração de empregos na indústria do petróleo em detrimento do desenvolvimento turístico, agora, em outro editorial (ANEXO 13), diz:

Para gerar quatro mil empregos no estaleiro Brás Fels, pretende-se dragar 500 mil metros cúbicos de material e jogá-los onde? Na baía da Ilha Grande, é claro. Não é de hoje que em nome do emprego vai se destruindo aquela que é chamada por todos os especialistas, a baía mais linda do mundo. [...] É incontestável que a dragagem do Brás Fels é necessária. O que se contesta é a forma do despejo. Para economizar R\$ 6 milhões, acréscimo para despejar o material a oito milhas da Ilha Grande, estraga-se um patrimônio que Deus fez único no mundo. Ora, esse patrimônio ecológico já gera em Mangaratiba, Angra e Parati 37.600 empregos só nos condomínios de casas de veranistas. A renda média é de 3,5 salários mínimos e a renda familiar é de R\$ 2.100,00. Na área do turismo, só em Angra [...] gera-se 4.200 empregos na baixa temporada com picos de 5,5 mil na alta. E olha que esses dados são de 2001. De lá pra cá só cresceram esses números.[...] Chega de ações que destroem a natureza em nome do progresso. Essa fase o mundo já tratou de virar a página. [...] Acena-se para a construção naval um futuro promissor. O grupo Keppel Fells é muito bem vindo

¹⁰⁶ Organização não governamental ambientalista de âmbito internacional com sede em Amsterdã, fundada em 1971 no Canadá. Fonte: www.greenpeace.org.br (consultada em maio de 2005).

¹⁰⁷ SAPE (Sociedade Angrense de Proteção Ecológica): Organização não governamental ambientalista local, surgida a partir do movimento popular contra a presença da Usina Nuclear em Angra dos Reis.

¹⁰⁸ PEREIRA, Rosa. Pró Usina 3. *Jornal Esporte Total e Notícias*. Angra dos Reis, 4 a 10 de maio. 2005. p. 8.

nesse futuro, desde que não seja um mau vizinho. Caso contrário, teremos que pedir para a Keppel Fells ir sujar lá na Ásia.(RABELLO, 2005)¹⁰⁹

É possível que o ciclo que se prenuncia induza a uma urbanização diferenciada da forma como tem se dado. Talvez o mercado imobiliário se especialize numa produção mais voltada para o mercado interno do que para o turismo ou até mesmo o veranismo. Mais possível ainda é que a produção de equipamentos turísticos mais especializados se inviabilize, caso não haja um firme redirecionamento nas políticas de desenvolvimento do município, aliado a um grosso investimento estatal em infraestrutura e na regulamentação turística. Contudo, há pouca perspectiva para uma avaliação, uma vez que o ciclo renunciado ainda não refletiu tendências de mercado, mas apenas especulações.

Todavia, seja qual for o processo de desenvolvimento, o padrão de urbanização decorrente - turística ou industrial – dará poucas chances à inclusão dos grupos sociais alheios aos benefícios dos processos urbanos atuais, tendo em vista a hegemonia dos interesses imobiliários em razão da atual aliança desses interesses com o setor estatal em nível local. Ao que parece, já não é crível ocorrer uma reorientação no jogo que aponte para o turismo em face do alto nível de investimento necessário. Porém, se isso ocorrer, há ainda a pouca possibilidade, a curto ou médio prazo, do processo se dar segundo a determinação de uma gestão participativa e, portanto, tem-se a forte indicação da contínua (e talvez crescente) exclusão social no processo de produção e consumo do espaço de Angra.

Por outro lado, há a imposição formal da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001- Estatuto da Cidade¹¹⁰ - que poderá obrigar a manutenção dos canais democráticos existentes, que terão assim a capacidade de reafirmar-se numa outra conjuntura, mais favorável ao processo participativo. Há também a resistência de setores alinhados com as demandas sociais, conforme pode ser percebido através do seguinte depoimento:

Hoje se inicia um novo ciclo [o do petróleo] [...] que vai gerar uma nova etapa com maior poder de transformação, um ciclo mais voraz. [...] Incurreremos nos mesmos erros do passado, a menos que haja um debate amplo com a sociedade sobre os

¹⁰⁹ RABELLO, João Carlos. Papo de Esquina. *Jornal Maré*. Angra dos Reis, 13 mai. 2005. Suplemento Maré Alta, p. 2.

¹¹⁰ Essa lei permitiu aos municípios brasileiros regulamentarem e aplicarem diversos instrumentos de gestão há muito esperados para o enfrentamento das graves questões urbanas. Além disso, obrigou aos municípios a revisarem decenalmente seus planos diretores dentro de processos participativos.

rumos que devemos tomar. O nosso crescimento atual permite estimar uma população de 300 mil habitantes para daqui a 20 ou 25 anos. Nesse ritmo, certamente nós vamos “estourar” a capacidade de manutenção dos nossos recursos. Deve-se pensar estrategicamente o futuro, revendo conceitos e o modelo de desenvolvimento atual, esclarecendo à sociedade que se este modelo continuar, estrangularemos nossa cidade. O complicador neste debate é a crise econômica dos últimos anos, que prioriza, na opinião pública, o problema do desemprego sobre a questão ambiental. Qualquer proposta que restrinja ou iniba investimentos que acenem com uma contrapartida de emprego imediata não encontra apoio na população, mesmo que sejam empregos pouco qualificados e/ou sazonais[...] É um equívoco dizer que nossas propostas geram entraves ao desenvolvimento do município. Nem tampouco que o Plano Diretor aprovado em 1991 tenha restringido esse desenvolvimento. O que nos perguntamos é: desenvolver o que, para quê e para quem? Acreditamos que muitos ficam de fora dos benefícios do tipo de desenvolvimento produzido aqui [...] Há, contudo, um receio generalizado dos gestores locais em relação à participação popular. É necessário que as administrações municipais, corporificadas nas pessoas que compõem os staffs de governo, tenham efetivamente compromisso com esse aspecto, o que demanda seriedade, respeito e coragem. Quem estimula a gestão participativa de modo transparente e sem manipulação tem apoio popular (informação verbal).¹¹¹

Esse comentário exprime uma das conclusões a serem extraídas da pesquisa: a de que o rumo dos processos da gestão do território de Angra dos Reis, sem um canal de participação espontâneo e transparente, não vingará a inclusão social. Tampouco ensejará um processo urbano voltado para as demandas sociais.

Todavia essa não é uma visão compartilhada por todos os atores sociais envolvidos. Como foi dito na citação anterior, a opinião pública tem priorizado ações que possibilitem a geração imediata de emprego e renda em detrimento de questões ambientais, o que confronta ambientalistas com associações de moradores e sindicatos.

A questão colocada – desenvolver o quê, para quê e para quem – tem sido desconsiderada em favor dos dados informativos da quantidade de empregos gerados, independentemente da sua sazonalidade e dos impactos urbanos, ambientais e sociais envolvidos. A continuar tal tendência, o prognóstico apontará na direção de um possível colapso sócio-ambiental e acirramento dos conflitos por que passa o município desde o início da Fase Turística – mesmo dentro do contexto de um esperado crescimento econômico.

¹¹¹ Ivan Marcelo Neves – SAPÊ . Idéias extraídas de sua entrevista, realizada em 04/11/2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indiscutivelmente, os conflitos sócio-ambientais, decorrentes do processo de urbanização ocorrido no município de Angra dos Reis a partir da Fase Turística, estão longe de serem minimizados ou mitigados. O processo engendrado a partir das alianças entre os interesses dos grupos imobiliários e do Estado – inicialmente representado pelo governo federal, e hoje claramente assumido pelo executivo municipal – repercutiu sobremaneira no espaço e na vida do município. De um lado, permitiu o desenvolvimento de um parque industrial estratégico no âmbito nacional e, de outro, vem, no período atual, favorecendo a dinâmica de acumulação por meio, principalmente, do setor imobiliário, beneficiando incorporadores, construtores, proprietários de terras e grileiros, com um considerável ônus social e ambiental.

Desse modo, ocorreu no município de Angra dos Reis um processo de urbanização de corte turístico, pelas mesmas evidências de outros processos assim tipificados como, por exemplo, a urbanização do litoral norte paulista¹¹², acessado na mesma época da região de Angra dos Reis pela mesma rodovia (BR-101). Luchiari (1997, p. 138) relata, de forma bastante clara, tais características quando afirma que:

[a] urbanização, que possibilitou modernizar diversos setores econômicos, intensificou também a pobreza, a degradação ambiental, o desmantelamento da paisagem e afigurou-se como um processo de marginalização socioespacial e econômica das populações caiçaras e imigrantes de baixa renda. Andando pela Rio - Santos, é possível visualizar um verdadeiro duelo entre a ocupação imobiliária e os

¹¹² Municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela.

limites da natureza: falta de saneamento, acúmulo de lixo, esgoto, aterros de áreas úmidas, corte de morros, desmatamentos, construções em locais de risco, etc¹¹³

Essa autora observou, na região mencionada, os fatos a seguir indicados, vinculados ao tipo de urbanização turística ali ocorrido, também identificados na urbanização desenvolvida em Angra dos Reis a partir do que aqui é denominado de fase turística:

- Expulsão da população tradicional (caiçara) pela especulação imobiliária;
- Transformação das praias em espaço privado para o turismo das classes mais abastadas;
- Imposição de uma nova racionalidade¹¹⁴ estabelecida através dos empreendimentos ali implementados.

A esses fatos pode-se acrescentar a apreensão da natureza como mercadoria de consumo das classes médias e das elites urbanas. Tal aspecto reforça, então, a indicação de Mullins (1991, p. 326), que aponta que enquanto a urbanização ocidental emergiu no século XIX com base na produção e no comércio, a urbanização turística evoluiu no final do século XX como sítios de consumo voltados para o prazer e para a recreação. A isto agrega-se que, tendo em vista tratar-se de uma urbanização submetida à lógica da acumulação e considerando-se a fisiografia peculiar da região (litoral do eixo Rio-São Paulo), o exemplo de Angra dos Reis é emblemático.

Assim, percebe-se que a urbanização, ainda que turística, como produto da acumulação também encerra contradições e constrangimentos diversos! A natureza transformada em objeto de consumo determina as condições para a sua própria destruição, pois implica na necessidade de recriá-la de modo a “adequá-la” a uma demanda determinada por um tipo de consumidor que requer um tipo de turismo com características eminentemente urbanas. Ou seja, a mesma infra-estrutura da cidade é requerida na natureza para ofertá-la ao mercado, composto pelas classes com demanda solvável para consumi-la turisticamente.

¹¹³ LUCHIARI, M. Tereza. Turismo e cultura caiçara no litoral norte paulista. IN. RODRIGUES, Adyr B. *Turismo Modernidade Globalização*. São Paulo: HUCITEC, 1997. pp 136-154.

¹¹⁴ Tal racionalidade é contraposta, em LUCHIARI (1997) à racionalidade inerente ao modo de vida caiçara, em que a apropriação dos recursos naturais se davam dentro de um ajuste ecológico, contrariamente à racionalidade capitalista, em que as determinações econômicas ganham prioridade na ordenação das normas de apropriação da natureza: “À medida que os recursos naturais (o peixe, a terra, a mata) foram transformados em mercadoria, a relação dos homens com a natureza também se modificou: a pesca tornou-se predatória, a propriedade privada e a mata reserva ecológica que protege a mata, mas não o homem que dela faz parte.” (LUCHIARI, 1997: 139).

Portanto, “*ao se produzir um espaço para ser consumido como lugar turístico, destrói-se, assim, as próprias condições que deram origem a esta ‘mercadoria’ [...] Um consumo coletivo da natureza que é ao mesmo tempo a destruição coletiva desta mesma natureza*”. (RODRIGUES, 1996, p. 62)¹¹⁵. Conforme vimos, no caso de Angra dos Reis esse fator se agrava em decorrência da confluência, num mesmo território, de processos conjugados de urbanização e industrialização.

Ressalta-se ainda que esse modelo de urbanização ainda está em curso, reproduzindo os mesmos desequilíbrios e eternizando os conflitos sociais e ambientais a ele imputados, através, de um lado, da manutenção do acesso aos benefícios dessa urbanização restrito aos mesmos setores e, de outro, da exclusão dos setores populares constituídos pelas populações tradicionais, inicialmente expulsas de seu lócus original, e pela crescente massa de imigrantes de baixa renda.

Até mesmo após o período vivenciado pelas sucessivas administrações do Partido dos Trabalhadores (PT), que de início representava a possibilidade de inversão de rumos, tal processo não se reverteu, apesar das políticas e ações levadas a cabo por essas administrações tentarem se expressar no espaço urbano através do discurso vinculado ao atendimento prioritário às demandas das classes sociais mais vulneráveis. Aliás, cabe lembrar que nasceu na gestão do PT a proposta de inserção da orla do Centro como produto de consumo turístico, com base em critérios essencialmente empresariais, adotados de forma mais acirrada pela administração atual. Contudo, vale ponderar que a implantação da gestão democrática por meio de experiência do Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, implementada pelas gestões do Partido dos Trabalhadores (PT), significou um considerável avanço que, apesar de não ter alcançado seu pleno objetivo de rebater sensivelmente no território o resultado de sua atuação, ainda representa uma das poucas possibilidades de transformação das tendências da urbanização de Angra dos Reis.

Neste sentido, o processo de desenvolvimento, seja ele turístico ou industrial deve, a todo custo, ser melhor debatido no âmbito da sociedade organizada, de modo que possa explicitar as possibilidades de ganho que cada grupo social poderia obter em razão das alternativas aventadas. Como exemplo, a visão do representante da Sociedade Angrense de

¹¹⁵ RODRIGUES, Arlete M. A Produção e o Consumo do Espaço Para o Turismo e a Problemática Ambiental. In: YÁZIGI, Eduardo et. al. (org). *Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura*. São Paulo: HUCITEC, 1996

Proteção Ecológica (SAPÊ) mostra uma análise interessante sobre uma das possíveis alternativas que poderiam ser ponderadas:

Acreditamos que o turismo é uma alternativa sim, mas depende do tipo de turismo que se quer. Pela lógica do mercado, o turismo na nossa região é sempre direcionado a um público “classe A”. [...] Além disso, tal turismo se dá como mais um ciclo econômico, que desaparecerá após exaurir todos os recursos de que necessita. Defendemos um turismo de inclusão social, que permita à população de Angra aproveitar de seus recursos naturais e culturais para essa atividade. Ou seja, queremos que a população local esteja inserida na produção do turismo. Todavia, o rumo que a cidade está tomando, a nosso ver, é antagônico com relação ao turismo. Petróleo e turismo são como óleo e água, não tem compatibilidade. Daí a urgência de um amplo debate. E a responsabilidade de capitanear esse processo é do Poder Público municipal (informação verbal).¹¹⁶

Tal exemplo sintetiza as conclusões dessa pesquisa no que tange às contradições da produção do espaço urbano de Angra dos Reis, calcada na hegemonia do capital imobiliário, cujas vertentes de atuação esgotam a maior parte dos recursos disponíveis, tornando cada vez mais inviáveis quaisquer possibilidades de utilização racional dos recursos naturais e culturais de forma menos predatória e mais equânime. Ao que tudo indica, percebe-se que mesmo após as tentativas de implantação de formas de gestão mais democráticas da cidade, os modos tradicionais de atuação do Capital Imobiliário continuam pautando um tipo de desenvolvimento que reforça justamente esse consumo predatório de tais recursos tão caros ao município.¹¹⁷

Apesar da diversidade de recursos¹¹⁸ caros ao desenvolvimento turístico racional, as atividades turísticas não suplantam as atividades industriais e imobiliárias. A proximidade de Angra com a cidade do Rio de Janeiro e São Paulo potencializa os ganhos com o consumo do espaço, na modalidade de segundas residências, inibindo a exploração (ou o desenvolvimento) de outras atividades turísticas, que se tornam menos interessantes à medida que oferecem menor rentabilidade.

¹¹⁶ Ivan Marcelo Neves – SAPÊ . Depoimento colhido durante entrevista com ele realizada em 04/11/2004.

¹¹⁷ Isto denota que, mesmo considerando os aspectos críticos do tipo de gestão democrática praticada, ainda que considerando as possíveis críticas – e, conseqüentemente, possíveis aprimoramentos - às tentativas de implementação de gestão urbana mais democrática em Angra dos Reis, muito provavelmente não se poderá pensar num desenvolvimento socialmente inclusivo e ambientalmente racional sem considerar as variáveis estruturais da lógica de acumulação e do processo de produção social do espaço na sociedade capitalista

¹¹⁸ O meio físico natural descrito no Capítulo 2, a história efervescente de fatos e remanescentes registrados nas inúmeras rugosidades geográficas, monumentos, naufrágios, sambaquis, a cultura popular resistente nos resquícios caiçaras, quilombolas e indígenas, etc.

Nesse sentido, a saturação dos terrenos disponíveis nas áreas litorâneas do continente, a pressão imobiliária em áreas rurais e insulares, o avanço das franjas de ocupação urbana para o limite das áreas protegidas pelas leis ambientais e a reforma urbana prevista para a orla do Centro definem uma opção política implícita no planejamento adotado no município, desde o início da Fase Turística até hoje. Tal opção pode ser interpretada como favorável ao Capital Imobiliário que, continuamente, se molda conforme a disponibilidade dos recursos naturais, as conjunturas do mercado e os processos da economia global, que tanto marcaram a evolução urbana de Angra dos Reis.

Atualmente, esse município passa por um movimento de reformulação de seus principais instrumentos de gestão, já que está em curso a revisão da Lei Orgânica e do Plano Diretor, incluindo suas regulamentações.¹¹⁹ Trata-se de um momento oportuno para um estudo sobre as tendências do processo de planejamento no município, para o qual a presente pesquisa constitui uma base de consulta.

Algumas evidências já podem ser levantadas com fulcro nos primeiros discursos oficiais que justificam todo esse processo de revisão: Em maio de 2005, a Prefeitura divulgou as minutas dos projetos da legislação urbanística a ser revisada,¹²⁰ onde são apresentadas as razões a seguir indicadas para a elaboração do trabalho:

- Apesar do município de Angra dos Reis ser dotado de instrumentos de planejamento territorial desde o ano de 1981,¹²¹ tais instrumentos, compostos por normas legais, não foram suficientes para conter os graves desequilíbrios sociais e as distorções impostas pelo processo de desenvolvimento local, decorrente especialmente dos ciclos industriais e imobiliários inaugurados há pouco mais de trinta anos;
- O atual Plano Diretor de Angra dos Reis¹²², através de instrumentos políticos inovadores, tentou dar respostas às graves questões sociais e ambientais do município, mas, após treze anos de vigência, não reverteu as expectativas criadas quando de sua concepção;

¹¹⁹ A revisão inclui: Lei do Plano Diretor, Lei de Zoneamento Municipal, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei de Parcelamento do Solo e Código de Obras.

¹²⁰ Documento intitulado “Revisão do Plano Diretor de Angra dos Reis – Estudo Preliminar – Pacote de Legislação Urbanística” (ANGRA DOS REIS, 2005).

¹²¹ Quando se instituiu o Plano de Desenvolvimento Físico-Territorial – conjuntos de Leis 145, 146, 147 e 148 de 1981 (respectivamente, Plano Diretor, Lei de Perímetro Urbano, Parcelamento do Solo e Código de Obras).

¹²² Lei municipal nº 162 de 12 de dezembro de 1991 e seus complementos e revisões posteriores.

- O mesmo Plano Diretor não é claro quanto à interpretação de alguns aspectos, além de possuir entraves à agilização de sua atualização no ritmo da dinâmica da cidade.
- O advento do Estatuto da Cidade consistiu uma oportunidade para rever o referido Plano, de modo a incorporar as suas disposições, fazendo vigorar no município alguns dos instrumentos de gestão urbana ali regulamentados.

Cabe acrescentar que no evento que inaugurou esse processo de revisão do Plano Diretor,¹²³ o Prefeito Municipal, Fernando Jordão (PMDB), então no seu primeiro mandato,¹²⁴ levantou a necessidade de revisar o Plano Diretor em razão de que a lei de 1991 “*amarrou o desenvolvimento da cidade*”, numa clara crítica ao excesso de exigências e restrições à implantação de grandes empreendimentos contidas na mencionada lei.

Ainda segundo o discurso oficial contido na minuta de apresentação da revisão do Plano Diretor, a proposta incorpora quatro variáveis: o turismo, a proteção ambiental, o interesse social e o desenvolvimento industrial. Dentre as principais diretrizes expostas na proposta divulgada, destacam-se: 1) propor um desenvolvimento, tendo o turismo como “*ferramenta*” e, a preservação ambiental como “*recurso*”; 2) dar mais agilidade à implantação das Zonas de Interesse Social; 3) incorporar alguns instrumentos de gestão previstos no Estatuto da Cidade; 3) manter e aprimorar a gestão democrática por meio do Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente.

Nota-se que a proposta ora apresentada contém uma nítida orientação voltada para a manutenção – e o fortalecimento – da gestão democrática, incluindo também alguns dos mais avançados instrumentos de gestão urbana dispostos no Estatuto da Cidade. Contudo, isso não significa, ainda, uma opção política da gestão territorial em curso no município de Angra dos Reis, visto que a minuta da proposta do novo Plano Diretor, na versão obtida nesta pesquisa, é apresentada como um “*estudo preliminar, construído no âmbito da competência dos técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, ainda carente de uma integração inter-secretarias e do jugo de uma análise jurídica*” (ANGRA DOS REIS, 2005). Cabe avaliar o que proporia a atual administração como um todo, além dos demais atores sociais. Esse dado permitiria definir de fato uma tendência de planejamento. A elaboração de

¹²³ Seminário realizado no Colégio Naval, em setembro de 2002.

¹²⁴ Hoje, o Prefeito Fernando Jordão, reeleito, cumpre o seu segundo mandato à frente do Executivo Municipal.

tal estudo viria a complementar as considerações traçadas no presente trabalho, consubstanciando-se em uma possibilidade para outros pesquisadores.

Assim, a título de mera ilustração, indica-se a seguir algumas possibilidades de estudos complementares ao que agora se encerra, que contribuirão para a compreensão, não apenas dos processos análogos aos do objeto deste estudo, mas também dos possíveis meios de intervenção que buscariam a minimização dos conflitos e a mitigação dos impactos observados. Portanto, são aqui elencadas as seguintes questões como sugestão de pesquisa:

- Tendo em vista, de um lado, os constrangimentos econômicos e fiscais por que passam as atuais administrações municipais aliados a um enorme quadro de carências socioeconômicas e, de outro, os interesses dos agentes econômicos nestes tempos de desmedida empresarial, é possível se pensar num planejamento que efetivamente possa orientar um processo de produção do espaço urbano socialmente inclusivo e com uso racional dos recursos naturais, notadamente a partir dos instrumentos de gestão democrática colocados pelo Estatuto da Cidade?
- Conforme foi indicado ao longo da pesquisa, a imprensa local e os entrevistados colocam questões sobre o que será o desenvolvimento de Angra dos Reis com a exploração de petróleo e gás na Bacia de Santos. Até que ponto as intenções voltadas para o desenvolvimento turístico prevalecerão sobre as demais atividades industriais, especialmente, no caso em estudo, ante essas novas expectativas?
- Que diretrizes poderiam contribuir para o desenvolvimento de uma metodologia de planejamento urbano para áreas turísticas?

Cabe, por fim, colocar que o exemplo do município de Angra dos Reis, apesar de tantas especificidades, não é único em termos da atuação imbricada e viciosa entre os interesses empresariais, que comandam o processo de acumulação do capital, e o Estado que, articulado a tais interesses, planeja a transformação do espaço sem, muitas vezes, considerar (e melhor qualificar) os interesses dos setores populares, seja na implantação de grandes empreendimentos ou atividades de grande impacto social e/ou ambiental, seja na alocação de investimentos na cidade.

O caso de Angra dos Reis mostra também que a reprodução dos processos que sustentam os interesses hegemônicos na produção do espaço muitas vezes requer a implantação de um planejamento que “produz” discursos socialmente legitimadores, como os

exemplos da “vocação turística” e da “geração de empregos”. O envolvimento dos demais atores sociais no processo de planejamento é uma das possibilidades de desvendar as contradições dos discursos “produzidos” e, dentro de um processo transparente, tentar alcançar as verdadeiras demandas sociais sem, contudo, superestimar os limites da atuação de gestores e planejadores em nível local ante as imposições dos movimentos da conjuntura global.

OBRAS CITADAS

- ALMEIDA, Fernando F. M. e CARNEIRO, Celso D. R. Origem e Evolução da Serra do Mar. *Revista Brasileira de Geociências*. Volume 28 (2). SBG, julho de 1998
- ALMEIDA, Maria Geralda. *Cultura: invenção e construção do objeto turístico. Espaço aberto3 turismo e formação profissional*. Fortaleza: AGB-Seção Fortaleza, 1999. p.17-30.
- ALMEIDA, R.S. *Atuação Recente da Incorporação Imobiliária no Município do Rio de Janeiro: Tendências Espaciais Vigentes e Alternativas Futuras*. Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 1982.
- ANGRA DOS REIS. *Avaliação e Propostas Acerca do RIMA para o Licenciamento de Operação da Usina Nuclear Angra 2*. Angra dos Reis: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis. Secretaria Municipal de Planejamento, set/1998. Relatório Técnico.
- _____. *Lei 162/ LO de 12 de dezembro de 1991 – Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Angra dos Reis*. 1992a.
- _____. *Levantamento Semidetalhado de Solos Existentes em Angra dos Reis*. Seropédica:UFRRJ,1992b.
- _____. *Plano Diretor de Angra dos Reis. Diagnóstico*. Angra dos Reis: Departamento de Planejamento Territorial, 1990. Relatório Técnico.
- _____. *Revisão do Plano Diretor de Angra dos Reis – Estudo Preliminar – Pacote de Legislação Urbanística*. Angra dos Reis: Gerência de Planejamento Territorial, maio de 2005. Relatório Técnico.
- ARANTES, Otilia B. Fiori. *Urbanismo Em Fim de Linha e Outros Estudos Sobre o Colapso da Modernização Arquitetônica*. São Paulo: Edusp, 1998.
- AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da modernidade*. Tradução de Maria Lucia Pereira. Campinas (SP): Papirus, 1994.
- AYMONINO, Carlo. *O Significado das Cidades*, Editorial Presença - Lisboa, 1984.
- REIS Fº, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*, Editora Perspectiva - São Paulo, 1987.
- BIENENSTEIN, Glauco. Globalização e Metrópole – A Relação entre as Escalas Global e Local: o Rio de Janeiro, In: *Anais do XI Encontro Nacional da ANPUR*, Rio de Janeiro, 2001
- BRASIL. *Projeto TURIS*. EMBRATUR, 1973.
- _____. Ministério de Minas e Energia / Secretaria Geral. *Projeto RADAMBRASIL*. Levantamento de Recursos Naturais. Folhas SF.23/24. Rio de Janeiro/Vitória. Volume 32. Rio de Janeiro: MME/SG, 1983.
- CASTELLS, Manuel. *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*. Editorial Presença, Lisboa, 1986.
- CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE. *Relatório de Atividades. Biênio 97/98* Angra dos Reis, 2000. Relatório Impresso.
- _____. *Relatório de Atividades. Biênio 1999/2000* Angra dos Reis, 2000. Relatório Impresso.

_____. *Relatório de Atividades. Biênio 2001/2002* Angra dos Reis, 2000. Relatório Impresso.

_____. Secretaria do CMUMA. Departamento de Planejamento Territorial. *CMUMA Atas das Reuniões*. Pasta de Arquivo.

CORREA, Roberto Lobato . *O Espaço Urbano*. 4º ed. São Paulo: Ática, 2003. Série Princípios, nº 174.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. *Introdução à Geografia do Turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

DE FOUNIER ARQUITETOS ASSOCIADOS. *Proposta de Revitalização da Orla da Cidade de Angra dos Reis-RJ*. Memorial Descritivo e Justificativo de Projeto Urbanístico e Arquitetônico. Angra dos Reis, 1996. Fotocópia

DEAN, Warren. A Ferro e Fogo. *A História da Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

DE GRAZIA, Grazia (org.). *Plano Diretor – Instrumento de Reforma Urbana*. Rio de Janeiro: Fase, 1990

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DUSSEL, Enrique. *1492 O Encobrimento do Outro (A Origem do “Mito da Modernidade”)* Conferências de Frankfurt. Petrópolis: Vozes, 1993.

FERNANDES, Edésio. Desenvolvimento Sustentável e Política Ambiental no Brasil: Confrontando a Questão Urbana In: FERNANDES, Edésio e RUGANI, Jurema. *Cidade Memória e Legislação – A Preservação do Patrimônio na Perspectiva do Direito Urbanístico*. IAB/MG, Belo Horizonte, 2002.

GUANZIROLI, C. E. *Contribuição à Reflexão Sobre o Processo de Produção de um Espaço Regional - O Caso de Angra dos Reis*, Dissertação de Mestrado - PUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1983.

GUERRA, A. T. *Dicionário geológico-geomorfológico*. 8ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

GUIMARÃES, G. e ABICALIL, M. T. Plano Diretor de Angra dos Reis: Análise da Constituição e Proposta para o Município. In: GRAZIA, Grazia de (org.). *Plano Diretor – Instrumento de Reforma Urbana*. Rio de Janeiro: Fase, 1990.

HARVEY, D. Do Gerenciamento ao Empresariamento: a Transformação da Administração Urbana no Capitalismo. *Espaço & Debate*, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, nº 39, 1996, pp. 48-64.

LEPETIT, Bernard. Arquitetura, Geografia e História, Usos da Escala. In: LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. Org.: Heliana Angotti Salgueiro. São Paulo, Edusp, 2001.

LUCHIARI, M. Tereza. Urbanização Turística: Um Novo Nexo Entre o Lugar e o Mundo. IN. LIMA, Luiz C. (org). *Da Cidade ao Campo: A Diversidade do Saber-Fazer Turístico*. Fortaleza: UECE, 1998. pp 15-29.

_____. Turismo e cultura caiçara no litoral norte paulista. IN. RODRIGUES, Adyr B. *Turismo Modernidade Globalização*. São Paulo: HUCITEC, 1997. pp 136-154.

MASCARENHAS, Gilmar. Redefinindo o urbano, produzindo lugares: a urbanização turística no interior fluminense. *Anais do VIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Recife : UFPE, 2003.

MENDES, Ricardo. Globalização, Urbanização e Lazer. *Revista Experimental*. Ano I. Nº 1. USP, julho de 1996

MULLINS, Patrick. Tourism urbanization. *International Journal of Urban Regional Research*, 15 (3): 1991. pp 326-342

OLIVEIRA, Carlos Afonso S. (coord.) *Angra dos Reis: Gestão Democrática; Apropriação do Solo Urbano*, IBASE, Rio de Janeiro, 1993, 2 VOL.

RANDOLPH, Rainer (Coord.) . *As Potencialidades Do Turismo Na Ilha Grande*, ORTES - IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.

REZENDE, Vera. Rediscutindo a Política Urbana a Propósito do Estatuto da Cidade. In: TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO, 2001, Brasília. *Anais do Workshop Internacional de Dinâmicas Territoriais*. Brasília : UnB, 2001.

RIBEIRO, L. C. Q. ; CARDOSO, A. L. Plano Diretor e Gestão Democrática da Cidade. In: GRAZIA, Grazia de (org.). *Plano Diretor – Instrumento de Reforma Urbana*. Fase, Rio de Janeiro, 1990.

RODRIGUES, Adyr B. *Turismo e Espaço – Rumo ao Conhecimento Transdisciplinar*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

RONAI, Maurice. Paisagens II. *Herodote*, 1977. Texto traduzido por Wherter Holzer.

SANTOS, Milton. Dimensão Temporal e Sistemas Espaciais no Terceiro Mundo. In: SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 1ª ed. São Paulo: Nobel, 1985. p 21-35.

SEAF - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS. *Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SEAF, 1991.

SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - *Programa de Gestão para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Contribuinte à Baía da Ilha Grande. Volume 1 - Diagnóstico Ambiental*. Rio de Janeiro: SEMA, 1997.(a)

_____. *Programa de Gestão para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Contribuinte à Baía da Ilha Grande. Volume 2 – Planos de Ação e Estratégia de Gestão*. Rio de Janeiro: SEMA, 1997.(b)

SINGER, Paul. Campo e Cidade no Contexto Histórico Latino Americano. In: SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973. p 93-113.

SUBIRATS, Eduardo. O Mundo Todo E Uno. In: *A Descoberta do Homem e do Mundo*. Adauto Moraes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p 335-346.

TOPALOV, Christian- *La Urbanización Capitalista: Alguns Elementos Para Su Analisis*. Edicel, México, 1979.

VAINER, C. B. Os Liberais Também Fazem Planejamento Urbano? Glozas ao Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. In: ARANTES, O; VAINER, C. B.; MARICATO, E. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*. Vozes, Rio de Janeiro, 2000.

OBRAS CONSULTADAS

ANGRA DOS REIS. *Área Especial de Interesse Social dos Morros do Centro*. Angra dos Reis: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis. Secretaria Municipal de Planejamento, 2000. Relatório Técnico.

_____. *Áreas de Interesse Ecológico*. Angra dos Reis: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis. Secretaria Municipal de Planejamento, 1999. 3p. Relatório Técnico.

_____. *Plano Diretor. Notícias e Imagens*. Angra dos Reis: Departamento de Planejamento Territorial, 1990. Relatório Técnico.

_____. *Um Pouco da Nossa Ilha Grande*. Angra dos Reis: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis. Secretaria Municipal de Planejamento, 1992.

ANGRA DOS REIS / TANGARÁ SERVIÇOS EM MEIO AMBIENTE E TURISMO. *Ilha Grande – Plano Diretor de Turismo – Documento Base*. Angra dos Reis: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis. Secretaria Municipal de Planejamento, 1998.

_____. *Ilha Grande – Plano Diretor de Turismo – Estratégia de Ação*. Angra dos Reis: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis. Secretaria Municipal de Planejamento, 1998.

BERTONCELLO, Rodolfo Valentim. *Impacto Local das Estratégias de Modernização Conservadora: O Caso do Município de Angra dos Reis*. Rio de Janeiro, Instituto de Geociências – UFRJ (Dissertação de Mestrado).

BRASIL. Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, Câmara dos Deputados, Caixa Econômica Federal e Instituto Polis. Estatuto da Cidade: Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Estabelece diretrizes gerais da política urbana. *Estatuto da Cidade. Guia Para Implementação pelos Municípios e Cidadãos*. Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações, Brasília, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

ECO, Humberto. *Como Se Faz Uma Tese*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1995.

GOLDENBERG, Miriam. *A Arte de Pesquisar*. Rio de Janeiro: Record, 1997

NACIF, Cristina L; FAERSTEIN, E.; SILVA, H. M. Estudo de Caso. Angra dos Reis, Brasil. In: HABITAT. *Gestion Urbana Em Ciudades Intermedias de America Latina*. Nairobi: HABITAT, 1993. pp 123-138.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993

SANTOS, Carlos Nelson F. *A Cidade Como Um Jogo de Cartas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

SOUZA, Maria José, et. al. (org). *Anais de Comunicações. V Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Políticas Públicas e o Lugar do Turismo*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

THOMPSON, G. & HIRST, Paul. *Globalização em Questão*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

TURISRIO. *Plano Diretor de Turismo da Costa Verde*. 1999, Relatório Executivo.

ANEXOS

ANEXO 1. Ata da reunião do CMUMA sobre a Fábrica de Gelo na Praia do Anil. Pág. 01

26

PRESENCAS DA 40ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE - 06/10/94

Wladimir - PRES-RI
Plínio Soares - 3º distrito
Maria Bioner - 2º distrito - Subleite
Ricardo Toldo - F. Puro
Fernando Lacer - DECAR
Alberto do Bua - PDM/SP (PMR)
Alberto Salvini - PDH/SP (PMAR)
Luciano Dias - SP - PMAR
Alvaro Luis Pereira Botelho - SP - PMAR
Alvaro Luis Pereira Botelho - SP - PMAR

A ata da 40ª reunião do Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, em dezessete horas do dia seis de outubro de mil novecentos e noventa e quatro. Reunião ordinariamente no salão nobre da Prefeitura Municipal de Jucra do Rio, os membros do Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente. Estavam presentes os seguintes membros: Wladimir, Plínio Soares, Maria Bioner, Ricardo Toldo, Fernando Lacer, todos da Prefeitura, Alberto do Bua, Alberto Salvini do terceiro distrito, Luciano Dias do segundo distrito, Alvaro do Bua da Decar. Estavam presentes como convidados o representante da FEEMA, Associação de moradores da Praia do Anil e da Fábrica de Gelo Pastor Empresa de Pesca Ltda, senhor Jucra. O coordenador Alvaro Luis Pereira Botelho iniciou a reunião informando que o senhor Renato da FEEMA tem compromissos de última hora no Rio de Janeiro e ficou impossibilitado de estar presente na reunião em curso, se dispondo, no entanto a fazer esclarecimentos em outra reunião caso se necessário. O coordenador justificou também a ausência do gerente regional da Feema, por estar a disposição do TRE. Foi proposta então outra reunião com presença dos representantes da FEEMA. O senhor Daniel da Associação de moradores da Praia do Anil se manifestou contrário a proposta, pois segundo ele haviam representantes de outros segmentos tais como Associação de moradores da Praia do Anil, empresários e Prefeitura. Suguiu que houvesse alguns esclarecimentos com relação a fábrica. Alvaro informou que uma discussão mais ampla sobre a fábrica de gelo só seria possível com a presença da FEEMA, pois segundo ele a Prefeitura

não tinha informações técnicas sobre o vazamento, nem tampouco quanto aos tri-
 milis para concessão de licença de operação. A seguir o secretário leu a ata da
 38ª reunião ordinária realizada em primeira de setembro, que foi aprovada sem
 ressalvas. O coordenador justificou também o fato de estar sendo lida apenas uma
 das atas por falta de tempo hábil para preparação da mesma e tendo em vista
 ausência de alguns membros que ficaram à disposição do TRE para contactar de vo-
 tes. Propôs que a ata da 39ª reunião fosse lida e aprovada na próxima reunião
 do Conselho. O Conselho Luciano justificou sua ausência na última reunião por algu-
 m desentendimento, ao que foi informado pelo coordenador que a convocação ao Com-
 itê foi feita através da imprensa. A seguir o arquiteto Raul fez alguns esclareci-
 mentos sobre a fábrica de gelo e explicou os Trâmites legais para o seu funcio-
 namento. Foi registrada a presença do Técnico da FEEMA Fernando Barcelos, que
 justificou seu atraso tendo em vista envolvimento no recrutamento do TRE. A seguir
 foi então passada a palavra ao Técnico da FEEMA que informou que o empreendi-
 dor recebeu licença para operação e que o mesmo possui prazo dentro de noventa dias
 para implantar o Plano de Emergência. Lembrou que a FEEMA não pode exigir que
 esteja tudo completo antes instalado pois a fábrica tem prazo de noventa dias pa-
 ra se regularizar. Com relação as demais exigências, informou que a fábrica tem
 procurado cumpri-las, disse ainda que, caso surjam novas dificuldades em relação a
 vizinhanças a FEEMA poderá exigir medidas adicionais com vistas a reduzir tais
 impactos. O senhor Paulo presidente da Associação de moradores da Praia do Anil
 falou que lembra que a FEEMA seja a responsável, reclamou que a PMAR não to-
 ma iniciativa e a comunidade fica sem saber pra quem apelar. Concluiu di-
 zendo que não é contra o progresso, desde que a comunidade tenha participação.
 Lembrou que na primeira reunião do Conselho sobre o empreendimento o
 proprietário disse que não haveria nenhum problema na fábrica, no entanto
 os problemas se sucederam. Senhor Samuel lembrou que o Conselho é apenas
 um órgão consultivo e que qualquer deliberação vai depender da FEEMA. O
 Conselho Vladimir explicou que a PMAR tem seus compromissos com a fábri-
 ca e que a licença pressupõe a aprovação de outros órgãos. Informou que
 cabe a FEEMA a avaliação técnica e o estabelecimento de outras minações li-
 ções. Fernando da FEEMA disse que o empreendedor se comprometeu a fazer
 um treinamento com seu pessoal e garantir a manutenção dos equipamentos.
 Concluiu dizendo que cabe ao empreendedor tomar as precauções e cumprir

o Plano de Emergência. Fernando disse falar que o maior apoio que a comunidade tem é o conselho inclusivo com direito a voz e voto. Plínio falou sobre a legislação do município e da paróquia para com outros atos. Jádil falou (que) do Plano de Emergência e explicou como aconteceu o vazamento de amônia. Senhor Paulo da Praia do Anil perguntou porque a FEEMA solicitou o Plano de Emergência e deixou funcionar auto. Questionou se tinha a FEEMA condições de chegar um suposto vazamento. Álvaro disse que o senhor Renato da FEEMA informou que sim. Que vai haver um teste simulado, ^{RENATO} garantindo que dificilmente aconteceria acidente. Fernando disse que cabi ao empreendedor fazer um treinamento periódico dos funcionários, além de esclarecer a comunidade. Ricardo disse que é justa a preocupação da comunidade, segundo ele caso não tivesse ocorrido o sinistro não haveria tanto alarde pois é comum fábricas parecidas estarem localizadas no meio urbano. Ricardo falou que a PMAR faz a sua parte e a FEEMA é a responsável por este tipo de empreendimento, se colocou a disposição para maiores esclarecimentos junto a comunidade. Falou do Plano de Emergência e do compromisso assumido pelo empreendedor. Suguiu que o empreendedor traga a comunidade para dentro da fábrica para ver como funciona. Explicou como funciona a amônia e concluiu dizendo que ela dá o alarme através do cheiro e irritação. Raul levantou com os senhores Samuel e Paulo no que diz respeito aos critérios da FEEMA. Levantou para colocação preliminar quanto ao papel da Prefeitura, chamou a atenção (a atenção) do empreendedor quanto a dois aspectos: atropelamento do processo na questão do treinamento e falta de treinamento dos funcionários. Lembrou que a Prefeitura foi a primeira a fechar a fábrica por estar funcionando irregularmente. Perguntou ao Fernando como a FEEMA procede quando há seguidos vazamentos. Fernando explicou que a fábrica é automaticamente interditada. Raul destacou que há um débito do empreendedor com a comunidade pois houve vazamento grande um acidente, e falou que cabi ao proprietário e FEEMA tentar recuperar esta credibilidade com medidas preventivas, lembrou dizendo que acha possível a convivência dos moradores com a fábrica e destacou a importância do empreendimento enquanto gerador de emprego. Samuel cobrou a participação da comissão eleita e falou que não tem nada dentro o empreendimento, lembrou também a participação e envolvimento do empreendedor com a comunidade. Informou que por duas vezes seguidas o empreendedor foi convocado e não compareceu nem a Câmara nem a Associação de moradores. Se colocou aberto para o diálogo e cobrou entendimento,

lembrou que o empreendedor deve pelo menos cumprir a lei e pediu para que o se-
 nhor Fidél participasse na próxima reunião do conselho. Luciano perguntou se a
 bomba de água seria automática. Fernando disse que não, mas ^{existia} um operário
 próximo ao sistema para acioná-lo sempre que necessário. Senhor Paulo disse que
 está há quatro anos na presidência da associação e ressaltou que não é contra o
 empreendimento, embora um esclarecimento mais, segundo ele o processo é irre-
 versível, se fazendo necessário um maior entrosamento, porque uma comunidade
 pacífica e tranquila precisa ter as garantias mínimas necessárias pa-
 ra dormir tranquilo sem risco de invasões de área, principalmente nas En-
 queas. O coordenador destacou que o papel da comissão citada pelo senhor Paulo
 foi a de acompanhar o processo de vistoria da fábrica e sugeriu que se criasse
 uma nova comissão com membros da comunidade, do conselho para acompa-
 nhar o Plano de Emergência. Fernando da FEEMA ressaltou a necessidade de se
 produzir uma cartilha para esclarecer melhor a comunidade. Disse ainda que
 todas as demais fábricas de gelo da cidade deverão fazer um Plano de Emergên-
 cia. Lembrou que elas já foram inclusive notificadas quanto a respectiva exi-
 gência. Senhor Fidél justificou sua ausência nas reuniões e disse que está de
 braços abertos para receber a comunidade, disse ainda que a simulação não foi
 feita porque os técnicos da FEEMA não puderam vir à Ruça. Lembrou que exis-
 te estódo na área lúca de cento e cinquenta toneladas de pescado. Justificou
 sua ausência na Câmara, pois precisava de algumas informações assessorias.
 Ratificou o convite feito à comunidade e concluiu dizendo que só está esperando a
 FEEMA para fazer a simulação, quando chegar por lávidade toda a comunida-
 de. Respondeu ao senhor Tarásio Dias que a bomba de água é quase automática
 pois ficará um operário bem próximo a porta, para ligar o sistema de pro-
 tecção. Senhor Paulo pediu que se instale uma sirene para dar o alarme em
 caso de sinistro. Senhor Fidél informou que iria providenciar. Álvaro propôs
 que fosse criada uma comissão para acompanhar o processo. Foram então neo-
 lhidos os seguintes conselheiros: Alberto Fabrini e Demerval, representantes da FEEMA,
 representantes da Praia do Anil, e Manoel da Estalça, Ricardo e Paul da Pre-
 feitura. O primeiro passo da comissão seria agendar com a FEEMA uma reu-
 nião para esclarecimentos sobre o Plano de Emergência. O coordenador passou
 então para os informes, comunicou a renovação do decreto nº 550 de vinte e um
 de setembro de mil novecentos e noventa e quatro e do decreto número 551 de

28

de vinte e seis de setembro de mil novecentos e noventa e quatro, informou que no dia vinte e quatro de setembro concluiu o Documento Municipal, elaborado pelo respectivo comitê. Informou que o representante do C.M.U.M.A. no Documento foi o Conselho Municipal. Plínio falou que a PMAR inscreveu um trabalho no Congresso Brasileiro de Arquitetura e Urbanismo que irá acontecer em Fortaleza de vinte e dois a vinte e sete de outubro. O trabalho inscrito trata da gestão democrática com ênfase no bom trabalho de urbanismo, concluindo dizendo que a PMAR será representada pelo Arquiteto César Veloso de Jesus e Plínio Soares dos Santos, informou também que receberam a visita de um representante do Instituto Brasileiro de Urbanismo que se interessou por alguns projetos. O coordenador concluiu a reunião dizendo que o objetivo da visita do Brasileiro seria implantar aqui um programa de cooperação técnica nas áreas ambientais e de urbanismo e realizar um intercâmbio com vistas a troca de experiências, além de possibilitar a captação de recursos para projetos básicos. Plínio justificou a falta do Conselho Pedro Odalga e deu por encerrada a reunião que teve esta ata lavrada por mim Plínio Soares dos Santos.

[Signature]
Plínio Soares dos Santos

[Signature]
Márcio

[Signature]
S. da S.
CREA-RS

[Signature]
Márcio

[Signature]
Márcio

[Signature]
Márcio

[Signature]
Márcio

[Signature]
Márcio

[Signature]
Márcio

2º Distrito

PMAR/SP

PMAR

[Signature]
Márcio

[Signature]
Márcio

[Signature]
Márcio

[Signature]
Márcio

[Signature]
F. Pires

(PMAR)

(PMAR)

(PMAR SP)

CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE			ATA REUNIÃO Nº: 0109		
			DATA: 02/09/99 FOLHA Nº 01		
PRESENTES	TITULAR	SUPLENTE	PRESENTES	TITULAR	SUPLENTE
COORDENADOR	<i>[Signature]</i>		ÁREA RURAL		
PLAN. TERRITORIAL MEIO AMBIENTE	<i>[Signature]</i>		AECEAR	<i>[Signature]</i>	
CAB. PREFEITO		<i>[Signature]</i>	COMAM		
SECRET. DE OBRAS PROC. GERAL			1º DISTRITO	<i>[Signature]</i>	
ATCV			2º DISTRITO	<i>[Signature]</i>	
SAPE	<i>[Signature]</i>	<i>[Signature]</i>	3º DISTRITO		
CREA/RJ	<i>[Signature]</i>	<i>[Signature]</i>	4º DISTRITO		
PESCA	<i>[Signature]</i>		5º DISTRITO		
MOV. SINDICAL	<i>[Signature]</i>		6º DISTRITO		
			ASSOC. MORAD. LOCAL		

Local: Salão Nobre da PMAR.
 Hora: 18.00 horas.
 pauta: Discussão sobre AIE - Área de Interesse Ecológico.
 Dando início a reunião o Coordenador Paul Roberto Vaz, passou a palavra ao arquiteto Lauro Velloso de Abreu que explicou a proposta. Após foram feitos debates e ficou concluído que deverá ser retomada a discussão para as próximas reuniões tendo em vista a necessidade de mais informações a respeito das áreas e da realização de mais discussões. O Conselho Municipal do Amaral se comprometeu a contactar a Câmara Técnica do CREA para subsidiar o levantamento de informações para o embasamento da discussão.

CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO E		ATA REUNIÃO Nº
Nome	Entidade	0119
<u>CASSIO VELOSO DE ABREU</u>	<u>SP/PMAR</u>	
<u>JOSE CARLOS F. FORTES</u>	<u>GO/PMAR</u>	
<u>ALEXANDRE MANDONÇA VIEIRA A-FR</u>	<u>RECENAR</u>	
<u>WILSON ROSA REIS JUNIOR</u>	<u>SP/PMAR</u>	
<u>ALCEO A. B. LOPES</u>	<u>ASSOC. MON. AGRIC. - 2º DISTRITO</u>	
<u>Polícia Municipal de São Agostão</u>	<u>2º DISTRITO</u>	
<u>MARCELO A. DO AMARAL</u>	<u>Associação Sindical</u>	
<u>FRANCISCO EDUARDO DA A. CAEDINA</u>	<u>CRGA-RS</u>	
<u>MARIA ANGELIKI P. AUGUATI</u>	<u>PMAR / SP</u>	
<u>WELINGTON FERNANDES DA SILVA</u>	<u>CRGA-RJ</u>	
	<u>PMAR / SP</u>	
	<u>PMAR / SP</u>	

Lista de Presença

Assunto: AIE - Área de Interesse Ecológico
 Dia: 02/09/99
 Local: Sala do Nobre de PMAR
 Horário: 18:00 hrs

ATA REUNIÃO N.º 114

**CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO
E MEIO AMBIENTE**

DATA: 13/01/2000 FOLHA N.º 02

PRESENTES	TIULAR	SUPLENTE	PRESENTES	TIULAR	SUPLENTE
Coordenador					
Plan.			Área Rural		
Territorial					
Meio			AECEAR		
Ambiente			COMAM		
Gab. Prefeito					
Secretaria			1º Distrito		
De Obras			2º Distrito		
Proc. Geral			3º Distrito		
ATCV			4º Distrito		
SAPE			5º Distrito		
CREA/RJ			6º Distrito		
Pesca			Assoc. Morad. Local		
Adv. Sindical					

Local:

Salão Nobre da PMAR

Hora:

18.00

Pauta:

Área de Interesse Ecológico.

Bandos início à reunião o Coordenador Paul Ribério Vaz, passou a palavra ao Arquiteto da PMAR, Cássio Veloso de Albreu que deu continuidade a apresentação do projeto iniciado na reunião do dia 02/09/1999. Foram debatidas as diversas opiniões dos presentes. Maria José do Santos, moradora do Abrão, Ilha Grande, informou que o prefeito havia assinado o decreto 1543/98, permitindo edificações nas AIEs, Maria José, solicitou que este decreto fosse revogado até a definição do tema. Os conselheiros decidiram aprofundar mais no assunto, fixando marcado o retorno desta pauta para a reunião do dia 16/03/2000. Passando para o informe, o conselheiro Sírio apresentou o senhor Avelino Feliciano da Silva que solicitou a formação de uma comissão

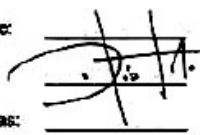
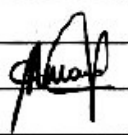
CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE				ATA REUNIAO N.º	
				DATA:	FOLHA N.º
PRESENTES	TIULAR	SUPLENTE	PRESENTES	TITULAR	SUPLENTE
Coordenador					
Plan.					
Territorial			Área Rural		
Meio					
Ambiente			AECEAR		
Gab. Prefeito			COMAM		
Secretaria					
De Obras			1º Distrito		
Proc. Geral			2º Distrito		
ATCV			3º Distrito		
SAPE			4º Distrito		
CREA/RJ			5º Distrito		
Pesca			6º Distrito		
Mov. Sindical			Assoc. Morad. Local		
Local:					
Hora:					
Pauta:					
Para a preservação do rio Brachy, em seguida o Conselho foi Autônomo dos Remédios solicitou que na próxima reunião fosse incluído como ponto de pauta a Bacia hidrográfica do rio Arvore. Após foi encerrada a reunião.					

CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO E		ATA REUNIÃO Nº: 0100
Assunto: Área de Interesse Ecológico	Lista de Presença	
Data: 13/01/2000		
Local: Salão Nobre do PMAR		
Horário: 18.00		
nome	Entidade	
Flávio Ferreira	PMAR - S.O	
André Pereira	PMAR - S.O	
Fernando Sousa	Assoc. Mor. Angra L- 2º Dist.	
Alexandre Lúcia	AGEAR	
Carlos Eduardo S. Alves	SAPE	
Francisco Fontes de A. Cardina Juf.	CNET/PJ	
João Manoel Nogueira	SAPE	
JOÃO DUARTE DA SILVA	PMAR - P.G.	
RAUL RIBEIRO UAZ	PMAR - SP	
DIRECIV BORIN	A.T.C.V. Cunha	
Carla Luiz J. Bastos	SAPE	
Manoel José de A. Costa	Assoc. Mor. Angra L- 2º Dist.	

CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO E		ATA REUNIÃO Nº: 0100
Assunto: <u>Lista de Presença</u>		
Dia: <u>13/01/00</u>		
Local: <u>Salão Nobre da PMPA</u>		
Horário: <u>18h00</u>		
nome	Entidade	
<u>MAURIZA MOREATELLI BULLHÖES</u>	<u>Des. Vereadora LIA</u>	
<u>Paulo C. Filho</u>	<u>Biólogo (Azu)</u>	
<u>José Renato D. Soares</u>	<u>ATM. Economistas - ASSODA 21</u>	
<u>Raul de Carmo Aguiar (UA)</u>	<u>Câmara Municipal</u>	
<u>Marcelo T. de Costa</u>	<u>Leões / Jost.</u>	
<u>Regulini aparinno oforina</u>	<u>ACMG II</u>	
<u>[Assinatura]</u>	<u>Foral Boga nro.</u>	
<u>[Assinatura]</u>	<u>comum</u>	
<u>Maíra Valverde</u>	<u>SAP E</u>	
<u>Agm Agnês Tiller</u>	<u>SIND. ELETRICITÁRIOS</u>	
<u>José Rom Aulz</u>	<u>Ag-21</u>	
<u>Fabiano Aguiar da Silva</u>	<u>Marque da quantidade Rio Branco</u>	

CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO E		ATA REUNIÃO Nº: 0100
Assunto: Dia: 13/01/2000 Local: Salão Nobre da PMUR Horário: 18:00		
Lista de Presença:		
Nome	Entidade	
Liliane Flávia General	PMUR / SP / PDET	
Maria José Aguiar Costa	marinês	
Paula Lúcia Pereira	Assoc. Produtoras de Vassouras Grande	
José Roberto Souza dos Santos	CPUR	

*com o educador
N assinau*

CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE			ATA REUNIÃO Nº: 113		
			DATA: 03/02/00		
PRESENTES	TITULAR	SUPLENTE	PRESENTES	TITULAR	SUPLENTE
Coordenador:					
Plan. Territorial:			Área Rural:		
Meio Ambiente:			AECEAR:		
Geb. Prefeito:			COMAM:		
Secretaria Obras:			1º Distrito:		
Proc. Geral:			2º Distrito:		
ATCV:			3º Distrito:		
SAPE:			4º Distrito:		
CREA/RJ:			5º Distrito:		
Pesca:			6º Distrito:		
Mov. Sindical:			Assoc. Morad. Local:		
Local: <i>Salão Nobre da PMAR</i>					
Hora: <i>18:00h</i>					
Pauta: <i>- Área de Interesse Social na localidade do Peregrino</i> <i>- Apresentação do Relatório elaborado pelo CREA/RJ sobre AIE das Ilhas: Grande e Gipsóia</i>					
<i> dando início a reunião o coordenador Paul Roberto Vaz, que passou a palavra ao arquiteto da PMAR, Lásio Veloso de Alencar que apresentou proposta da Área Especial de Interesse Social do Peregrino. Após a discussão ficou encaminhado que será marcada reunião na comunidade local para discutir a questão da infraestrutura conforme o item 3.4 da proposta. Passando para o próximo ponto - O Conselho Municipal de Meio Ambiente, o engenheiro do CREA/RJ, Paulo César Gomes dos Santos apresentou o relatório da Comissão de Meio Ambiente do CREA/RJ a respeito da AIEs da Ilha Grande e Gipsóia. O Conselho Municipal passou a examinar uma recomendação de reatuar os procedimentos que não cumprem a legislação Ambiental. Passando para o próximo ponto o coordenador avisou que na próxima reunião</i>					

CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE	ATA REUNIÃO Nº:	
	DATA:	FOLHA Nº:
nao da Associação de moradores do Perequê dia 21/02/2000 sua agendada reunião específica para tratar da AIE do Perequê. Su- formou também que a visita as AIE das Ilhas Grande e Cipóia sera dia 12/02 sábado às 9.00 horas O coordenador pro- poreu no informe acerca da di 900/2000, 893/2000 e 894/2000 fa- ram sancionados pelo prefeito e aguardando publicações. Após foi encerrada a reunião.		

[illegible]

Assunto:

Data:

Local:

Horário:

Lista de Presença

Nome

Entidade

	<i>Manoel Tavares de Costa</i>	<i>Manoel Tavares de Costa</i>
	<i>Carlos Roberto de Almeida</i>	<i>Carlos Roberto de Almeida</i>
	<i>João de Deus</i>	<i>João de Deus</i>
	<i>Manoel Tavares de Costa</i>	<i>Manoel Tavares de Costa</i>
	<i>Carlos Roberto de Almeida</i>	<i>Carlos Roberto de Almeida</i>
	<i>Manoel Tavares de Costa</i>	<i>Manoel Tavares de Costa</i>
	<i>Carlos Roberto de Almeida</i>	<i>Carlos Roberto de Almeida</i>
	<i>Manoel Tavares de Costa</i>	<i>Manoel Tavares de Costa</i>
	<i>Carlos Roberto de Almeida</i>	<i>Carlos Roberto de Almeida</i>
	<i>Manoel Tavares de Costa</i>	<i>Manoel Tavares de Costa</i>

CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE				ATA REUNIÃO N.º 117	
PRESENTES		TIULAR		SUPLENTE	
Coordenador _____ Plan. Territorial Meio Ambiente _____ Gab. Prefeito Secretaria e Obras _____ Proc. Geral _____ ATCV _____ SAPE _____ CREA/RJ _____ Pesca _____ Mov. Sindical _____ Área Rural _____ AECEAR _____ COMAM _____ 1º Distrito _____ 2º Distrito _____ 3º Distrito _____ 4º Distrito _____ 5º Distrito _____ 6º Distrito _____ Assoc. Morad. Local _____					
Local: SALÃO NOBRE DA PMAR					
hora: 18:00					
Pauta: — CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO SOBRE AIE's — BACIO HIDROGRÁFICA DO RIO ARIRÓ (CONFORME SOLICITAÇÃO DO CONSELHEIRO JOSÉ ANTÔNIO DOS REMÉDIOS)					
Dando início ao Primeiro ponto de pauta, o Coordenador propôs encaminhar a reunião perguntando se alguma entidade apresentaria uma nova proposta em contraponto ou em complementação à proposta dele/dela, apresentada pela PMAR. A SAPE apresentou uma nova proposta que pressupunha a rejeição da proposta de PMAR. A seguir, o coordenador tentou formular encami-					

MEMO DE REUNÃO

16/03/2000

ESSENTES	TIULAR	SUPLENTE	PRESENTES	TITULAR	SUPLENTE
Coordenador					
Coordenador			Área Rural		
Coordenador			AECEAR		
Coordenador			COMAM		
Coordenador			1º Distrito		
Coordenador			2º Distrito		
Coordenador			3º Distrito		
Coordenador			4º Distrito		
Coordenador			5º Distrito		
Coordenador			6º Distrito		
Coordenador			Assoc. Morad. Local		

Local: SALÃO NOBRE DA PMAR

Hora: 18:00

Pauta: VIDE VERSO.

nhamentos para a reunião. Várias manifestações exal-
tadas partiram da assistência e, dado o nível de
intranquilidade, o Coordenador decidiu suspender a
reunião em curso.

Lista de Presença

Assunto:
Dia:
Local:
Horário:

Nome	Entidade
CASSIO VELOSO DE ABELO	PRDT/SP - PMAR
Jose Jubaia dos Reis Junior	COMAR
ARON N. PEREIRA JUNIOR	PMAR - SP
Flavio Cesar Pereira Torres	PMAR - SO
Leonardo Dirceu Boas	A.T.C.U.
MARIA Vitor RIBEIRO	PMAR
17.11.11	AFCEAR
ALEXANDRE LUENA	PESCA
fechando	Movimento Sindical
20.11.11	2º Distrito
FERNANDO S. Souza	PMAR - PG
JOÃO DUARTE DA SILVA	

Lista de Presença

Assunto:

Data:

Local:

Horário:

Nome

Entidade

Demétrio de Oliveira Thomas
 Marcos A. de Aguiar Araújo
 Fernando de Souza

F. PUGNA
 CREA-RJ
 SP/PMRR
 SH/PMRR

WELINGTON DA SILVA
 Carlos Eduardo Silva
 Ailton da Silva

SAPÉ
 ABAR

Coord. Regional - 5º Distrito
 Coordenador Técnico do Conselho

João d. M. Rosa
 Maria Aparecida F. das Remédias
 EDUARDO LOPES DE ALMEIDA
 Regiane Cely Silva de Paiva

SAPÉ
 SAPÉ
 POÇO I MORADA
 AGENDADA / GERAL

Lista de Presença

Assunto:
Dia:
Local:
Horário:

Nome

Flávia Heira
Paula Clauda
Eunice PEREIRA TEIXEIRA
Luciana Pinho
José Fernando Lopes Lima
Marta Maria Dória
Lúcia C. Dória
Lúcia FERNANDA LOPES DA SILVA
Rui Carlos Silva Nunes Filho
Antônio E. Conceição e Silva
Lúcia FERNANDA LOPES DA SILVA
Antônio José Pereira da Silva

Entidade

Associação Ecológica Pense S.C.
Bicho Verde
TV. TUPINAMBA
RAIA DA LONGA. CONS. CONDOMÍNIO (I-900)
RAIA GRANDE de Ananias S.C.
Associação Ecológica
TV. TUPINAMBA
SAFE
COM. ECOLÓGICA
ASS. DE AOE. DO SEMINÁRIO DO FRAJE
Ecológico
SE - PIVAR

Lista de Presença

Assunto:

Data:

Local:

Horário:

Nome

Entidade

Marinifone Barros de A. Castro

Luiz Carlos Rocha

Carlos Luiz de Jesus Bastos

Antonio de S. (Socema)

Reinaldo de Jesus

Alexandre G. O. Silva

Mary Alice Duda

Jaqueline Maximo Moreira

Maria Angeliki P. Aguiar

Vídeo Lucia Campos Soares

Carla

Marinifone Barros de A. Castro

Socema

Socema

3º Distrito

CODIG. Socema

Socema

A.O.M.G. II

Terra Verde

PMAR/SP

PMAR/PG

Socema

Lista de Presença

Assunto:

Did:

Local:

Horário:

Good

Nome

Entidade

7/2/20

Am. A.M. (MARIVAS)

Sindibeto-8J

VERT (Pergusa)

UFRJ (Pescaria)

SEDE - Agra

Dr. Antônio Acadêmico da UFF

WUSA

UFF (Estudante Pedagogo Junior)

5992

CENDA 21

for the 12th

Power (Singer)

Nové Město na Sázavě

James M. Peck

Don't Deny it L. Lopez

[illegible]

For James J. Brande

Amendments

Ilona Vanina B. Jurek

CELENO JAMES MONCATO

James B. Jones

8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997 998 999 1000 1001 1002 1003 1004 1005 1006 1007 1008 1009 1010 1011 1012 1013 1014 1015 1016 1017 1018 1019 1020 1021 1022 1023 1024 1025 1026 1027 1028 1029 1030 1031 1032 1033 1034 1035 1036 1037 1038 1039 1040 1041 1042 1043

Lista de Presença

Assunto:

Qig:

Local:

Horário:

Nome	Entidade
Camargo Reis - Eng. Florestal	Comitê em Defesa do I. Grande
Pigatto, Carlos	Fundação Ecologica de São Paulo
Paulo Sérgio	
Paulo Cesar de Oliveira (amsm)	
Carlos Antônio R. Aguiar	SNUS / PMSR
Quedano	Grupo de opoia ao Meio Ambiente - G.A.M.A
Pedro Paula	Comunidade
Alípio Gami	Comunidade Municipal
Paulo Roberto Filho	Associação
Roberto IAREDE	EPDPA
Maria Amélia Voti	

Lista de Presença

Assunto:

Dia:

Local:

Horário:

Nome

Entidade

Wladimir Antônio Nunes

Wladimir S. S.

Marcelo Simões Rodrigues

Fabio Fernando de Oliveira

A

maré **A'A** **OBRA**

**Mercado**
O prefeito Fernando...
res: fazer obras p...
de trabalho e de...

Descoberta de gás e óleo muda Angra

A descoberta de óleo e gás na Bacia de Santos vai provocar uma revolução na economia da região. Foram localizadas na bacia, próximo a São Sebastião, cerca de 435 milhões de barris de óleo leve de excelente qualidade, ainda sob avaliação exploratória para futura declaração de comercialidade, e 419 bilhões de metros cúbicos de gás natural (2,6 bilhões de barris de óleo equivalente), dos quais 70 bilhões já foram anunciados como reservas potenciais em abril de 2003.

Por Liliâne Cabral

A Petrobras, com o objetivo de dirimir dúvidas sobre recentes descobertas de petróleo e gás natural realizadas pela companhia, informa que nos últimos 12 meses foram descobertos, no Brasil, cerca de 4 bilhões de barris de óleo e 419 bilhões de metros cúbicos de gás natural (2,6 bilhões de barris de óleo equivalente), totalizando 6,6 bilhões de barris de óleo equivalente potencialmente recuperáveis.

O gerente do Tebig, Geraldo Marfuti, disse que ainda não tem noção até aonde essa revelação vai impactar o município. "Não sabemos ainda de nada. Estamos em fase embrionária", lembrou. Ainda há um longo caminho

a percorrer. O executivo da Petrobras afirmou que, em quatro anos, os projetos de viabilidade da produção de gás de Santos estarão prontos, e que ainda serão necessários mais quatro para que os poços entrem em operação. Mas garante que os trabalhos podem ser acelerados devido à importância das descobertas. "Num primeiro momento pensava-se numa obra pequena, mas não foi assim. Agora começam os estudos e realizam-se instalações, só depois começam a trabalhar apoios. E Angra dos Reis pode ser um desses suportes," analisou o gerente do terminal em Angra sem precisar se haverá aumento dos índices dos royalties repassados ao município. "Tudo vai depender da movimentação de petróleo. Pode-

mos aumentar o faturamento, mas ainda é cedo para falar."

Mesmo com uma expectativa de trabalhos para um início daqui a quatro anos, alguns segmentos da cidade já começam a se mobilizar. A Planeta Operadora está otimista com a possibilidade de criar mais atividades no porto. "No nosso entendimento

esse é o boom do desenvolvimento e crescimento da região, que será beneficiada. Temos chances de ter aqui uma base de apoio de terra para as atividades de offshore", comemora o diretor da empresa Jorge Granado, que já está se preparando, há três meses, para participar de licitações da Petrobras. "Onde tem petróleo tem empresas se instalando", lembra.



Futuro No alto mar na frente de Angra, plataformas como essa explorarão petróleo e gás mudando o rumo econômico

POLÍTICA AMBIENTAL

Por Armando Antonio de Brito Neto*

Costa Verde: Conurbação ou Transversalidade?

"Fazer com que a política ambiental perpassse todas as decisões de governo não depende só de boa vontade, mas é preciso criar as engrenagens para que isso aconteça, pois as estruturas existentes foram feitas para funcionar separadas" - Ministra Marina Silva

Conurbação é o fenômeno de aproximação e fusão espontânea entre malhas urbanas próximas que se pode verificar na formação das principais regiões metropolitanas de todo o Brasil. O processo de conurbação mais extenso e importante que se verifica em todo o Brasil é o de fusão entre as malhas urbanas do Rio de Janeiro e de São Paulo ao longo de dois eixos viários: Via Dutra e a Rio-Santos. Uma gestão de Bacia focada apenas no objetivo de controle da água, como é definida na legislação das bacias hidrográficas, é insuficiente para a reversão de todos os problemas que existem na região. É o mesmo que tentar curar um doente reduzindo-se apenas a febre.

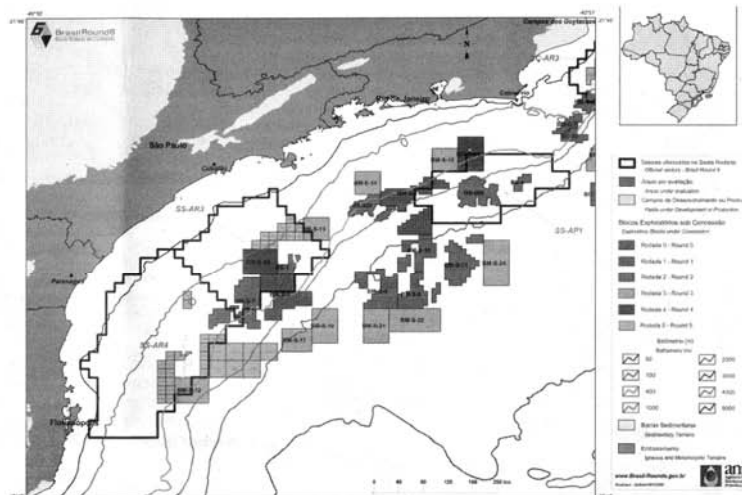
A Ministra de Meio Ambiente Marina Silva trouxe ao primeiro plano da política ambiental o conceito da transversalidade, ou seja, a idéia de que as políticas socioambientais devem ser transversais e, portanto, atravessar ou perpassar todo o conjunto das políticas públicas capazes de influenciar todo o campo socioambiental. A transversalidade é o único instrumento de que dispomos para lidar, ampla e adequadamente, com o mais vultoso desastre ambiental que se descortina no horizonte do tempo e refiro-me ao segundo eixo de conurbação entre o Rio de Janeiro e São Paulo, através da Rio-Santos, que começou a ser construída no final da década de 60 e foi inaugurada por completo em 1975.

Ainda na década de 70, ao longo do eixo da Rio-Santos, o Governo Federal deu início a implantação de duas usinas atômicas e foram construídos os dois maiores, dos quatro terminais de petróleo da Petrobrás, o TEBAR, em São Sebastião e o TEBIG em Angra dos Reis. Nas décadas de 80 e 90 entraram em operação os Portos de Sepetiba, em Itaguaí e de MBR em Mangaratiba,

que se somaram aos tradicionais Portos de São Sebastião e de Angra dos Reis. O ciclo de crescimento acelerado da região, em consequência da abertura da Rio-Santos se estendeu do início da década de 70 até o ano de 1999, quando acabaram as obras de Angra 2 e faliu o Estaleiro Verolme.

Agora, o Governo Federal dá início a um novo ciclo de crescimento para a região e que terá um impacto muito maior e por um horizonte de tempo muito mais longo do que o ciclo inicial de crescimento registrado na década de 70. A contratação imediata e próxima de mais cinco plataformas de exploração de petróleo, cada uma podendo gerar até 6.000 novos empregos, para as quais o antigo estaleiro Verolme, atual Bras-Fels, é extremamente competitivo, já que se beneficia, agora, de isenção quase total de impostos que o Município de Angra dos Reis e o Governo do Estado do Rio de Janeiro foram quase que obrigados a conceder para garantir a competitividade da empresa e ajudar a reverter um dramático quadro de desemprego, mas de outro lado, a inexistência de arrecadação local por certo irá reduzir a capacidade de resposta dos governos estadual e municipal na hora de se fazer a gestão dos impactos ambientais decorrentes do crescimento econômico explosivo da região.

Outro projeto de impressionante expressão e nenhuma planificação socioambiental de caráter estratégico é a exploração daquela que vai ser a maior bacia produtora de petróleo e gás do Brasil: a Bacia de Santos. Não se tem conhecimento da elaboração de estudos ou planos que contemplem a avaliação dos aspectos estratégicos que se referem as bases em terra que se fazem necessárias para a implantação de um complexo de prospecção e exploração de petróleo desta dimensão. Mas todos conhecemos muito bem o acelerado processo de desenvolvimento que ocorreu em Macaé e que excluiu sua população original dos frutos do progresso. Se este processo não for bem planejado e conduzido, como um todo, se possível cuidando-se para que a responsabilidade por receber as bases operacionais das empresas petrolíferas seja distribuída entre todos ou, pelo menos, entre a maioria dos municípios da Costa Verde e zelando pela qualificação da mão de obra local para participar deste novo ciclo de crescimento econômico, isto poderá resultar, na criação, de uma nova e impressionante ge-



Outro projeto de impressionante expressão e nenhuma planificação socioambiental de caráter estratégico é a exploração daquela que vai ser a maior bacia produtora de petróleo e gás do Brasil: a Bacia de Santos. Não se tem conhecimento da elaboração de estudos ou planos que contemplem a avaliação dos aspectos estratégicos que se referem as bases em terra que se fazem necessárias para a implantação de um complexo de prospecção e exploração de petróleo desta dimensão. Mas todos conhecemos muito bem o acelerado processo de desenvolvimento que ocorreu em Macaé e que excluiu sua população original dos frutos do progresso.

ração de excluídos.

Finalmente, não podemos deixar de registrar, com espanto, que a implantação de Angra 3 continua sendo um objetivo permanente do Governo Federal, independentemente de quem esteja ocupando a Presidência da República, mesmo levando-se em consideração o fato de que as reservas de gás brasileiras, ainda mais abundantes nas jazidas da Bacia de Santos, seriam suficientes para justificar - economicamente - a erradicação da geração nuclear de energia elétrica no País.

O que estamos propondo é, exatamente, a criação de uma instância articuladora e "transversalizadora" de todas as ações governamentais federais, estaduais, municipais e da sociedade civil tendo em vista as repercussões (consequências) ambientais isoladas ou combinadas destas ações numa dada região ambiental com uma certa homogeneidade, grande importância e impressionante fragilidade, como é o caso da Costa Verde, de São Sebastião, em São Paulo, até Itaguaí, no Rio de Janeiro.

uma instância articuladora de todas as ações capazes de interferir na qualidade de vida e do meio ambiente.

Estamos propondo a criação de uma instância articuladora e "transversalizadora" de todas as ações governamentais federais, estaduais, municipais e da sociedade civil tendo em vista as repercussões (consequências) ambientais isoladas ou combinadas destas ações numa dada região ambiental com uma certa homogeneidade, grande importância e impressionante fragilidade, como é o caso da Costa Verde, de São Sebastião, em São Paulo, até Itaguaí, no Rio de Janeiro.

Esta é a essência política da justificativa desta proposta de criação de um Comitê de Articulação para o Desenvolvimento Sustentável da Costa Verde: existe uma região interestadual extremamente importante, sob o ponto de vista econômico e ambiental, que será objeto de

um rápido processo de crescimento econômico promovido por grandes intervenções federais, de tal ordem, que estarão muito além da capacidade de planejamento e gestão dos estados e municípios isoladamente. E os municípios devem ser especialmente protegidos de equívocos e de falhas no planejamento, nas decisões e nas ações dos diversos órgãos e empresas públicas e privadas que irão atuar na região, sendo assim é que se faz necessária a criação de um comitê, cuja missão seja articular, de forma transversal, totalmente participativa, o planejamento e as próprias intervenções pró-desenvolvimento que ocorrerão na região, de forma a garantir a recuperação ambiental das áreas degradadas, o uso sustentável das áreas preservadas e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Nota do editor: a versão integral do texto do autor pode ser lida no site www.jornaldomeioambiente.com.br

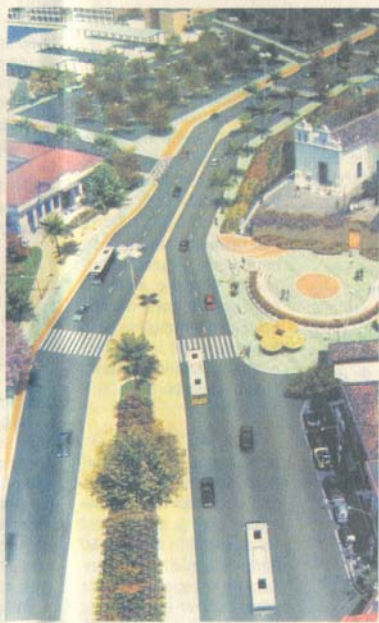
* Armando Antonio de Brito Neto (armando@lei.adv.br) é consultor ambiental da Prefeitura de Angra dos Reis e colaborador do Jornal do Meio Ambiente. Visite o site do Armando e tenha acesso gratuito à coletânea da Legislação Ambiental Brasileira atualizada até o ano 2.000: <http://www.lei.adv.br>

Prefeito quer terrenos de Docas

Angra Maravilhosa



Nova Cara No projeto de reurbanização, somem correios e outros prédios. Abrem-se espaços e a Igreja da Lapa ressurgirá em todo seu esplendor



Há exatos 100 anos era inaugurada a Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, parte de um projeto urbanístico que colocou a então capital brasileira de frente para o mar. Ela tinha 30 metros de largura quando a maior da América Latina era a Avenida de Maio, em Buenos Aires, com 20 metros. Surgiram na mesma época as avenidas Beira Mar e Atlântica, entre dezenas de outras. O Rio virava a Cidade Maravilhosa. Um século depois, Angra dos Reis quer ficar também maravilhosa, mas o projeto depende de negociações com a Cia. Docas do Rio de Janeiro. Fernando Jordão diz que as conversas estão bem encaminhadas com simpatia da presidência de Docas, mas quer a união dos vereadores e população para empunhar a bandeira de retomada para o município de áreas como o Aterro do Carmo e São Bento. **Página 3 e editorial em Papo de Esquina.**



Papo de Esquina

João Carlos Rabello

Angra Maravilhosa

Foi uma bandeira prontamente abraçada por todos. O prefeito Fernando Jordão quer que a Cia. Docas entregue as áreas adjacentes ao porto para a Prefeitura e, no discurso da sessão inaugural do ano legislativo, pediu que os vereadores mergulhassem de cabeça na causa. (Veja reportagem na página 3).

O discurso de Fernando foi pontuado de nostalgia, especialmente para quem tem mais de pelo menos 40 anos. Afinal, a obra que modificou o porto terminou em 1974. Há exatos 30 anos.

Antes, a área onde está os armazéns do porto era pública. O porto se resumia ao cais e prédio do moinho. Ao lado existia uma rua onde se situava, entre outras coisas, um grupo de geradores a diesel, responsável pelo fornecimento de energia elétrica, já que Angra ainda não era interligada a rede da Celf (depois Ceri, hoje Ampla).

A obra executada pela Cobráulica, empresa de um deputado da Arena, juntou a Ilhota existente ao frente ao cais através de aterro. Aumentou a área em frente ao convento do Carmo e da Santa Casa surgindo ali o que passou a ser chamado de Aterro do Carmo. No São Bento foram acrescidas várias áreas e o mar que muito antes batia no mercado de peixes, ficou mais distante.

A velha Angra foi construída de costas para o mar, como todas as demais cidades coloniais portuguesas. É que normalmente o mar diante das cidades era uma lixeira e depósito de esgoto in natura, virando foco de doenças. Fora do litoral, as cidades eram construídas na beira dos rios que também eram escoadouro dos dejetos. Em Angra, isso também ocorria (e ainda ocorre) com o Rio do Choro vazando esgotos sem tratamento. Mar e rio poluídos.

As mudanças começam a se processar em 1902 na

cidade do Rio de Janeiro. Anos antes, um grupo de políticos brasileiros visitou Buenos Aires e ficaram impressionados com as avenidas de 20 metros de largura da capital argentina. No Governo do presidente Rodrigues Alves um projeto ousado derrubou centenas de construções para abrir a Avenida Central (hoje Rio Branco) com 30 metros de largura. Construiu-se o porto. A Avenida Beira Mar. A Avenida Atlântica e dezenas de outras avenidas e boulevards, seguindo a inspiração de Paris, a Cidade Luz, que sofrera a mesma revolução arquitetônica. O Rio virou-se de frente para o mar e transformou-se na Cidade Maravilhosa.

Mais de 100 anos depois, Angra também quer ficar maravilhosa. E para isso depende do entendimento com a Cia. Docas. Os aterros do Carmo e São Bento originalmente serviriam de retroporto, ou seja áreas onde se armazenaria mercadorias a serem embarcadas. Só que em 30

anos o porto nunca teve movimento que excedesse a capacidade de seus armazéns e pátio interno.

Só uma vez, um gerente do porto, diante da pressão do prefeito Reseck para ocupar as áreas de duplicar a avenida Júlio Maria, espalhou cargas da CSN por todas as áreas desnecessariamente. Uma bobagem. A Júlio Maria acabou duplicada e o gerente desgastado perante a opinião pública.

Se o porto vier mesmo a precisar de áreas extras de estocagem, há tanto espaço às margens da linha férrea que seria ridículo sacrificar o progresso e qualidade urbanas de Angra por teimosia de Cia. Docas. Aliás, essa agressão contra Angra não é culpa da atual diretoria. Isso veio da ditadura militar e o atual governo federal pode consertar essa injustiça e entrar para a história como Rodrigues Alves (aliás, nome da Avenida que beira o porto do Rio e sede da Cia. Docas).

ANEXO 10 - Fonte: Jornal Maré.

Angra dos Reis, 19 de setembro de 2003.

2 **maré** A'A



Papo de Esquina
João Carlos Rabello

Centro de Angra daqui a 10 anos

Se você torce para que um dia o Centro de Angra passe por uma transformação para atrair turistas, seu sonho ficou um pouco mais distante. Com a descoberta de gás e petróleo na Bacia de Santos, Angra ficou na cara do gol para se tornar a nova Macaé nos próximos dez anos.

Macaé fica de frente para os poços de petróleo da Bacia de Campos e lá se concentra toda base de apoio da Petrobras. Antes da Petrobras, Macaé procurava um espaço no mercado turístico com suas belas praias. Agora, o turismo ficou longe e a industrialização domina. O Centro cresceu, mas ficou feio. O bucólico deu lugar a expansão. Se sobram pepitas de ouro na areia da praia no trabalho para a Petrobras, porque cavar um túnel profundo para arriscar no turismo?

Com Angra não foi diferente. Na década de 50, o porto era nosso sustentáculo e tomou a frente da cidade. A pesca se profissionalizou com as tralheiras e ocupou outro naco. Duas atividades históricas que foram fundamentais para o sustento de gerações. Depois veio Verolme na década de 60, seguida de terminal da Petrobras e usinas nucleares na década de 70. Definitivamente a demanda criada era de trabalhadores da indústria e não de turistas. E o Centro angrense refletiu todas essas tendências sócio-econômicas.

Agora já se fala no porto de Angra centralizar o apoio à exploração de petróleo. (Veja reportagem nesta edição). Não poderia existir notícia mais alvisseira para geração de empregos. Mas a principal vítima será o turismo aqui no Centro.

A Prefeitura precisa então de um planejamento estratégico para daqui a 10 anos quando se projeta a operação plena dos poços de petróleo e gás. Ou determina áreas industriais onde instalará novas atividades e relocará antigas como um terminal pesqueiro, ou simplesmente desiste de fazer do centro um ponto de atração turística e entrega-o em caráter definitivo às atividades industriais.

Essa é uma decisão que precisa ser tomada a partir de agora para que o município não seja atropelado pelos fatos. É uma decisão que a população tem obrigatoriamente de participar e se conscientizar. Afinal, se não forem definidos o que queremos, serão as demandas que estabelecerão suas regras de mercado e nada será preservado.

Se a decisão for entregar o centro para a indústria, necessariamente o centro não precisa ser feio. É uma questão de ter um projeto. Por outro lado, estabelecer-se regras rígidas para que as áreas turísticas e ecológicas sobrevivam e floresçam.

Já disse e repito. O espaço físico e geográfico de Angra comporta cerca de 10 Búzios. É uma questão de armar um plano indutor, plantar as sementes e esperar geminar. Mas se não cuidar, o tufão Petrobras vai sepultar projetos de uma Angra bela e turística para todo o sempre. E pior: a população vai querer isso porque quem manda é a geração de empregos e renda.

© 2003 Angra dos Reis - Todos os direitos reservados

Expedição “Brasil Não é Nuclear” em Angra dos Reis

A Expedição “Brasil Não é Nuclear” realizada pelo Greenpeace, com o apoio da SAPE, busca impedir que o Governo Lula gaste bilhões de dólares na construção de mais uma usina em Angra dos Reis e em projetos como o submarino nuclear, a unidade de enriquecimento de urânio e a instalação de pequenos reatores nas regiões Norte e Nordeste.



Na contramão das iniciativas de diversos países, que estão repensando seus programas nucleares dado ao imenso risco que oferecem à população e ao meio ambiente do planeta, o governo brasileiro pretende retomar um antigo plano - construir a terceira usina nuclear do País, Angra 3. Apesar de mais de 80% da população brasileira ser contra o projeto, há setores do Governo Lula interessados na retomada do Programa Nuclear, que custou cerca de 40 bilhões de dólares ao Brasil.

Para alertar a população sobre o equívoco dessa iniciativa, o Greenpeace trará para Angra dos Reis um balão que simboliza o planeta Terra e que tem como principal papel atrair as pessoas para debaterem o assunto com especialistas e ativistas ambientais. O balão ficará ancorada e receberá visitantes durante todo o dia.

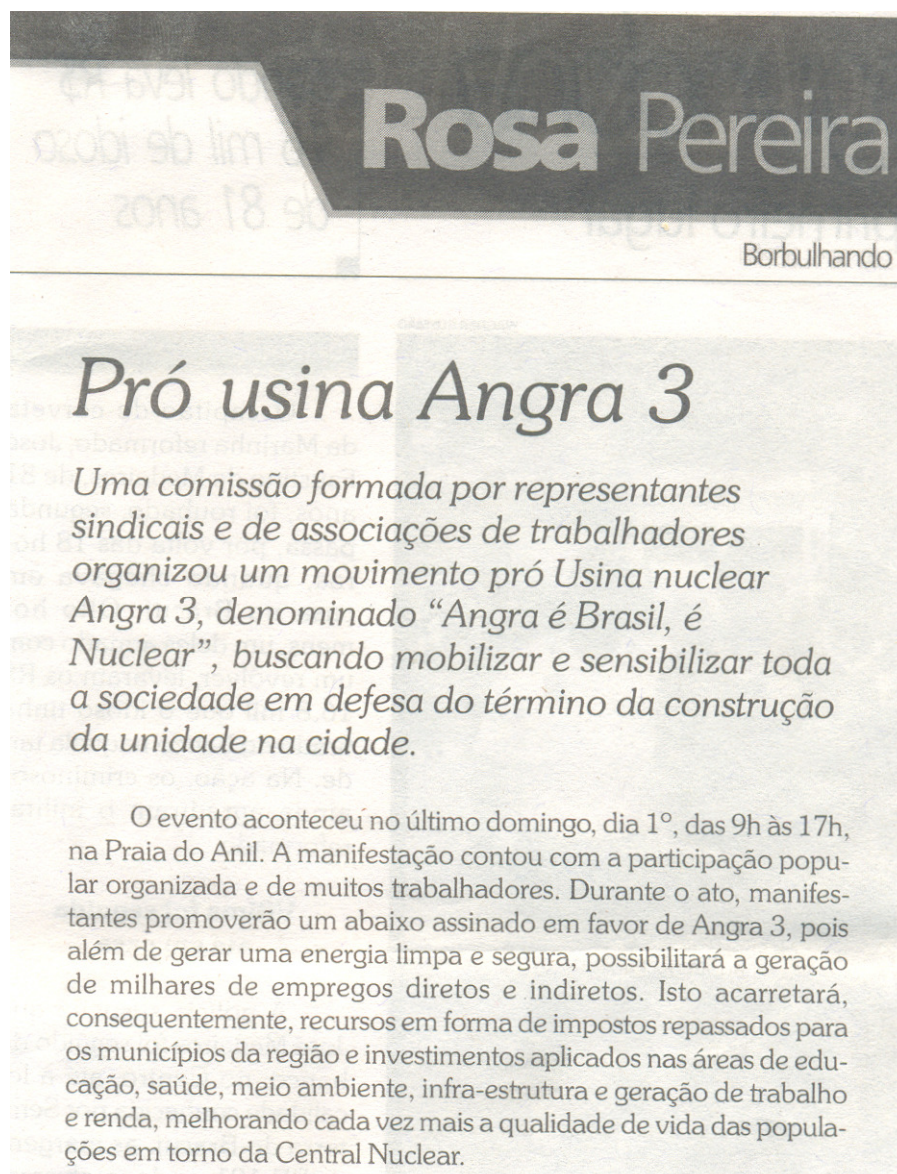
***Contamos com a sua presença na passagem da Expedição “Brasil Não é Nuclear” por Angra dos Reis, na terça-feira dia 26 de abril de 2005 das 8 às 10hs e de 16 às 18hs, na Praia do Anil.**

REALIZAÇÃO:

GREENPEACE

APOIO:

SAPE





Papo de Esquina

João Carlos Rabello

Vai sujar na Ásia

Para gerar quatro mil empregos no estaleiro BraFELS, pretende-se dragar 500 mil metros cúbicos de material e jogá-los onde? Na baía da Ilha Grande, é claro.

Não é de hoje que em nome do emprego vai se destruindo aquela que é chamada por todos os especialistas, a baía mais linda do mundo. Foi Petrobras, foi Sepetiba, foi MBR. Todos esses empreendimentos fizeram dragagens que aniquilaram a flora e fauna marinha da região.

Todas essas obras foram e são necessárias para o desenvolvimento da região. É incontestável também que a dragagem do BrasFELS é necessária. O que se contesta é a forma do despejo. Para economizar R\$ 6 milhões, acréscimo para despejar o material a oito milhas da Ilha Grande, estraga-se um patrimônio que Deus fez único no mundo.

Ora, esse patrimônio ecológico já gera em Mangaratiba, Angra e Paraty 37.600 empregos só nos condomínios de casas de veranistas. A renda média é de 3,5 salários mínimos e a renda familiar (já que muitas

vezes pais e filhos trabalham no mesmo condomínio) é de R\$ 2.100,00. Na área do turismo, só em Angra, entre hospedagem, restaurantes, receptivo, passeios de lanchas e saveiros, etc, gera-se 4.200 empregos na baixa temporada com picos de 5,5 mil na alta. E olha que esses dados são de 2001. De lá pra cá, só cresceram esses números.

Não vou falar nem na pesca, que gera outros milhares de empregos. Mas não justifica danificar o meio ambiente por causa de 4 mil empregos temporários. Menos ainda, quando se trata de economizar R\$ 6 milhões, valor que é menor que a metade do que Daniela Cicarelli levou por três meses de casamento com Ronaldinho. Está certo que Cicarelli é um monumento, mas comparado a Baía da Ilha Grande, é menos que a infinitésima parte da Baía. Está certo que Ronaldinho tem uma fortuna estimada em mais de R\$ 400 milhões. Mas só o contrato da P-51 soma R\$ 2,4 bilhões. Fora a P-52 e outras encomendas que estão por vir.

Ora, ora, mais uma vez. Seis milhões de reais é muito para

eu, você botar no bolso. Deixa qualquer um rico. Mas numa sequência de contratos que a dragagem vai possibilitar, esse investimento será diluído e vira nada. O sindicato dos metalúrgicos deveria ficar preocupado em não se engajar na defesa dessa dragagem com despejo irresponsável. Pescadores e o pessoal que trabalha em turismo foram solidários com os trabalhadores dos estaleiros que ficaram sem emprego quando o Verolme fechou as portas. Esperam todos que os metalúrgicos não defendam o prejuízo ao emprego alheio.

Chega de ações que destroem a natureza em nome do progresso. Essa fase o mundo já tratou de virar a página. Os predadores estão sendo banidos. É como se seu vizinho jogasse merda de esgoto no seu terreno. Resolve o problema dele, mas que se dane os outros.

Até pouco tempo, o setor naval ficou em mãos de esperanças que viam oportunidade de ganhar dinheiro fácil e rápido e depois abandonavam a carcaça dos estaleiros com seus problemas sociais. Acena-se para a construção naval um fu-

turo promissor. O grupo Kepp Fells é muito bem vindo nesse futuro, desde que não seja um mau vizinho. Caso contrário, iremos que pedir para a Kepp Fells ir sujar lá na Ásia.

Claro que há estudos de impacto ambiental que dão segurança de que nada de ruim vai acontecer. Sinceramente, não acredito. Empresas de assessoria são contratadas para dar um parecer a favor. Já vi estudos que listavam os benefícios, escondiam os estragos de forma tão evidente que dava vergonha. E atenção Ministério Público. Se a Feema aprovar esse despejo da forma que está previsto, os responsáveis pela aprovação merecem culpa.

O melhor é achar uma solução alternativa como propõe a Prefeitura e ambientalistas. Despejar essa montanha de material dragado no aeroporto ou no terceiro berço do porto. Isso sim seria ser um bom vizinho, pois contribuiria para o desenvolvimento de outras áreas. Vai custar um pouco mais. Vamos. Mas nada, nada mesmo, pagar o custo de destruir a baía da Ilha Grande.